

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dissertação de Mestrado



**O Midiativismo Ninja:**

mapeando as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva.

Luis Alexandre da Silva Alves

Pelotas  
2018

LUIS ALEXANDRE DA SILVA ALVES

**O Mediativismo Ninja:**

mapeando as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra. Rosangela Marione Schulz  
Linha de Pesquisa: Teoria Política e Teoria Social Contemporâneas

Pelotas, 2018.

**Luis Alexandre da Silva Alves**

**O Midiativismo Ninja:**

mapeando as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 21/11/2018

Banca examinadora:

Prof. Dra. Rosângela Marione Schulz (Orientadora)  
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva  
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz  
Doutor em Cultura Midiática e Tecnologias do Imaginário pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Pedro Robert  
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

A314m Alves, Luis Alexandre da Silva

O midiativismo ninja : mapeando as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva / Luis Alexandre da Silva Alves ; Rosangela Marione Schulz, orientadora. — Pelotas, 2018.

121 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Mídia ninja. 2. Midiativismo. 3. Ações coletivas. 4. Repertório de ação. I. Schulz, Rosangela Marione, orient. II. Título.

CDD : 302.23

Dedico este trabalho a todas e todos que resistem e lutam pela educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil, sonhando em um dia abrir as portas do ensino superior para toda a população brasileira, principalmente para aquelas e aqueles que sofrem com as injustiças da falta de oportunidades, das desigualdades sociais e de todas as opressões.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família por ter sido à base de toda essa jornada e estar ao meu lado na realização dos meus sonhos.

A minha orientadora, Prof. Dra. Rosangela Schulz, que foi fundamental na construção deste trabalho e nos diálogos acerca das dúvidas, das incertezas e dos caminhos que foram seguidos.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas por todos os aprendizados durante este ciclo.

E aos milhares de brasileiras e brasileiros que financiam o ensino público no Brasil, mesmo que grande parte destas e destes sequer tenham entrado um dia na sala de aula de uma universidade, pela oportunidade de ter cursado o mestrado.

## RESUMO

A partir dos protestos de junho de 2013 o coletivo Mídia Ninja ficou conhecido no Brasil e no exterior pela cobertura *in loco* das manifestações em tempo real, retratando tudo o que ocorria sem cortes ou edições. A prática do engajamento de ativistas que se apropriam dos recursos disponíveis, sobretudo da internet e de aparelhos eletrônicos, para ser “a mídia de si mesmo” e construir uma narrativa própria das ações das quais participam, diante da insatisfação com as coberturas e do enquadramento interpretativo dos grandes meios de comunicação, contemplam o que é definido como midiativismo. Compreendendo o fenômeno como uma ação coletiva de ativistas que utilizam a comunicação como meio de atuação, a presente pesquisa investiga como se caracteriza o ativismo do Mídia Ninja a partir da utilização das transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva. Para isso, foram analisadas as transmissões ao vivo do coletivo pelo período de doze meses, compreendido entre maio de 2017 e abril de 2018, coletadas da página do Mídia Ninja no Facebook, para identificar a agenda de ações constituída pelo midiativismo Ninja a partir do seu repertório; delimitar as dimensões espaciais contempladas pelas ações presenciais do coletivo; e verificar com quais outras formas de ação e contextos sociais os ativistas interagem ao utilizarem o repertório observado. A pesquisa também contempla a abordagem do surgimento e da atuação do Mídia Ninja, bem como as referências teóricas centrais para o trabalho, como a construção do próprio conceito de midiativismo, de repertório de ação e a teoria dos movimentos sociais e das ações coletivas.

Palavras-Chave: mídia ninja; midiativismo; ações coletivas; repertório de ação.

## ABSTRACT

From the protests of June 2013, the collective Media Ninja was known in Brazil and abroad for the on-site coverage of the demonstrations in real time, depicting everything that occurred without cuts or issues. The practice of engaging activists who appropriate the available resources, especially the Internet and electronic devices, to be "the media of oneself" and to construct a narrative of the actions they participate in, in the face of dissatisfaction with the coverage and the framework interpretive of the great media, contemplate what is defined as mediativism. Understanding the phenomenon as a collective action of activists that use communication as a means of acting, the present research investigates how the media activism is characterized by the use of live transmissions as a repertoire of collective action. To do so, we will analyze the live broadcasts of the collective for the period of twelve months, between May 2017 and April 2018, collected from the page of the Media Ninja on Facebook, to identify the agenda of actions constituted by the mediativism Ninja from his repertoire; to delimit the spatial dimensions contemplated by the presential actions of the collective; and to check with what other forms of action and / or spaces activists interact by using the observed repertoire. The research also contemplates the approach of the emergence and performance of our object of study, the Ninja Media, as well as the theoretical references central to the work, such as the construction of the concept of mediativism itself, repertoire of action and the theory of social movements and collective actions.

Keywords: ninja media; mediativism; collective actions; repertory of action.



## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Revisão de literatura, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sobre as produções de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, acerca das palavras-chave “midiativismo”, “midialivrismo” e “Mídia Ninja” pelo ano de produção.....57.
- Gráfico 02 – Revisão de literatura, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sobre as produções de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, acerca das palavras-chave “midiativismo”, “midialivrismo” e “Mídia Ninja” pela região de produção.....58.
- Gráfico 03 – Revisão de literatura, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sobre as produções de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, acerca das palavras-chave “midiativismo”, “midialivrismo” e “Mídia Ninja” pela área do conhecimento.....58.
- Gráfico 04 – Transmissões ao vivo coletadas da página do Mídia Ninja, na rede social Facebook, no período de maio de 2017 a abril de 2018, estratificadas por cada mês.....91.
- Gráfico 05 – Transmissões ao vivo coletadas da página do Mídia Ninja estratificadas por cada mês após os ajustes metodológicos realizados, resultando no corpus da pesquisa de 609 transmissões ao vivo.....92.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Áreas temáticas das transmissões ao vivo analisadas.....	96.
Tabela 02 – Mapeamento da localização das transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Mídia Ninja por estado e no exterior.....	101.
Tabela 03 – Mapeamento da localização das transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Mídia Ninja por região.....	103.
Tabela 04 – Mapeamento dos tipos de ação identificados nas transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Mídia Ninja.....	105.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Modo de organização política.....	44.
Figura 2 – Modo de organização estrutural.....	45.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- ANJ – Associação Nacional dos Jornais
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CMI – Centro de Mídia Independente
- CNM – Confederação Nacional dos Municípios
- EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
- FdE – Fora do Eixo
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- JMJ – Jornada Mundial da Juventude
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
- MPL – Movimento Passe Livre
- MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
- NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- PAN – Ponto de Articulação Nacional
- PC do B – Partido Comunista do Brasil
- PCult – Partido da Cultura
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PEC – Proposta de Emenda Constitucional
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- Pnad C – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
- PT – Partido dos Trabalhadores
- Rede – Rede Sustentabilidade
- SUS – Sistema Único de Saúde
- TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. O MÍDIA NINJA</b> .....	22
2.1. Protestos de Junho de 2013: o Brasil conhece o Mídia Ninja. ....	22
2.2. 2013 continua: a atuação Ninja nos protestos. ....	26
2.3. O surgimento do Mídia Ninja (antes de 2013).....	34
2.4. O Movimento Fora do Eixo: a incubadora Ninja. ....	40
2.5. 2013+5: os Ninjas seguem em ação. ....	49
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	56
3.1. Midiativismo .....	56
3.2. O midiativismo como ação coletiva .....	72
3.3. As transmissões ao vivo: o repertório Ninja de ação coletiva. ....	81
<b>4. MAPEANDO A ATUAÇÃO NINJA: AS TRANSMISSÕES AO VIVO COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO</b> .....	88
4.1. Metodologia.....	88
4.1.1. Corpus da pesquisa e formatação do banco de dados.....	90
4.1.2. Categorias de análise .....	92
4.2. Análises .....	95
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	109
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b> .....	113

## 1. INTRODUÇÃO

Gritos de ordem, cartazes, reivindicações, bombas, confrontos e repressão policial. O gigante acordou? A verdade é que ele nunca dormiu, pois em maior ou menor intensidade as ações coletivas de protestos sempre estiveram presentes na história brasileira. Pontualmente, a diferença é que as manifestações de junho de 2013 no Brasil apresentaram as particularidades de uma conjuntura histórica, política e social: multidões tomaram as ruas e outras tantas assistiram a tudo de suas casas em tempo real, sem cortes ou edições, através do uso da internet e de aparelhos eletrônicos, como celulares e computadores, por exemplo. O ordenamento e o funcionamento das sociedades, buscando contemplar as perspectivas e as demandas dos diferentes agentes sociais, constantemente em conflito, em suas posições societárias, sempre estiveram no cerne dos principais problemas estudados pela ciência política, desde as abordagens mais clássicas até as teorias contemporâneas.

Ao longo dos séculos muitas transformações impactaram o campo político, modificando as relações sociais, políticas, econômicas e culturais nele presentes. Entre estes impactos está o desenvolvimento da comunicação, que sempre foi relevante para a organização das sociedades, sobretudo com a ascensão da comunicação de massa que, acrescida da própria centralidade constituída na vida humana, como afirmam Miguel e Biroli (2010, p. 07), produziram “alterações importantes na gestão do tempo cotidiano, deslocando as fronteiras entre diferentes espaços e grupos sociais”. A rotina das sociedades foi reconfigurada pela evolução dos meios de comunicação, mais precisamente no século XVIII com a imprensa escrita e no século XX com o surgimento do rádio, da televisão e, recentemente, com a criação e a expansão da internet e da comunicação em rede (MIGUEL & BIROLI, 2010).

No Brasil, os estudos acerca das relações entre o campo político e o campo da comunicação têm uma tradição bastante recente, marcada pelo desenvolvimento tardio. Em parte, isso se deve às características da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) que, embora tenha se utilizado de estratégias comunicativas, principalmente no que se refere ao processo de expansão da televisão, reprimiu e rompeu as conexões de liberdade de atuação entre a política e a imprensa. Logo, os estudos em comunicação e política têm uma relação direta com a redemocratização do país,

sendo caracterizados também pelas pesquisas sobre os processos eleitorais, sob a influência da primeira eleição presidencial após a Ditadura Civil-Militar. Assim, é somente a partir do final da década de 1970 e o início dos anos 1980 que os estudos acerca da relação entre as áreas começam a surgir de maneira significativa (RUBIM & AZEVEDO, 1998).

No campo político as influências da ascensão da comunicação como instrumento de mediação com a sociedade civil são notórias, “alterando formas do discurso, relação entre representantes e representados e as vias de acesso para a carreira política” (MIGUEL & BIROLI, 2010, p. 07). Há quatro dimensões que podem ser observadas nessas mudanças, segundo Miguel e Biroli (2010): o papel da mídia como principal intermediadora do campo político; a adaptação do discurso político aos critérios de noticiabilidade da imprensa; a construção da agenda pública sendo pautada pelos veículos de comunicação; e a gestão da visibilidade diante dos holofotes midiáticos. No cenário brasileiro, caracterizado pelos oligopólios de comunicação, que concentram grande parte dos grupos econômicos do setor sob o poder de poucas famílias (MORAES, 2013), o papel e a influência da mídia nos processos políticos tornam-se ainda mais centrais.

A relação entre o sistema político e o sistema de mídia brasileiro é classificada por Azevedo (2006), segundo o modelo proposto por Hallim e Mancini (2004), como mediterrâneo ou pluralista polarizado, a partir da análise do mercado de mídia, do paralelismo político, do desenvolvimento do jornalismo profissional, do grau e da natureza da intervenção estatal no campo da comunicação, dos padrões de conflito e consenso, do modelo democrático, dos valores políticos, das funções do Estado e do regramento dos processos de regulamentação de governança. Além do monopólio familiar, a propriedade cruzada dos meios de comunicação, a baixa diversidade de opinião política, a influência das elites, os ciclos autoritários e os processos recentes de democratização e de liberdade de imprensa estão entre as principais características da relação entre a comunicação e o campo político no Brasil (AZEVEDO, 2006).

A insatisfação com a atuação dos veículos de comunicação da grande mídia<sup>1</sup> durante a cobertura dos protestos brasileiros de junho de 2013, posicionando-se

---

<sup>1</sup> As referências aos termos “grande mídia”, “mídia hegemônica”, “meios hegemônicos”, “mídia tradicional” e afins estão relacionados aos oligopólios de mídia, ou seja, aos grupos econômicos que dominam o mercado da comunicação no Brasil, sendo proprietários de diversos meios de

contrários às manifestações, ao menos no início do ciclo de protestos, foi um dos fatores centrais para a atuação e o reconhecimento do coletivo onde está inserido o objeto de estudo desta pesquisa: o Mídia Ninja. O coletivo Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – significado para a sigla Ninja – surgiu dentre os manifestantes, como ativistas-narradores dos próprios protestos dos quais participavam, propondo a construção de uma narrativa alternativa à cobertura proposta pelos grandes meios de comunicação. Além de construir outra interpretação sobre os protestos, as ações ativistas também tinham como característica a transmissão ao vivo *in loco* das manifestações, onde a presença da grande mídia chegou a ser rechaçada, com a divulgação de relatos dos participantes, cenas de violência, repressão e posicionamentos sobre o que ocorria aos olhos dos ativistas.

O Mídia Ninja é caracterizado como um coletivo de midiativismo ou midialivrismo, conceito que vem sendo trabalhado pela literatura acadêmica, principalmente a partir de 2013, para definir as práticas de ativistas que utilizam a comunicação como estratégia de ação, intercambiando experiências de ativismo em diferentes locais físicos e no ciberespaço, para ser a própria mídia de cobertura nas circunstâncias em que atuam defendendo suas ideias, lutas e reivindicações. Autores como Maciel (2012) e Bezerra (2015), defendem, respectivamente, a existência de uma sociedade “pós-mídia de massa” ou de uma “cultura de redes”, com grande influência da internet, caracterizada pela perda da exclusividade das grandes corporações de produção de conteúdo, o que possibilita o aumento da horizontalidade, da participação e da interação na sociedade, com a apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação.

A expansão do acesso à internet e à tecnologia tem um impacto fundamental no contexto de oportunidades políticas que possibilitam as ações de coletivos como o Mídia Ninja. No Brasil, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que 64,7% da população acima de 10 anos de idade está conectada a internet, o que equivale a 116 milhões de brasileiros. Segundo Bezerra (2015, p. 41), a internet surge como “um novo impulso” à produção de

---

comunicação, seja de televisão, rádio, jornal impresso ou na internet, em diferentes regiões do país, bem como o seu conjunto de emissoras afiliadas. Moraes (2013) trata do sistema midiático e de suas principais características.



informação contra-hegemônica, observando o impacto do avanço tecnológico “na articulação de ações e movimentos sociais”, beneficiados pelo fato de que “as iniciativas em rede costumam ocorrer sem burocracias, valendo-se de uma cultura de trocas constantes de informações, sem maior complexidade operacional”.

Conforme Padovani (2016, p. 17) “o ativismo sempre constitui uma relação direta com a mídia, no qual as mudanças sofridas ao longo do tempo em um campo acabaram por influenciar diretamente o outro e vice-versa”. Segundo o autor, “o ativismo contemporâneo também possui grande parte de sua atividade concentrada na utilização das mais diversas plataformas midiáticas para criar efeitos de visibilidade e engajamento” (PADOVANI, 2016, p. 32), tendo como objetivo o estímulo às pessoas para “participar de atos, disseminar conteúdos de mídia ou colaborar com a produção de novos materiais” (PADOVANI, 2016, p. 32). Durante as manifestações de junho de 2013 houve, de acordo com Jesus (2015, p. 29), “uma constante troca de informações que vão da sugestão de enquadramento, aviso sobre zonas de tensão, até a solicitação de entrevistas com os manifestantes”, possibilitados pela relação dialógica direta entre emissor e receptor.

A relação entre as ações coletivas e os meios de comunicação é observada por Maia (2010), que explica que, por um lado, embora haja a contestação da vigência do modelo de mercados de oligopólios na comunicação brasileira, por outro, há a necessidade de inserção de diferentes tipos de ações coletivas na agenda da grande mídia, buscando o enquadramento desejado nas abordagens da defesa de suas pautas e reivindicações. A autora aborda como exemplo as teorias da Mobilização de Recursos, da Mobilização Política e da Identidade Coletiva e do Reconhecimento, que são abordadas no capítulo que trata do referencial teórico, para explicar as influências dos grandes meios de comunicação, que alcançam cerca de 95% das residências brasileiras através da televisão (MIGUEL & BIROLI, 2010), por exemplo, nos processos de mobilização, organização e atuação das ações coletivas e dos movimentos sociais.

A cena clássica dos midiativistas empurrando um carrinho de supermercado, que servia para carregar os equipamentos, marca a participação do Mídia Ninja nas manifestações de 2013. A repercussão dos conteúdos do coletivo e as convocações para que os manifestantes fizessem parte das coberturas fomentaram ainda mais o seu crescimento. Os espaços tradicionais da grande mídia não eram os únicos

mediadores do campo político naquela ocasião e isso não se deu apenas pelo protagonismo da comunicação ativista, pois a desconfiança institucional também questionava o papel desempenhado pelos grandes veículos de comunicação. De fato, as manifestações não eram mais apenas pelos vinte centavos no aumento das passagens de ônibus e as proporções tornaram-se cada vez maiores. As coberturas Ninjas, realizadas de dentro das próprias mobilizações, revelaram outras visões das manifestações, em tempo real, diferente das abordagens editadas e convencionais do modelo tradicional da grande mídia.

Uma frase lida no site de rede social Twitter define para Lorezontti (2014) aquilo que a autora considera como “uma síntese perfeita dos novos tempos na comunicação” (p. 06): “Não precisamos da mídia partidarista, temos celulares!”. A partir dos protestos de 2013, emergiu a necessidade de novas interpretações acerca das ações coletivas, dos atores sociais presentes no campo político e das conjunturas políticas que levaram a uma explosão de manifestações por todo o Brasil em junho daquele ano. Dentre os fenômenos que ganharam notoriedade está o Mídia Ninja, onde insere-se o objeto de estudo desta pesquisa, e o midiativismo, conceito que faz parte do aporte teórico deste trabalho. O desenvolvimento desta dissertação busca contribuir com a investigação e a compreensão do midiativismo como uma dessas novas questões apresentadas ao campo da ciência política.

Com o engajamento dos ativistas e a apropriação dos recursos disponíveis, os Ninjas empregam suas estratégias de ação, que podem ser definidas como repertório. A principal delas é a transmissão ao vivo que, como vimos, foram relevantes para a atuação durante os protestos de 2013 e continuam tendo importância nas ações coletivas dos midiativistas. Diante disso, a presente pesquisa desenvolve-se a partir do seguinte problema: como se caracteriza o ativismo do Mídia Ninja a partir da utilização das transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva? O objetivo geral é investigar a caracterização do Mídia Ninja a partir da utilização das transmissões ao vivo como repertório de ação, tendo como objetivos específicos:

- a) Identificar a agenda de ações constituída pelo midiativismo Ninja a partir do seu repertório;
- b) Delimitar as dimensões espaciais contempladas pelas ações presenciais do coletivo;

- c) E verificar com quais outras formas de ação e contextos sociais os ativistas interagem ao utilizarem o repertório analisado.

Posto que foram apresentados o problema de pesquisa, bem como os objetivos geral e específico do presente estudo, pode-se expor uma hipótese à investigação: o coletivo Mídia Ninja, conhecido no Brasil e no mundo a partir dos protestos de junho de 2013, principalmente pelas transmissões ao vivo *in loco* das manifestações, como participantes-narradores, pode ser caracterizado com a análise das transmissões como repertório de ação coletiva por uma agenda de múltiplas temáticas, relacionadas tanto a pautas factuais, ou seja, aqueles temas momentâneos, como as lutas históricas de grupos e movimentos sociais; com um ativismo caracterizado pela descentralização das ações, contemplando uma variedade de espaços territoriais acerca dos atores engajados a partir do advento da internet e de outros recursos disponíveis; interagindo com outras formas de ação relacionadas, principalmente, a contextos sociais de manifestações, protestos e ações diretas afins.

O estudo é desenvolvido a partir de uma pesquisa que combina os métodos qualitativo e quantitativo para analisar as transmissões ao vivo coletadas da página do coletivo Mídia Ninja, no site de rede social Facebook, referentes ao período de doze meses, de maio de 2017 a abril de 2018. É apresentado um arcabouço teórico acerca do objeto de estudo e dos principais conceitos envolvidos nesta pesquisa que trata: do Mídia Ninja, desde a sua criação até as ações mais recentes do coletivo; do conceito de midiativismo a partir de diferentes autores que abordaram o assunto e suas principais características; da teoria acerca das ações coletivas e dos movimentos sociais; e da noção de repertório, onde estão inseridas as transmissões ao vivo que foram analisadas. Assim, o presente trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais, onde serão abordados: o Mídia Ninja, as referências teóricas e as análises.

Nesta introdução, apresento como se organiza a presente dissertação, qual o problema de pesquisa norteador deste estudo, seus objetivos geral e específicos, quais foram os dados analisados na investigação, a hipótese e a metodologia proposta, bem como os principais aspectos, teorias e conceitos que foram utilizados ao longo da pesquisa. Ressalto também algumas questões centrais para a compreensão da relação entre a comunicação e a política, como a relevância da

ascensão da comunicação de massa para o campo político, as principais influências advindas da centralidade da mídia e dos meios de comunicação nas sociedades e o paradoxo do dilema da mídia (JASPER, 2016) para as ações coletivas que, ao mesmo tempo em que reivindicam as práticas dos grandes meios de comunicação e a quebra do oligopólio no setor também necessitam estar enquadrados na interpretação destes meios hegemônicos para difundir suas lutas e alcançar seus objetivos.

No primeiro capítulo, o Mídia Ninja é apresentado a partir do contexto dos protestos de junho de 2013, momento em que ficou conhecido no Brasil e no exterior. Apesar da compreensão das manifestações de 2013 não estarem no foco deste trabalho, são apresentadas as interpretações de diferentes autores sobre os protestos, a fim de contextualizar este momento central para a projeção do coletivo Ninja. Também são abordados, especificamente, os principais episódios e informações das manifestações de 2013 e a participação do Mídia Ninja nos protestos, principalmente a partir da utilização das transmissões ao vivo como instrumento de ação. São retomados ainda o surgimento, a atuação e a organização do movimento Fora do Eixo, que foi o berço do coletivo midiativista a partir de experiências e práticas afins com as ações Ninja, desde 2011.

No segundo capítulo, o referencial teórico que embasa o presente estudo é abordado, tratando-se dos aspectos concernentes aos conceitos de midiativismo, de ações coletivas, de movimentos sociais e de repertório de ação coletiva, e apresentando-se as principais características que são convergentes e divergentes na compreensão do Mídia Ninja como um coletivo de midiativistas que agem coletivamente. Para retomar a literatura sobre o midiativismo e o Mídia Ninja, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos trabalhos de pós-graduação<sup>2</sup>, em níveis de mestrado e doutorado, produzidos entre os anos de 2012 e 2017,

---

<sup>2</sup> A opção de realizar a revisão de literatura somente com os trabalhos de pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado, é justificada por dois motivos: primeiro, pelas dificuldades encontradas em delimitar as fontes de pesquisas que seriam utilizadas, pois há uma variedade de periódicos, de anais de eventos e afins que tratam dos temas abordados, sobretudo no que tange à intersecção entre os campos da comunicação e da política, o que impossibilita a concentração da pesquisa em fontes determinadas com a adoção de critérios satisfatórios de escolha; sendo assim, optou-se pelos trabalhos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que concentra produções de todas as áreas do conhecimento, contemplando um período de tempo significativo e instituições de ensino de todas as regiões do território nacional, cabendo justificar ainda que os trabalhos encontrados estão no mesmo nível de ensino da pesquisa proposta. Contudo, conforme foi mencionado, também utilizaremos outras produções acadêmicas consideradas relevantes para a pesquisa desenvolvida.

utilizando como fonte de pesquisa o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES<sup>3</sup>. Também são utilizadas outras produções acerca da temática abordada e do objeto estudado consideradas relevantes pelas suas contribuições.

No terceiro capítulo, são apresentadas as análises acerca das transmissões ao vivo coletadas da página do Mídia Ninja, no Facebook. Inicialmente, é retomada e aprofundada a metodologia proposta para o desenvolvimento deste estudo. E, antes do processo analítico, são apresentadas também as categorias de análises propostas. Por fim, são apresentadas as análises da agenda de atuação do Mídia Ninja, das dimensões espaciais das ações do coletivo e dos espaços e contextos sociais com quais os midiativistas interagem durante as transmissões ao vivo. Ainda neste capítulo, retomarei os resultados das análises realizadas acerca das transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva para apresentar minhas principais observações e discussões.

---

<sup>3</sup> O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES está disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/> <acessado em 02/05/2018>.

## **2. O MÍDIA NINJA**

### **2.1. Protestos de Junho de 2013: o Brasil conhece o Mídia Ninja.**

Passados mais de cinco anos dos protestos que tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil em junho de 2013, embora tenham sido abordadas por diferentes autores (BRINGEL, 2013; MARICATO, 2013; SCHERER-WARREN, 2013; GOHN, 2014, 2016; PINTO, 2017<sup>4</sup>; MENDONÇA & FIGUEIREDO, 2018), as manifestações ainda são objeto de interpretações na academia, com convergências e divergências sobre diversos de seus aspectos, principalmente acerca de suas motivações e de suas consequências. Apesar de adotar as perspectivas de alguns autores acerca dos acontecimentos, o objetivo deste trabalho não é investigar com profundidade os protestos que ocorreram no Brasil, mas sim utilizar algumas caracterizações e explicações que lhe são atribuídas para contextualizar o tempo e o espaço em que o Mídia Ninja, onde está inserido o objeto de estudo da pesquisa, torna-se conhecido para grande parte da população brasileira pela sua atuação na cobertura dos protestos.

Rolnik (2013, p. 08) lembra que durante as manifestações “houve uma disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo que ocupou as ruas” e, conseqüentemente, “uma guerra de interpretações das vozes rebeldes”. A autora, metaforicamente, afirma que os protestos foram como um terremoto que “perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” (ROLNIK, 2013, p. 08). Há interpretações que vão além das narrativas tradicionais dos protestos de junho de 2013, como a tributação, a má qualidade dos serviços públicos e a corrupção (ROLNIK, 2013), entre outras, para analisar questões distintas relacionadas aos fatos ocorridos, como a demanda pela ampliação dos direitos sociais (BRAGA, 2013), as próprias reivindicações em torno das tarifas do transporte público (PESCHANSKI, 2013), o

---

<sup>4</sup> Pinto (2017) observa as manifestações de junho 2013 de forma conjuntural, analisando também os protestos contra a Copa do Mundo, em 2014, e as manifestações favoráveis ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff (PT), em 2015, relacionando-os, para “demonstrar que, no decorrer de cerca de dois anos, houve um deslocamento discursivo em uma direção conservadora” (p. 100).

direito à cidade (HARVEY, 2013) e os problemas relacionados à política urbana e à necessidade de uma reforma acerca da temática (MARICATO, 2013).

Bringel (2013) identifica que manifestações como as de 2013 no Brasil apresentam-se como desafios teóricos e políticos, para a compreensão da indignação social contemporânea<sup>5</sup>, pela necessidade de “adaptar e renovar nossas formas de luta e de interpretação das ações coletivas”, ressaltando os fatores relacionados às atuações dos novos atores sociais presentes no campo político, como os “do maior protagonismo da agência individual, da configuração de novos atores, de militâncias múltiplas e organizações mais descentradas (conquanto não espontâneas) e de repertórios mais mediáticos e performáticos” (BRINGEL, 2013, p. 45). Segundo Bringel (2013, p. 44) “no momento de eclosão de protestos e mobilizações de massa, como as ocorridas em junho de 2013 no Brasil, nem sempre os sentidos da ação coletiva estão cristalizados em pautas definidas ou agendas e demandas bem estruturadas”.

Ainda que possamos apontar diversas reivindicações que foram levadas às ruas a partir de junho de 2013 em todas as regiões do país, as manifestações surgem a partir de uma pauta específica, que tem seus primeiros protestos<sup>6</sup> protagonizados em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS), em janeiro: a diminuição nas tarifas do transporte público (PENNINI, 2015; CARVALHO, 2016). Como define o próprio Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo (2013, p. 13) as reivindicações sobre o transporte coletivo<sup>7</sup> “assaltam a história das metrópoles brasileiras desde a sua formação”, não sendo, portanto uma questão nova na

---

<sup>5</sup> Bringel (2013) busca “um entendimento mais amplo (embora inevitavelmente parcial e provisório) das mobilizações sociais recentes no Brasil, examinando seu contexto inicial e suas motivações; sua inserção em cenários mais amplos de protestos globais; algumas coordenadas espaço-temporais; os atores e as experiências dos ativistas envolvidos; e algumas tendências de futuro” (p. 44).

<sup>6</sup> Apesar de haver uma centralidade em relação ao MPL como protagonista na convocação para os protestos de junho de 2013, sobretudo na literatura acerca do assunto, cabe ressaltar que o movimento social não estava organizado em todas as cidades onde ocorreram manifestações, logo nem todas as organizações e convocações de protestos podem ser atribuídas ao MPL. Houve outras organizações, inclusive de cidadãos autônomos em relação aos movimentos sociais tradicionais, que estiveram na linha de frente dos protestos em diversos municípios do país.

<sup>7</sup> O Movimento Passe Livre de São Paulo (2013, p. 13-14) afirma que “num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre”.

agenda de reivindicações sociais<sup>8</sup>. Mas foi a partir delas que junho de 2013 nasceu. A luta contra “um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria” (Movimento Passe Livre – São Paulo, 2013, p. 13) foi atropelada pela pluralidade de demandas de milhares de pessoas que saíram às ruas para reivindicar o que não lhes agradava no país.

Mesmo a pauta principal tendo sido o aumento das tarifas de ônibus, e Scherer-Warren (2014) ressalta que as demandas do MPL não se limitam a tais reivindicações, “elas baixaram em mais de cem cidades e, ainda assim, as manifestações prosseguiram” (SECCO, 2013, p. 71). Se tomarmos como referência a cidade de São Paulo, no centro do país, observamos que os quatro primeiros protestos organizados pelo MPL-SP, de 06 a 13 de junho de 2013, tiveram uma adesão baixa de participantes, conforme aponta Secco (2013, p. 73)<sup>9</sup>. Bringel (2013, p. 45) observa que “nas primeiras mobilizações prévias à repressão, nota-se também que a cobertura dos meios convencionais foi praticamente nula e que o perfil dos participantes era de militantes com algum engajamento prévio em mobilizações sociais”.

Secco (2013) aponta que, segundo as estimativas da Polícia Militar de São Paulo, os protestos dos dias 06 e 07 de junho “seguiram a tradicional capacidade de arregimentação do MPL, em protestos de rua (cerca de 2 mil pessoas)” (p. 73). No dia 11 de junho, embora tenha reunido cerca de três vezes mais manifestantes que as duas datas anteriores de mobilizações, o terceiro dia de protestos não foi significativo em relação ao número de pessoas que saíram às ruas, tendo sido marcado por confrontos envolvendo os manifestantes e as forças de segurança pública. Contudo, a repressão policial aos protestos e a repercussão das ações

---

<sup>8</sup> O Movimento Passe Livre de São Paulo (2013) aponta que “para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou conhecida como a *Revolta do Buzu*” (p. 14). Outra mobilização significativa de reivindicações sociais acerca do transporte coletivo foi a *Revolta da Catraca*, ocorrida em Florianópolis, em 2004, que, além de resultar na revogação do aumento das passagens por parte do Poder Público, através de ocupações de terminais e bloqueios de vias, também “serviram de base para a fundação do MPL, no ano seguinte” (p. 15). Há outras revoltas e mobilizações, anteriores a junho de 2013, que também são lembradas pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (2013): em São Paulo e Vitória, em 2006; no Distrito Federal, em 2008; em Teresina, em 2011; em Aracaju e Natal, em 2012; e em Porto Alegre e Goiânia, em 2013.

<sup>9</sup> Os números apresentados reúnem estimativas divulgadas pela Polícia Militar de São Paulo, do site Brasil de Fato e do Data Folha, sendo o último o responsável pelo dado principal, que refere-se ao ato do dia 17/06/2013, com a participação de cerca de 250 mil pessoas.



truculentas das forças de segurança pública causaram uma espécie de solidariedade social com as manifestações, fazendo com que o ato do dia 17 de junho, reunisse cerca de 250 mil pessoas, segundo as mesmas estimativas anteriores. Houve também uma atenção maior em relação à cobertura dos meios tradicionais de comunicação.

Almeida (2015, p. 18) explica que “a explosão da cólera social aconteceu após o anúncio do aumento das tarifas de transporte público coletivo, em várias cidades e as notícias de repressão e truculência policial”, afirmando ainda que “as redes de protestos se espalharam pelo país como uma reação explosiva de sentidos e emoções, tal qual uma catarse, instigada pela resposta truculenta do Estado, por meio da polícia e pela mídia convencional” (ALMEIDA, 2015, p. 24), ambas responsáveis por tentar deslegitimar, inicialmente, as manifestações. Lorenzotti (2014, p. 24) afirma também que “a repressão violenta levou grande parte da população – e no início a mídia, que de um dia para o outro, literalmente, mudou de posição – a apoiar as manifestações, e ganhou repercussão internacional”. A virada no posicionamento da grande mídia acerca das manifestações é observada por diferentes autores (CARLOS, 2015; LIMA, 2015; LUZ, 2015; SILVA, 2015; BEZERRA, 2015; PENNINI, 2015; MENDÉZ, 2016; MAIA, 2016; ABREU, 2016).

Para Scherer-Warren (2014, p. 419) “o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo o país”. Assim como foi capaz de mobilizar milhares de pessoas para estarem juntas no mesmo espaço, junho de 2013 foi formado por sujeitos de singularidades diversas e, muitas vezes, antagônicas, convergindo, em maior ou menor grau, para o que Hardt e Negri (2007) identificam como multidão<sup>10</sup>. É difícil construir um cenário político de contestação afim para os protestos ampliados de 2013 diante da sua diversidade de reivindicações. Dividiam o mesmo espaço, por exemplo, manifestantes contrários a

---

<sup>10</sup> Abreu (2016, p. 12) explica que “Hardt & Negri (2005) criam a ‘dicotomia’ entre império e o que denominam multidão, que surgiria dentro das redes de poder do próprio Império, e seria uma alternativa diferenciada ao mesmo. O Império não se resume a um Estado-nação detentor do poder, mas a uma rede de Estados e elites empresariais e bancárias, que ancoram seu funcionamento tradicionalmente em crises e guerras. A multidão por sua vez representa uma multiplicidade de culturas e etnias, que começam cada vez mais a se articular conjuntamente em torno de um projeto coletivo de sociedade e de uma democracia global. Multidão se diferencia do conceito de povo, que esta alicerçada em uma noção de uniformidade, que pode ser circunscrita a uma nacionalidade, raça ou etnia, onde se força uma regularidade de fácil apreensão e previsão, que não ocorre facilmente na multidão”.

qualquer tipo de violência ou depredação e os Black Blocs, grupos reconhecidos pelas ações de ataques diretos a patrimônios de determinados grupos econômicos.

Lorenzotti (2014, p. 24) explica que na sequência das cenas de repressão as manifestações “novos atos revelavam uma polissemia, uma multiplicidade de temas, como gastos públicos em grandes eventos esportivos, má qualidade dos serviços públicos, indignação com tantas coisas”, resume. Bezerra (2015) afirma que, neste cenário de uma variedade de reivindicações e de atores sociais, “as pessoas queriam de alguma forma expressar o seu descontentamento social” (p. 11). É a partir de 13 de junho e, principalmente do dia 17 do mesmo mês, que os protestos são convocados pelo MPL, bem como por outras iniciativas e ocorrem concomitantemente em diversas cidades do país, como: São Paulo (SP), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Santarém (PA), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), São Carlos (SP) e Sorocaba (SP) (CARVALHO, 2016), entre outras.

Em 13 de junho, a Folha de S. Paulo, um dos jornais de maior circulação no país de acordo com a Associação Nacional de Jornais<sup>11</sup> (ANJ), lançou em seu editorial uma convocação para que as forças de segurança pública tomassem conta da situação, intitulado: “Retomar a Paulista”. Lorenzotti (2014) diz que o jornal “comentava o resultado de depredações ocorridas durante a terceira passeata organizada pelo Movimento Passe Livre na Avenida Paulista, em São Paulo”. O editorial também denominou, pejorativamente, o MPL como “grupelho” e os manifestantes como “marginais” e “oportunistas”, devido ao horário de chamamento dos protestos, identificado pelo veículo como um momento de grande movimento na via pública (LORENZOTTI, 2014).

## **2.2. 2013 continua: a atuação Ninja nos protestos.**

Em 13 de junho, cerca de 5 mil pessoas participaram da manifestação em São Paulo (SECCO, 2013). A repressão policial foi ainda maior do que na manifestação anterior, sendo o dia que marcou a virada das jornadas de junho. Lorenzotti (2014) aponta que foi nesse período que “a cobertura da Mídia Ninja começou a ganhar destaque, oferecendo imagens obtidas diretamente das ruas, sem edição, colhida pelos celulares de vários repórteres ativistas e transmitidas

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> <acessado em 20/03/2018>.

imediatamente pelas redes sociais” (p. 27). Abreu (2016) chama a atenção para o fato da ação Ninja sempre optar pela parcialidade “assumindo partido de alguns grupos e rechaçando outros, manifestando opiniões pessoais, fazendo perguntas constrangedoras para policiais e manifestantes que se posicionam de maneira conservadora” (p. 156). Scherer-Warren (2014, p. 421) afirma que “a Mídia Ninja teve um papel relevante durante as manifestações, no sentido de divulgação dos fatos a partir de uma perspectiva mais próxima dos movimentos que ocuparam as ruas”.

Scherer-Warren (2014, p. 427) aponta que a multiplicidade de manifestantes era composta por “participantes de movimentos organizados, de partidos políticos, membros de grupos semiorganizados de expressão estética e cidadãos individualizados, simpatizantes com as causas em pauta”. Cabe ressaltar que, embora houvessem militantes partidários e de outras entidades organizadas nos protestos, por vezes o repúdio às organizações políticas tornava-se também um ato de rechaço aos partidos, aos movimentos sociais e afins por parte de alguns manifestantes. A autora explica que tal multiplicidade encontrava convergência, inicialmente, com “o direito às vozes da cidadania nos espaços públicos e às respectivas manifestações” e, posteriormente, o que unificou esses atores sociais “foram os questionamentos e a reprovação às políticas institucionais de uma forma geral, os quais se construíram através de uma espécie de articulação discursiva informal e efêmera” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 422).

O MPL é definido por Bringel (2013) como movimento madrugador ou movimento iniciador (MC ADAM, 1995), ou seja, aquele que deu início ao que viria a ficar conhecido como “Levante de Junho de 2013”. O autor pontua que, ao contrário da previsão teórica do campo dos estudos em movimentos sociais, os movimentos derivados, ou seja, aqueles que surgem a partir dos desdobramentos das ações dos movimentos iniciadores, no caso brasileiro os múltiplos atores sociais que entraram em cena após a repressão policial, o movimento de solidariedade aos protestos de junho de 2013 e a cobertura diária da mídia, inserem-se nas manifestações a partir da atuação dos movimentos iniciadores, “sem, contudo, manter laços fortes, enquadramentos sociopolíticos, formas organizativas, referências ideológicas e repertórios de mobilização que os una ao MPL e/ou outros iniciadores” (BRINGEL, 2013, p. 45).

Ao fenômeno de desconexão entre os movimentos iniciadores e os movimentos derivados, Bringel (2013) denomina como “desdobramento societário”, que ocorre “quando na difusão de setores mais mobilizados e organizados a setores menos mobilizados e organizados os grupos iniciadores acabam absolutamente ultrapassados<sup>12</sup>” (BRINGEL, 2013, p. 45), abrangendo no caso brasileiro a população para além dos setores de movimentos organizados. Para Bringel (2013) as manifestações no Brasil se diferem de outras mobilizações de indignação ocorridas na Europa e nos Estados Unidos porque possuem, por exemplo, um repertório pró-ativo e não reativo (TILLY, 1978), como nos casos citados, sendo o primeiro caracterizado pela demanda de novos direitos ou pela exigência da garantia material de direitos previstos formalmente; e o último, pela defesa de direitos historicamente conquistados e garantidos.

Scherer-Warren (2014) afirma que os movimentos sociais tradicionais, exceto o Movimento Passe-Livre (MPL), saíram às ruas somente a partir de 11 de julho de 2013, apresentando demandas como: a redução do preço das passagens; melhorias em serviços públicos, como o transporte público, a saúde e a educação; fim do fator previdenciário; reajuste para os aposentados; redução da jornadas de trabalho; e contrariedade à terceirização, entre outras. Gohn (2016, p. 135) lembra também que “várias manifestações ocorreram paralelamente aos protestos de junho”, como as marchas das vadias e da maconha, ocupações, paradas gays, mobilizações contra a Copa do Mundo e a marcha da família, por exemplo. A autora ressalta que “todas essas eram parte de movimentos sociais ou grupos de pressão já conhecidos nas últimas duas décadas” (GOHN, 2016, p. 135).

Os protestos de junho de 2013 não cabem numa interpretação única, tampouco é possível apontar início, meio e fim para o horizonte de mobilizações, bem como novas práticas e atores sociais que entraram em cena. Mendonça & Figueiredo (2018), que realizaram entrevistas com ativistas que participaram dos protestos em São Paulo e Belo Horizonte, definem que “Junho colocou entre as

---

<sup>12</sup> No dia 21 de junho de 2013, o MPL anunciou a sua retirada dos protestos motivado pela discordância com algumas pautas e posicionamentos defendidos nas manifestações, como: o antipartidarismo, posicionando-se o MPL como apartidário; a criminalização do aborto; e a redução da maioria penal, entre outros. O anúncio foi repercutido nos jornais Estadão e O Globo, entre outros meios de comunicação. As matérias estão disponíveis, respectivamente, em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,passe-livre-se-retira-de-manifestacoes,1045645> <acessado em 27/01/2018>; e <https://oglobo.globo.com/brasil/movimento-passe-livre-sai-de-protesto-nao-levanta-bandeiras-8764635> <acessado em 27/01/2018>.

peessoas o imperativo de estar lá. Por isso, alguns entrevistados destacam que fazer parte daquilo refletia o cumprimento de um dever e que simplesmente não havia espaço para alternativa contrária” (p. 07), despertando um sentimento compartilhado de que “não estar nas ruas parecia vergonhoso naquele momento, tamanho o fascínio que Junho de 2013 despertou” (p. 07).

Mendonça e Figueiredo (2018) apontam um paradoxo interessante que revelam sentidos afins diante da multiplicidade dos protestos: “ao mesmo tempo em que muitos ativistas destacam a ausência de uma organização na base de Junho, diversos de seus relatos dotam de centralidade os coletivos, espaços ou práticas de que participaram em Junho” (p. 08-09). Mendonça & Figueiredo (2018, p. 14) afirmam que “a multiplicidade de narrativas de atores (individuais e coletivos) que se colocam no cerne de Junho de 2013 sugere a inexistência de um processo único”. Como explicam os autores “a força e a magnitude do processo residem justamente na possibilidade de diferentes atores se perceberem como agentes” (MENDONÇA & FIGUEIREDO, 2018, p. 14).

Carvalho (2016, p. 92) lembra a logística Ninja para a cobertura dos protestos com a utilização de um carrinho de supermercado, que era equipado com “um gerador de energia de porte pequeno, dois notebooks, uma mesa de edição de som e uma de edição de vídeo, duas filmadoras, caixas de som, uma lona e guarda-chuvas”. A autora também explica que “a estrutura de internet era mantida com quatro modems 3G no carrinho, com sinal aberto de vizinhos que simpatizavam com as manifestações”. Já no caso do *streaming* “era feito o envio pelos celulares e quando não era possível, eles enviavam para os integrantes da casa FdE e esses últimos publicavam no facebook”. A atuação denota a necessidade de uma organização coletiva para a realização da ação, que envolvia processos mais amplos de participação e divisão de tarefas que não podiam ser percebidos nas transmissões ao vivo.

A violência protagonizada pelas forças de segurança pública, segundo Carvalho (2016), ganhou a atenção dos jornais nos protestos do dia 17 de junho. A autora lembra que naquele dia “uma transmissão ao vivo via *streaming* mostrou o exato momento em que a tropa de choque da Polícia Militar de São Paulo chegou a cavalo e avançou sobre os manifestantes de forma agressiva” (p. 15). De acordo com Carvalho (2016), jornalistas da grande mídia também estiveram entre as vítimas

da violência policial dos protestos dessa data, o que “proporcionou uma espécie de reconhecimento da Mídia Ninja pelos veículos de imprensa tradicional e o coletivo, então, começou a alcançar visibilidade midiática além das redes sociais” (p. 15-16). A autora explica que “no dia 18 de junho, as manifestações não contaram com a mesma quantidade de pessoas, mas os protestos foram diferentes daqueles do dia anterior”, pois “a polícia, daquela vez, não acompanhou os protestos” (CARVALHO, 2016. p. 23), devido aos desgastes sofridos pelas críticas à atuação truculenta no dia anterior.

Como foi mencionado, a adesão do público às manifestações também é marcada pela mudança de posição da grande mídia em relação aos protestos. Segundo Lima (2013, p. 92), “a primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior”, posteriormente, “à medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial”. A desconfiança dos manifestantes em relação à narrativa e à posição dos veículos da grande mídia<sup>13</sup> funcionou como uma janela de oportunidades para os Ninjas que, diferentemente do jornalismo tradicional, cobriam os protestos em tempo real, construindo sua narrativa e a veracidade de seus posicionamentos a partir das próprias transmissões ao vivo e como participantes dos protestos.

Lorenzotti (2014, p. 17) lembra que “o *streaming* que projetou o coletivo, no dia 18 de junho, com Filipe Peçanha, em São Paulo, tinha 9 mil seguidores na página do Facebook. Esta transmissão chegou a atingir o pico de 180 mil espectadores”. Dois dias depois, a autora afirma que, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ocorreram protestos em, pelo menos, 438 cidades do país, com a participação de quase dois milhões de manifestantes (LORENZOTTI, 2014). Secco (2013) aponta que foi durante os protestos de 20 e 22 de junho, em São Paulo, que “a pauta das ruas se duplicou”, contemplando, por um lado, a pauta

---

<sup>13</sup> É importante ressaltar que, ainda que outras formas de mobilização e de exposição das lutas sociais, como as possibilidades advindas do avanço tecnológico, estejam assumindo um papel cada vez mais importante, conforme Pennini (2015), a grande mídia e os seus veículos “continuam mantendo lugar fundamental, quando se trata de tornar algo público” (p. 47). A autora analisa a atuação da grande mídia, que a autora denomina como “mídia de referência” nos protestos de junho de 2013 e as críticas contra a cobertura dos veículos tradicionais de comunicação a partir do Mídia Ninja.

identificada como popular, onde no centro está a questão do transporte reivindicada pelo MPL; e, por outro, a pauta do grande público, mais generalizada, que não passou pela construção dos movimentos sociais.

Apesar de ter, historicamente, o papel de ser a mediadora da agenda pública da população e das relações sociais, a grande mídia sofreu críticas constantes durante a cobertura dos protestos de 2013. Luz (2015, p. 102) aponta três pontos para a compreensão do motivo pelo qual os veículos da mídia tradicional foram alvo de protestos: “primeiro, porque tentou demonstrar ao telespectador que as manifestações eram violentas e ilegítimas”; “segundo, porque outros veículos surgiram demonstrando que as ruas estavam sendo palcos de violência, mas, principalmente, contra os manifestantes que lutavam por direitos legítimos”; e, por fim, em “terceiro, porque as notícias podiam ser dadas praticamente em tempo real ao ocorrido, pela internet, através dos aparelhos móveis, e também pelas redes sociais”. Ainda que a mídia tradicional tenha sofrido críticas, é importante compreender que a grande mídia tem protagonismo nos protestos de 2013, tentando apropriar-se, sobretudo, das narrativas acerca das manifestações.

Segundo Bezerra (2015), o grande papel das mídias sociais nos protestos é dar oportunidade de voz às pessoas, conectando-as, pois com a sua utilização “não existe limitação de tempo ou espaço, tudo é contínuo e onipresente. Pessoas de diferentes localidades podem se comunicar livremente” (p. 73). Bezerra (2015) afirma ainda que a partir do avanço tecnológico e do acesso aos novos meios de comunicação “o poder de mídia passou a independe do jornalismo tradicional. Os vídeos captados por aparelho celular conseguem mobilizar a população, promovendo mudanças de comportamento e rupturas no mundo atual” (p. 116). Para a autora há outra consequência neste processo:

No momento em que o cidadão é parte integrante de uma nova mídia sem muitas barreiras de acesso ou intervenções sobre o que publica, os velhos meios de comunicação tendem a serem ainda mais renegados a dominadores (BEZERRA, 2015, p. 75).

A transformação significativa das relações sociais a partir do novo modelo de comunicação proporcionado pelo avanço tecnológico, pelo desenvolvimento da internet e pela utilização de aparelhos móveis, potencializou a capacidade de mobilização social e “criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas” (GOHN, 2016, p. 135). Conforme

menciona Gohn (2016), durante os protestos de 2013 “quando multidões saíram às ruas, não havia mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos, não havia interlocutores” (p. 135). Sendo assim, a autora também afirma que “o diálogo não fluía, apenas a polícia se fez presente, nos atos de violência contra os manifestantes” e que “houve grande protagonismo de jovens, organizados em coletivos que convocavam *on-line* os atos públicos, realizados sem bandeiras partidárias ou camisetas e carros de som de sindicatos” (GOHN, 2016, p. 135).

Para Abreu (2016, p. 94), a atuação Ninja se deu pela inversão da lógica da mídia de massa para a massa de mídia. Enquanto a primeira “traduz a ação comum das mídias analógicas tradicionais”, a segunda “reflete a proposta do midialivismo onde qualquer pessoa pode produzir, reproduzir de outrem e contestar informações”. O autor observa a interação entre os ativistas, a sociedade e a máquina durante a atuação Ninja, afirmando que “através da câmera olho, sem cortes ou edições, em transmissões de horas a fio, o ativista vai andando pela manifestação, narrando alguns fatos, entrevistando manifestantes, respondendo a perguntas e interagindo com internautas” (ABREU, 2016, p. 156). Conforme explica Bezerra (2015, p. 80) ao “transmitir diretamente do cenário dos atos, o Mídia Ninja passou a ser uma alternativa e até uma fonte incrível, porque também revelou fatos que a imprensa tradicional não cobriu”.

Lima (2015, p. 20) afirma que “a interação pela rede foi um dos fatores que possibilitaram a realização de grandes manifestações em escala diária. Eram constantes os debates, divulgações, troca de informações e estratégias”, observando o paralelo entre a rede e a rua com a conversão efetiva das mobilizações do meio digital para os protestos. Para Rodrigues (2016, p. 21), “a atuação da massa de mídia nas jornadas não seria possível sem ferramentas digitais e avanços tecnológicos” e acrescenta ainda que “fustigados pela potência engendrada a partir do surgimento da internet, indivíduos, coletivos e, em última análise, multidões formadas por singularidades construíram novos códigos de interação e novos modos de fazer”. Outro ponto importante, conforme aponta Luz (2015), foi a participação do público jovem, que “aderiu às jornadas, usuária fiel da internet e das redes sociais, foi decisiva para a aglutinação de pessoas em junho de 2013” (p. 96).



Jesus (2015, p. 01) afirma que “desta articulação em rede surge um coletivo de midiativistas, que no meio dos protestos, no calor das tensões, passam a transmitir tudo ao vivo, sem cortes, penetrando as manifestações com aparelho celulares”. Os conflitos, as palavras de ordem, os atos dos manifestantes e todas as demais ações que compunham o horizonte das ruas nos protestos de 2013 eram capturados pelas câmeras Ninjas, revelando uma nova ferramenta de cobertura e atuação, que foi capaz de colocar em dúvida a credibilidade da imprensa tradicional e, ao mesmo tempo, ganhar a simpatia dos manifestantes. Jesus (2015, p. 35) diz que “a Mídia Ninja, além de produzir a informação, a notícia, se configurava como notícia, novidade que precisava ser debatida pelo ‘velho’ jornalismo corporativo, trazendo à tona o impacto de suas transmissões”.

Lorenzotti (2014, p. 63) afirma que a atuação do Mídia Ninja “sacudiu algumas estruturas, irrompeu – como as manifestações de rua, ausentes há tanto tempo – foi rastilho, reflexo e consequência de alta tecnologia”, ressaltando também o que identifica como “contrastes entre uma indústria da comunicação ainda com mentalidade analógica, embora utilizando instrumentos da era digital”, para apontar o papel desempenhado pela mídia tradicional. Para a autora, o coletivo atuou em acontecimentos inéditos, inesperados e inimagináveis, exemplificando para sua afirmação, respectivamente, a aparição no Jornal Nacional, a entrevista exclusiva realizada com o prefeito do Rio de Janeiro e a retransmissão, ao vivo, do material Ninja pela Record News, bem como o modelo de transmissão, também ao vivo, e via celulares que a Globo News adotou, semelhante a prática dos midiativistas.

Segundo Abreu (2016, p. 13) “a população foi bombardeada por informações dos protestos pela internet via redes sociais” e “as mídias tradicionais se viram ‘forçadas’ a se pronunciar, e por vezes tiveram que se retratar diante de posturas mais agressivas, que visavam desqualificar os movimentos sociais”. Podemos definir que, durante os protestos de junho de 2013, o Mídia Ninja transgrediu a lógica tradicional de produção de informações, tornou-se pauta da grande mídia e apresentou contrapontos a sua cobertura dos protestos, conseguindo até reverter alguns de seus posicionamentos. Parte significativa da mídia internacional também voltou suas atenções para a atuação Ninja, que foi destaque, dentre outros veículos de comunicação: no El País, da Espanha; no The Wall Street Journal, dos Estados

Unidos; no Le Monde, da França; no The Guardian, do Reino Unido; e no Deutsche Welle, da Alemanha (LORENZOTTI, 2014).

No Rio de Janeiro, em 22 de julho, durante a realização de um protesto na chegada do Papa ao Brasil, que participaria da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), dois integrantes do coletivo Mídia Ninja, Felipe Peçanha e Filipe Gonçalves, foram detidos e acusados de incitação à violência (RODRIGUES, 2016). A ação gerou, inclusive, protestos na porta da 9ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, por parte de manifestantes, que pediram a imediata soltura dos ativistas. As detenções também fizeram parte das transmissões ao vivo pelas mãos dos Ninjas, neste caso os próprios detidos. Como explica Rodrigues (2016), “Peçanha conseguiu uma bateria extra de celular de um manifestante, antes de entrar no camburão, e não perdeu a oportunidade de transmitir, direto da 9ª DP, via *Twitcasting* uma entrevista com o estudante Bruno da Silva Teles” (p. 95), que contestou a versão oficial de sua prisão pela acusação por tentativa de homicídio e pelo porte de coquetel molotov para agir contra as forças de segurança.

No dia seguinte, as imagens produzidas pelo Mídia Ninja foram exibidas, em rede nacional, durante a exibição do Jornal Nacional, da Rede Globo, auxiliando na comprovação da inocência do jovem Bruno Teles (LORENZOTTI, 2014). No dia 05 de agosto, mais uma circunstância impulsiona o coletivo de midiativistas para o país inteiro: Bruno Torturra e Pablo Capilé, protagonistas do Mídia Ninja, foram entrevistados no Programa Roda Viva<sup>14</sup>, da TV Cultura, um espaço tradicional de entrevistas que está há mais de trinta anos no ar na televisão brasileira. Segundo Lorenzotti<sup>15</sup> (2014, p. 36) “foi naquele programa que, pela primeira vez, muitos ouviram a expressa massa de mídias, contrapondo-se à mídia de massas”, tratando a entrevista como “o primeiro confronto entre a mídia tradicional e as novas mídias do século XXI no país”.

### **2.3. O surgimento do Mídia Ninja (antes de 2013)**

Embora tenha ficado conhecido no Brasil, e até mesmo no exterior, durante os protestos de 2013, o coletivo Mídia Ninja não surgiu com as manifestações de

<sup>14</sup> O programa completo está disponível no canal do Programa Roda Viva, no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ> <acessado em 12/12/2017>.

<sup>15</sup> O terceiro capítulo da obra da autora, intitulado “No centro do Roda Viva”, é dedicado a participação de Bruno Torturra e Pablo Capilé no programa da TV Cultura, de São Paulo.

junho daquele ano. Conforme aponta Jesus (2015, p. 35), o “Mídia Ninja e toda sua peculiaridade técnica e política, nasceram do seio de um movimento urbano de produção cultural independente, na busca pela construção de um meio de comunicação autônomo”, o Fora do Eixo (FdE). O autor afirma que, segundo Capilé e Torturra, “a rede Fora do Eixo foi uma espécie de incubadora para o surgimento do Mídia Ninja”, com influência direta do princípio colaborativo de produção do primeiro, que tinha um “ambiente propício para uma experiência de mídia social, articulada em rede, em constante processo de interação entre os agentes desta rede e aberto a colaboradores que não necessitavam estar diretamente vinculados” (JESUS, 2015, p. 36).

A partir da grande repressão à Marcha da Maconha<sup>16</sup>, no dia 21 de maio de 2011, convocou-se a Marcha da Liberdade, que ocorreu uma semana depois, e este evento marcou “o primeiro dia em que Claudio Prado<sup>17</sup> e Bruno Torturra<sup>18</sup> saíram para transmitir com uma mochila tecnológica emprestada, e teve 90 mil visualizações” (LORENZOTTI, 2014, p. 10). De acordo com Lorenzotti (2014), Torturra, que ainda não era tão adepto às redes sociais, participou da Marcha da Maconha como ativista, pois identifica-se como antiproibicionista, e diante da “narrativa clássica” construída por veículos de comunicação da grande mídia acerca do evento e da violência policial, viu-se obrigado a dar seu relato como participante, utilizando-se para isso do Twitter. A repercussão foi maior do que o imaginado, pois Bruno tinha 5 mil usuários conectados a sua rede e o seu texto foi lido por um público de 45 mil pessoas.

Prado e Torturra foram apresentados por John Barlow, um amigo em comum que foi ativista nos Estados Unidos nos anos 1960 e letrista. Prado conhecia o Fora do Eixo desde 2010, quando participou de um congresso em Uberlândia, Minas Gerais (MG) e o apresentou a Torturra, que também teve contato com o movimento no mesmo ano, porém a oportunidade foi durante um encontro sobre cultura digital na capital paulista (LORENZOTTI, 2014). Rodrigues (2016) explica que durante a

---

<sup>16</sup> Lorenzotti (2014, p. 10) explica que a Marcha da Maconha trata-se de “um evento que começou em 1994 e ocorre anualmente em diversos locais do mundo, com manifestações em favor da legalização e da regulamentação de comércio e uso”.

<sup>17</sup> “Claudio, 70 anos, é ex-coordenador de Cultura Digital da Secretaria de Programas e Projetos do Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil. Ele atua em vanguardas desde os anos 1970 quando, exilado em Londres, foi um dos fundadores do Festival de Glastonbury, um dos mais importantes da Europa” (LORENZOTTI, 2014, p. 10).

<sup>18</sup> “Bruno, 35 anos, é jornalista não diplomado e durante 11 anos trabalhou na revista *Trip*, onde chegou a diretor de redação” (LORENZOTTI, 2014, p. 10).

cobertura da Marcha da Liberdade, em maio de 2011, as transmissões em tempo real foram realizadas pelo Pós-TV, criado pelo Fora do Eixo, no mesmo ano, podendo ser considerado como um projeto embrionário do Mídia Ninja a medida em que buscava propor um novo modelo de comunicação com a ideia do “pós-telespectador”, que teria a oportunidade de interagir e participar diretamente na proposta.

Segundo Jesus (2015, p. 36) “foi durante o processo de elaboração do Pós-TV, que a Mídia Ninja surge como ideia para um modelo de transmissão ao vivo”, tendo como personagens Bruno Torturra, Rafael Vilela e Pablo Capilé. A Pós-TV era um projeto que contemplava transmissões de programação própria com a utilização de um espaço online na internet. Claudio Prado apresentava o programa “Supremo Tribunal Liberal”, que basicamente era organizado e apresentado de um sofá colocado na rua Augusta, ponto tradicional da cidade de São Paulo, para conversar com os andantes durante a madrugada. Outros programas apresentados no Pós-TV podem ser citados, como o “Desculpe a nossa Falha” e o “Segunda Dose”, apresentados, respectivamente, por Lino Bocchini e Bruno Torturra (LORENZOTTI, 2014).

Abreu (2016, p. 110) explica que “a Pós-TV é um dos canais de comunicação do movimento com o público geral, como o próprio nome sugere em tom provocativo, ele funcionaria como uma alternativa à programação televisiva tradicional”. Conforme explica o autor, a proposta já servia como um contraponto à atuação da grande mídia e de temas que, normalmente, são ignorados pela narrativa hegemônica, tendo surgido a partir de uma solução criada pelos próprios integrantes do Fora do Eixo, que “também serve de canal para as transmissões ao vivo dos festivais de música, conversas expositivas e por vezes auto reflexivas sobre o próprio movimento e suas atividades” (ABREU, 2016, p. 110-111). Padovani (2016) explica que a divulgação da atuação Ninja era totalmente viável para o Fora do Eixo diante do número de coletivos e agentes geradores de mídia presentes na organização.

Segundo Lorenzotti (2014, p. 12), “a Pós-TV exibia, em setembro de 2013, em média 150 transmissões. Os programas eram realizados em várias partes do país, especialmente com debates sobre assuntos do momento, seja política, artes, comunicação”, servindo como uma universidade, conforme Prado aponta a autora,

para além da preparação e do ensino institucional, negando, inclusive, a necessidade de diplomação para desenvolver trabalhos nas áreas da comunicação e da cultura. Conforme Lorenzotti (2014, p. 12) “foi este o processo que desencadeou a experiência da Mídia Ninja, dois anos depois”, ainda que o nome “Ninja” sequer existisse. A autora explica que a ideia surgiu a partir da compreensão de integrantes do Pós-TV de que havia a necessidade de uma iniciativa que fosse além do espaço de debates, contemplando mais diretamente as relações entre ativismo e jornalismo na sua atuação.

Conforme aponta Torturra, assim como a ideia o nome também surgiu dentro de um pequeno grupo que almejava a nova iniciativa. Então, a partir de uma amiga de Torturra, a palavra “ninja” surgiu como uma proposta para tornar-se uma sigla, que também seria de fácil identificação no exterior. Em seguida, passaram a pensar no significado de cada letra, chegando a pensar em palavras como “núcleo”, “independente” e “jornalismo”, faltando ainda definir o que significava a letra “A” da sigla “Ninja”. Até que chegaram na definição de Ninja, como: “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação” (LORENZOTTI, 2014). Conforme Rodrigues (2016) a rede social Instagram, que foi a primeira utilizada durante o Fórum Social Mundial (FSM) da Tunísia, aceitou somente o nome “Mídia Ninja”, o que acabou definindo a nomenclatura do coletivo, como aponta a autora, a partir de uma demanda técnica, apesar da sigla Ninja ter surgido antes.

E foi durante a participação no Fórum Social Mundial, realizado na Tunísia, em 2013, que Bruno Torturra e Felipe Altenfelder se apresentaram como o coletivo brasileiro de jornalismo independente “Ninjas”. Rodrigues (2016) aponta que as primeiras experiências de coberturas em tempo real, pela plataforma *Twitcasting*<sup>19</sup>, foi em Túnis, em março de 2013, quando Torturra e Altenfelder observaram o aplicativo japonês. Antes de embarcar para o evento e apesar de ainda não ser conhecido nacionalmente, como ficou após os protestos de junho, o Mídia Ninja fez sua própria apresentação pelo Facebook que, como reforça Rodrigues (2016, p. 115), é “o canal mais popular por onde o coletivo escoia sua produção”, com uma

---

<sup>19</sup> O Twitcasting é um aplicativo japonês, criado em 2009, que permite aos usuários a realização de transmissões ao vivo. A ferramenta foi utilizada pelo Mídia Ninja durante a cobertura dos protestos de junho de 2013, no Brasil. A conta do Mídia Ninja no aplicativo está disponível em: <https://pt.twitcasting.tv/midianinja> <acessado em 12/01/2018>.

espécie de anúncio do novo modelo de ação que estaria por vir e com críticas aos grandes meios de comunicação:

Enquanto a velha mídia vai se transformando em mofo emerge pelo mundo inteiro uma tropa de comunicadores independentes. Nas ruas e nas redes, em textos e fotos, memes e streaming, atrás de câmeras ou celulares, eles estão por toda parte. Reduzindo filtros entre fatos e o público. Já não precisamos de veículos. Somos os veículos (MÍDIA NINJA, 2013<sup>20</sup>).

No início do mês seguinte, de acordo com Rodrigues (2016, p. 116), “como prenúncio da explosão das jornadas, o coletivo acompanhou a manifestação contra o aumento das tarifas realizada em Porto Alegre”. Segundo a autora, “o sucesso do protesto (que resultou na redução do preço) empurrou o movimento organizado pelo MPL a crescer em outros estados do país” (RODRIGUES, 2016, p. 116). Em Marabá, também em abril do mesmo ano, os Ninjas cobriram o julgamento dos assassinatos de Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo, ambientalistas assassinados em Nova Ipixuna, no Pará (PA), em 24 de maio de 2011, tendo como motivação a atuação do casal contra a grilagem de terra e o desmatamento ilegal. A participação dos Ninjas em outros espaços, como as marchas das vadias e da maconha, que contaram com a atuação do coletivo, foram sendo, inevitavelmente, neutralizadas pelo crescimento dos protestos contra o aumento das passagens em diversas regiões do país.

Em 5 de junho de 2013, Torturra postou em seu perfil no Facebook uma reflexão, denominada “Ficaralho”, em que abordava a situação do jornalismo, sobretudo dos profissionais da comunicação, diante das demissões em massa dos veículos, por um lado, e da precarização do trabalho através do acúmulo de funções dos jornalistas que permaneciam nas redações, por outro. Com otimismo, Bruno Torturra identificou na ocasião uma oportunidade ou, como ele mesmo denominou, “o ambiente perfeito” para a comunicação ser repensada e o jornalismo “se reencontrar na rede e das ruas”, com “a ausência de gabinetes e editores” (TORTURRA, 2013 *apud* LOREZONTTI, 2014, p. 14). Ao final, fez um chamamento para uma reunião, no dia 11 de junho, promovida pelos movimentos Fora do Eixo e Existe Amor em SP<sup>21</sup> de apresentação da ideia “Ninja”.

<sup>20</sup> A postagem está disponível na página do coletivo Mídia Ninja, no Facebook, em: <https://www.facebook.com/midiaNINJA/photos/a.164308700393950.1073741828.164188247072662/164308703727283/?type=1&theater> < acessado em 15/03/2018>.

<sup>21</sup> Savazoni (2014) explica que “no dia 21 de outubro de 2012, a então reinaugurada Praça Roosevelt, na região central de São Paulo, foi palco de um festival organizado por redes e coletivos paulistanos

Neste momento, Torturra (2013 *apud* LORENZOTTI, 2014, p. 15), que define os Ninjas como “um grupo de comunicação amplo e descentralizado, a fim de explorar as possibilidades de cobertura, discussão, repercussão, remuneração e da radical liberdade de expressão que a rede oferece”, ressalta a proposta de uma iniciativa que seria viabilizada “sem o fantasma do lucro e do crescimento comercial como condições primordiais para o trabalho”. No dia seguinte, Torturra utilizou o mesmo espaço da sua rede social para comunicar a transferência do encontro para o dia 13, devido à surpreendente demanda de pessoas interessadas em conhecer e participar da proposta Ninja, inclusive de outros estados além de São Paulo (SP). Lorenzotti (2014, p. 17) aponta que “nesse meio tempo se iniciavam as manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre e a Mídia Ninja começou a se evidenciar”.

Conforme aponta Benites (2016) a ideia de planejar uma rede alternativa de cobertura dos protestos foi adiada pela emergência das próprias manifestações naquele 13 de junho, pois junho de 2013 já estava acontecendo e prestes a espalhar-se pelo país inteiro. Através de uma postagem, Bruno Torturra convocou todos os interessados no projeto do Mídia Ninja a participarem da cobertura dos protestos em tempo real e de dentro das manifestações. No dia 23 de junho, o coletivo Mídia Ninja utilizou sua página no Facebook convocando todos os interessados em contribuir com a transmissão das manifestações. Segundo Lorenzotti (2014) neste momento “em São Paulo, o núcleo então era composto por cerca de 6/8 pessoas, com idade média de 22 anos, e nenhum com formação jornalística” (p. 19). Durante os protestos, segundo Lorenzotti (2014, p. 104), “mais de 500 pessoas, espalhadas por todo o país, fizeram transmissões e coberturas pela Mídia Ninja”.

Conforme aponta Carvalho (2016), além de Torturra e Capilé, outros integrantes do Fora do Eixo também participaram da criação do Mídia Ninja, dentre

---

e convocado por sites de rede social. Cerca de 20 mil atenderam ao chamado e participaram do festival que foi nominado como #ExisteAmoremSP e se tornou um dos mais emblemáticos episódios das eleições municipais na maior cidade do país” (p. 105). O autor apresenta ainda a definição do Existe Amor em SP, apresenta pelo próprio: “somos um coletivo de amantes que busca criar e articular diálogos com diversos movimentos sociais e políticos ativos, que acreditam na mudança social, na construção de um outro modo de relação humana, de nós com a natureza, e na mudança de consciência. Isso deve acontecer pela ocupação dos espaços públicos, como forma de luta por direito à cidade e a cidadania. É por isso que esclarecemos que o movimento não é de um grupo ou um partido, de um movimento ou de outro. Somos todos nós que criamos as intervenções públicas que queremos (EXISTEAMOREMSP, 2012 *apud* SAVAZONI, 2014, p. 106).

eles a autora cita os nomes de Rafael Vilela (também conhecido como Pira), Felipe Altenfelder (também conhecido como Carioca), Dríade Aguiar, Felipe Peçanha e Thiago Dezan. Para Benites (2016, p. 61) há cinco fatores que são centrais para o impacto da participação do Mídia Ninja nos protestos de junho de 2013: os midiativistas não eram, necessariamente, jornalistas; o modelo de transmissão, ao vivo e sem cortes, utilizado pelo coletivo; a utilização de dispositivos acessíveis a grande parte dos cidadãos nas coberturas; a posição adotada de independência em relação aos veículos tradicionais de comunicação; e as posições de parcialidades tomadas em prol dos manifestantes.

Para Lorenzotti (2014), além das coberturas, ao vivo, outros fatos podem ser apontados como determinantes para compreender porque a Mídia Ninja ficou conhecida no Brasil e até mesmo no cenário internacional, em 2013, durante a cobertura das manifestações: a prisão de dois midiativistas, no Rio de Janeiro, em 22 de julho; a cobertura da Mídia Ninja, exibida inclusive pela Rede Globo, que foi essencial para comprovar a inocência do estudante Bruno Ferreira Teles, preso pelo porte de coquetéis Molotov; e a participação de Bruno Torturra e Pablo Capilé (integrantes da Mídia Ninja) no programa Roda Viva, da TV Cultura, que já recebeu diversos convidados com significativas influências na história brasileira.

#### **2.4. O Movimento Fora do Eixo: a incubadora Ninja.**

Para compreendermos o surgimento e a atuação do Mídia Ninja é imprescindível que compreendamos também o Circuito Fora do Eixo, que é o berço do coletivo Ninja. Ao relacionar o Fora do Eixo e o surgimento do Mídia Ninja, Padovani (2016, p. 99) explica acerca do coletivo de midiativistas que a “atuação organizada, dinâmica e coordenada é fruto de uma atividade em rede com mais de uma década de práticas e experiências”. O nome, Fora do Eixo, faz referência à rede criada por produtores e artistas, em 2005, de estados aleatórios ao eixo Rio-São Paulo, mais especificamente das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, formada por “200 pontos e 2 mil pessoas envolvidas na área da cultura em todo o Brasil, e em alguns países da América Latina” (LORENZOTTI, 2014, p. 19). Inicialmente, a proposta contemplava produtores de Cuiabá (MT), Londrina (PR), Rio Branco (AC) e Uberlândia (MG), com o objetivo de “estimular a circulação de bandas, o intercâmbio



de tecnologias de produção e o escoamento de produtos neste rota” (LORENZOTTI, 2014, p. 19).

O Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos sócio-culturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso e desenvolvimento de tecnologias sociais (FORA DO EIXO<sup>22</sup>, 2009).

Atualmente, a rede Fora do Eixo, que se organiza através de casas coletivas, está presente em outras cidades do país como, por exemplo, nas capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Segundo Lorenzotti (2014), no ano do trabalho da autora, o Fora do Eixo estava em vinte e cinco das vinte e sete unidades da federação brasileira. De acordo com ela, são pontos “que se dedicam a produzir eventos culturais, debater comunicação colaborativa, pensar sustentabilidade e políticas públicas da cultura” (p. 19). Em 2012, de acordo com Savazoni (2014, p. 27), “a rede Fora do Eixo articulava 122 coletivos, cinco casas e 400 coletivos parceiros, que atuavam na organização de ações culturais e políticas”. No ano seguinte, após protestos de junho, “esse número passou para 18 casas coletivas, 91 coletivos e cerca de 650 coletivos parceiros”, sendo que segundo a estimativa do próprio movimento a rede “envolve 600 pessoas diretamente ligadas ao Fora do Eixo, mas influencia cerca de dois mil agentes”.

Abreu (2016) baseia-se em Savazoni (2014) para dividir a formação do Fora do Eixo em dois momentos: “o primeiro fortalece progressivamente suas atividades como circuito cultural, articulando vários coletivos culturais espalhados pelo país, processo que fixa suas bases institucionais e garante uma certa autonomia financeira” (p. 18); e “um segundo momento que inicia com suas participações em protestos e mobilizações públicas, onde em um curto período de tempo transforma-se em uma potente plataforma ativista” (p. 18-19). O autor enfatiza algumas características centrais do Fora do Eixo, como a utilização constante de tecnologias

---

<sup>22</sup> A definição está na Carta de Princípios do Fora do Eixo, elaborada em 2009, durante o II Congresso Fora do Eixo, realizado no Rio Branco, no Acre, e está disponível em <http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/> <acessado em 19/02/2018>.

da informação; a articulação com a população, os movimentos sociais e a esfera institucional; e a ampliação de uma atuação, inicialmente baseada no âmbito da cultura, para a organizações de ações vinculadas ao midiativismo (ABREU, 2016).

Ao tentar compreender o Fora do Eixo, Savazoni (2014) o identifica como algo difícil de ser conceituado de forma única, pois a iniciativa, para o autor, contempla ativismo digital, atuação de movimento social e diferentes vertentes relacionadas ao campo cultural. O autor caracteriza o Fora do Eixo como “agrupamentos culturais de jovens oriundos de regiões sobre as quais há um bloqueio de visibilidade, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, (que) se transformam em uma organização política presente em todo o país” (SAVAZONI, 2014, p. 15), e, embora esteja centrada no campo cultural, contempla também outros aspectos. Savazoni (2014) também resume a atuação do Fora do Eixo como uma “rede de coletivos culturais e de ativismo político-digital que nos últimos anos ganhou notoriedade no país, gerando interesse de meios de comunicação, academia, classe política tradicional e de aliados e adversários na sociedade civil” (p. 14).

Savazoni (2014) contextualiza o surgimento do movimento Fora do Eixo com outros ocorridos no início do século XXI, como o auge da articulação de novos movimentos sociais do mundo inteiro no Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre (RS), em 2002, e a própria chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, no mesmo ano, com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que influenciaria diretamente na mudança do comando do Ministério da Cultura<sup>23</sup> e, conseqüentemente, em transformações relevantes na gestão do campo cultural, que passou a ter Gilberto Gil como Ministro, com a contribuição de Juca Ferreira (que foi Ministro da Cultura, posteriormente, de 2008 a 2010), e a abertura dos espaços de participação social, como as conferências temáticas realizadas pelo Governo Federal, tudo isso combinado com o avanço do acesso aos dispositivos tecnológicos e a internet<sup>24</sup>, que começam a reconfigurar as relações sociais.

---

<sup>23</sup> Ao apresentar o contexto do surgimento e consolidação do Fora do Eixo, Savazoni (2014) afirma que houve “uma experiência de vigorosa participação social proporcionada pelo governo Lula, em especial pelo Ministério da Cultura de Gil-Juca, que buscou fomentar ativamente, por meio de políticas públicas, as ‘forças vivas’ da cultura brasileira” (p. 67).

<sup>24</sup> Savazoni (2014) faz um balanço do avanço no acesso aos dispositivos tecnológicos e à internet na primeira década do século XXI. Como demonstra o autor “em 2000, o país tinha cerca de 10 milhões de computadores em uso. Em 2013, esse número passou para 119 milhões, o que configura três micros para cada cinco habitantes brasileiros. O número de cidadãos usuários de internet quintuplicou (como mostra o gráfico na obra do autor). Saiu de 7.5 milhões de usuários residenciais

Conforme Savazoni (2014), podemos resumir o contexto que proporcionou o surgimento do Fora do Eixo como uma “somatória de estímulos públicos, associada à popularização dos instrumentos técnicos que permitiam aos cidadãos interconectarem-se em rede, contribuiu para a emergência de novos agentes culturais no país” (p. 67). Ele explica que o “elemento matriarcal” para a criação do Fora do Eixo, que teve sua primeira reunião de organização ocorrida em 2006, realizando seu primeiro congresso em 2008, foi o coletivo Espaço Cubo, fundado em 2002, pelo produtor cultural Pablo Capilé, juntamente com as comunicadoras Lenissa Lenza e Mariele Ramires, que foi o que o autor descreve como “o principal antecedente” do movimento Fora do Eixo (SAVAZONI, 2014). Cabe destacar também a criação do Cubo Card, uma moeda social desenvolvida pelo coletivo que tinha valor próprio de circulação e servia, conforme explica Savazoni (2014, p. 20), “para administrar dentro de preceitos da economia solidária a cena local de música jovem na capital do Mato Grosso”.

De setembro de 2008, quando se realizou o primeiro congresso do Circuito Fora do Eixo, até 2013, quando foi realizado o quinto congresso do movimento, Savazoni (2014, p. 22) explica que “o Fora do Eixo percorreu um percurso de crescimento exponencial e consolidação de suas formas de atuação”. Ele observa que há, entre 2011 e 2012, “um deslocamento gradual do Fora do Eixo de uma rede de coletivos de produção cultural [...] para uma plataforma de articulação política em rede, com foco na cultura e na mobilização e participação social” (SAVAZONI, 2014, p. 84). O autor afirma que o deslocamento “em direção a se tornar uma plataforma ativista, voltada para a construção e disputa de narrativas, a partir do uso intensivo da comunicação digital, o Fora do Eixo daria seu passo definitivo com a criação da Mídia Ninja” (SAVAZONI, 2014, p. 125).

O Fora do Eixo é uma organização, conforme explica Savazoni (2014, p. 18) “regulada por meio de sistemas próprios<sup>25</sup>, estatutos, regras de conduta e convívio social intenso, de abrangência nacional e especificidades regionais”. A composição do movimento ocorre pela participação de “coletivos locais de cada cidade ou

---

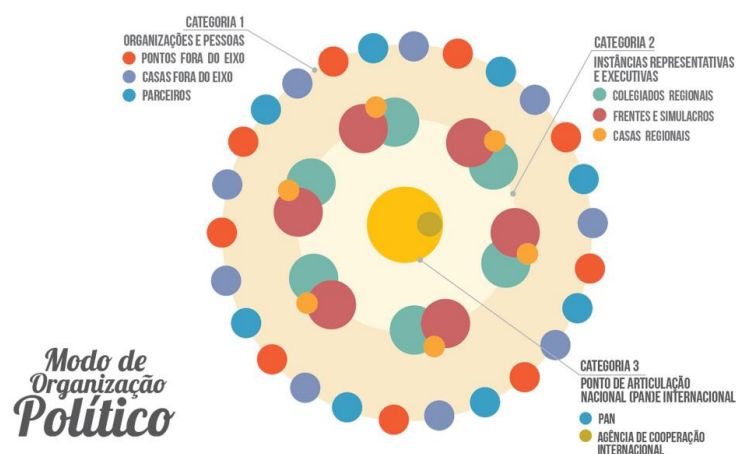
em 2002, para mais de 40 milhões em 2012. Em números absolutos, o país atingiu em 2012 o número de 94 milhões de pessoas com acesso à internet” (p. 63-64).

<sup>25</sup> Savazoni (2014) afirma que “os documentos produzidos pelo próprio Fora do Eixo são peças essenciais para compreendermos a organização. Atualmente, a rede possui dois documentos-guia: (1) o regimento interno e a (2) carta de princípios. Estes documentos foram aprovados durante o segundo congresso nacional do FdE, realizado em 2009, no Acre” (p. 37).

município onde exista um núcleo ou célula de produção cultural, denominados ‘Pontos Fora do Eixo’, cuja adesão do indivíduo no coletivo é livre, espontânea, esclarecida e consciente” (FORA DO EIXO, 2009). De acordo com Savazoni (2014, p. 31) os “contatos com diversas cidades e produtores, tornou possível a disseminação das práticas do Fora do Eixo, criando casas coletivas, nas quais, seus agentes eram também moradores, responsáveis por efetivar diversas atividades”. Para Abreu (2016) os protestos de 2013 são o período de transição do Fora do Eixo de “um conjunto de coletivos em torno da realização de festivais de música independentes e promoção cultural local” para a constituição do que o autor identifica como “status de um movimento social singular” (p. 87).

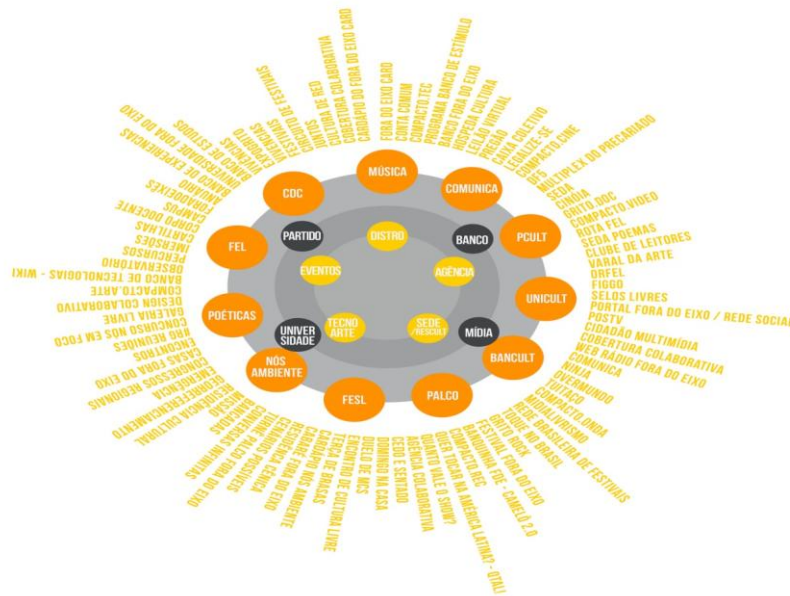
O Fora do Eixo possui uma organização política e uma organização estrutural, conforme mostram as figuras 1 e 2, respectivamente, que estão relacionadas à atuação e as principais ações do movimento, com diferentes instâncias ou categorias, que possuem papéis específicos e relacionados aos demais estágios organizacionais. Savazoni (2014) explica também que “a organização é composta por duas estruturas que se sobrepõem. Uma territorial e outra temática. Ambas têm no Ponto de Articulação Nacional (PAN), sediado na Casa Fora do Eixo São Paulo, seu epicentro operacional” (p. 27-28). Em sua própria Carta de Princípios, o movimento expõe que “é integrado por entidades as quais, com suas estruturas de funcionamento, estabelecem um fluxo de atuação integrado e sistêmico em prol do fortalecimento da cadeia produtiva cultura” (FORA DO EIXO, 2009).

Figura 1: Modo de organização política.



Fonte: Fora do Eixo.

Figura 2: Modo de organização estrutural.



Fonte: Fora do Eixo.

Para Savazoni (2014, p. 148), o movimento Fora do Eixo, como “uma rede política que atua com cultura e comunicação”, tem dois processos estruturantes: “um circuito de distribuição cultural de abrangência nacional e uma organização política de ativismo reticulador digital”. O autor destaca a função de algumas partes da organização em rede do movimento: como os coletivos “cuja função é desempenhar a representação local da rede Fora do Eixo nas cidades onde a organização se faz presente” (SAVAZONI, 2014, p. 23), bem como dos Pontos Parceiros do circuito que “desenvolvem atividades em cooperação” (SAVAZONI, 2014, p. 23). É importante apontar também que, segundo Savazoni (2014) “do Ponto de Articulação Nacional (PAN) ao Ponto Fora do Eixo, todas as organizações pertencentes à rede, obrigatoriamente, precisam ser pessoas dedicadas às frentes temáticas e aos simulacros” (p. 24-25). Savazoni (2014, p. 31-32) ressalta que a gestão política<sup>26</sup> é responsável pela “interlocução com a classe política tradicional, sem distinção partidária apriorística” e pela “articulação junto a outras organizações da sociedade

<sup>26</sup> Savazoni (2014, p. 149) apresenta um gráfico com a linha do tempo do funcionamento político do Fora do Eixo, de 2012 a 2013.

civil, com especial atenção para os movimentos que se articulam simultaneamente nas redes sociais e nas ruas (no espaço público urbano)”.

Dentro da organização estrutural de ação do Fora do Eixo, podemos identificar o que Abreu (2016) define como “frentes mediadoras” ou os simulacros, como são denominados pelo próprio movimento, “que cumprem a função de interligar e manter o fluxo entre as frentes produtoras e temáticas” (p. 100). Ou seja, são os elos de ligação entre as redes que realizam as demandas e as redes temáticas da atuação do Fora do Eixo. Há quatro simulacros na organização estrutural: a Universidade<sup>27</sup>, o Banco<sup>28</sup>, o Partido<sup>29</sup> e a Mídia. Mais do que nortear a atuação do Fora do Eixo, esses simulacros também representam o *modus operandi*

---

<sup>27</sup> Abreu (2016, p. 112) explica que o “simulacro da Universidade FdE compõe um núcleo educacional conduzido pelo método experimental de formação livre, que reconhece que as trocas de conhecimento dentro dos coletivos e da rede em geral, representam um campo de saber válido. Este saber seria gerado pelos problemas e subseqüentes soluções criativas, pela experiência do trabalho colaborativo e em rede, pela expertise de pessoas ou coletivos que se aprofundam em determinadas áreas. Este conhecimento gerado é sistematizado e transformado no que eles chamam de tecnologias sociais, que podem ser compartilhados e replicados em outros coletivos e parceiros da rede, e ser aperfeiçoado pelos usuários. A principal forma de transmissão de conhecimento são as vivências práticas em algum projeto ou experiência nas casas FdE, os ‘viveres’ são estimulados a percorrer os circuitos destas casas coletivas. Existem outros ‘campis’, como eles denominam, fora do país como em Cabo Verde onde a universidade FdE é reconhecida pelo governo, aqui ainda está em debate sobre a possibilidade de inclusão no sistema educacional brasileiro (Pós-Tv/universidade, 2013)”.

<sup>28</sup> Abreu (2016, p. 112-113) explica que “o Banco é norteado pela economia solidária e por projetos de auto sustentabilidade. Administra a economia social e monetária da rede, buscando o equilíbrio das mesmas, assim com dos fundos e investimentos do movimento, e do fluxo entre os caixas coletivos das casas FdE. Pode administrar algum grande financiamento público ou particular, e quando necessário pode mesmo realizar empréstimos com juros em card, ou intermediar serviços entre parceiros. Tem como projeto experimental a moeda social chamada de ‘Card’, que é usada de forma complementar seja em eventos, trocas de serviços e produtos. Um dos integrantes resume bem a sua função prática: ‘o card serve muito bem para regulamentar a brodagem’ (Entrevista 1, 2014), como ‘brodagem’ entendem o sistema de troca de favores (serviços) entre amigos e parceiros, ou em um projeto coletivo comum ou mesmo distinto. A maior parte das transações bancárias FdE é realizada na forma de cards, o que facilita a realização dos projetos do grupo como um todo, pois a ideia básica é que o banco intermedie estas redes de ajuda entre os coletivos, funcionando como um eficiente mecanismo de autogestão e financiamento entre os integrantes da rede, que segundo Capilé (Roda Viva, 2013) se somado é maior que o financiamento público, que apesar de representar grandes valores os editais são inconstantes”.

<sup>29</sup> Abreu (2016, p. 114) explica que o “simulacro do Partido FdE busca orientar uma política interna e abrir diálogos com outras instâncias externas ao movimento, ampliando a influência no cenário institucional privado e governamental. Uma destas ações tem sido estreitar as relações e trocar experiências com os Pontos de Cultura do Governo Federal. Os integrantes do partido das casas regionais tem a responsabilidade de integrar e estimular a coesão, do que eles chamam de arranjo coletivo local, que compreende as pontas das redes, os coletivos menores e sua rede de negociação, almejando que todo os núcleos da rede, mesmo os menores, funcionem em uma maior harmonia e coerência com os princípios compartilhados por todo o grupo. Procura também responder às críticas e difamações através de notas e prestações de contas em seu portal de transparência, criado recentemente após severas críticas recebidas pela grande mídia. O PCULT, que é a frente temática que dá forma a esta proposta de simulacro, tem como norte o diálogo amplo com os diversos setores da sociedade, sejam do poder público, sociedade civil organizada, iniciativa privada, partidos à direita, centro, ou de esquerda, grupos do centro ou periferia”.

do movimento para construir e compartilhar o conhecimento, repensar os modelos econômicos de sustentação, definir o seu modo de organizar-se politicamente e a relação com a sociedade e a divulgação de suas ações através de formas alternativas de comunicação. Savazoni (2014, p. 32) observa que “o simulacro da Mídia é aquele em que o Fora do Eixo mais tem investido”.

A relevância da comunicação e o próprio simulacro da mídia, como um dos pilares da organização do movimento Fora do Eixo<sup>30</sup>, “surge da iniciativa de alguns integrantes em expandir as coberturas para além dos eventos da própria rede, pois muitos deles egressos, estavam cursando ou haviam concluído a faculdades de comunicação” (ABREU, 2016, p. 114). Mesmo antes do Mídia Ninja surgir, podemos observar algumas inquietações e insatisfações em relação à cobertura e à atenção dos meios tradicionais de comunicação que já existiam no movimento embrionário do coletivo de midiativistas, o Fora do Eixo, e são afins com o processo de criação e atuação dos Ninjas. Abreu (2016, p. 114) afirma que as “transmissões focavam no que eles julgavam não estar sendo amplamente debatido, ou mesmo ocultado na grande mídia, valorizando também os assuntos de interesse local, que por não dar muita audiência são desprezados”. Savazoni (2014) afirma que o movimento também objetiva atuar em países da América Latina e da África, com a missão de “empoderar agentes que passem a ser capazes de disputar condições econômicas e políticas de viabilizar os seus objetivos” (p. 38).

A relação entre o Fora do Eixo e o projeto Ninja se dá propriamente a partir da chegada em São Paulo, conforme Abreu (2016), quando “o movimento começa a se envolver progressivamente na vida política da cidade” (p. 20). O autor cita as transmissões, ao vivo, direto da cracolândia de São Paulo no período em que houve o debate sobre as internações compulsórias dos usuários de drogas e as participações em atos públicos. De acordo com Abreu (2016, p. 21) “a partir de 2011 começam a investir consideráveis esforços no desenvolvimento de seu setor de comunicação e jornalismo”, citando a atuação do movimento em “transmissões ao vivo das marchas pela legalização da maconha, marcha das vadias, passeatas LGBT, marchas da liberdade, em diversos estados brasileiros”. Para o autor, essas

---

<sup>30</sup> É interessante pontuar que, desde 2009, dentre outros princípios, o Fora do Eixo também ressaltava a relevância de iniciativas que visavam a utilização de tecnologias o, compartilhamento de informações, os espaços alternativos de comunicação e o distanciamento dos conglomerados de mídia em sua Carta.

experiências anteriores serviram como aprendizado para a cobertura dos protestos de 2013 e auxiliaram no reconhecimento da atuação do midiativismo do Mídia Ninja.

Lorenzotti (2014, p. 44) apresenta algumas críticas direcionadas à atuação do movimento Fora do Eixo<sup>31</sup> e aos seus líderes, sobretudo com a dimensão nacional que o coletivo ganhou a partir dos protestos de 2013, tendo como um desses momentos a aparição no Programa Roda Viva. Entre as críticas, destacam-se: a utilização de verbas públicas nas suas produções, a ocorrência de opressões sexistas, psicológicas e financeiras, bem como o modelo desregulamentado e precarizado de trabalho proposto aos colaboradores nas casas coletivas. Denúncias acerca dessas questões foram apresentadas na edição 762 da revista Carta Capital<sup>32</sup>, conhecida tradicionalmente por identificar-se como uma proposta jornalística alternativa e do campo da esquerda, fundada em 1994. Posteriormente, o Fora do Eixo respondeu a reportagem da Carta Capital, a qual denominou como “oportunista”, rebatendo as críticas apresentadas. O coletivo também foi alvo de críticas de meios de comunicação, como a revista Veja<sup>33</sup> e os jornais O Globo<sup>34</sup> e O Estado de S. Paulo<sup>35</sup> (LOREZONTTI, 2014).

De acordo com Benites (2016), podemos resumir que há quatro críticas direcionadas ao Fora do Eixo e ao Mídia Ninja: a primeira “parte de artistas que se consideram prejudicados economicamente e em seus direitos autorais, pelo Fora do

---

<sup>31</sup> No posfácio da obra de sua obra, intitulada “Deus e o Diabo na era da cultura digital”, Savazoni (2014) também apresenta “um relato das críticas que emergiram sobre o Fora do Eixo na primeira semana de agosto de 2013, logo depois de a Mídia NINJA – que como veremos é parte constituinte da rede Fora do Eixo – ter sido objeto de uma entrevista no programa Roda Viva, produzido pela TV Cultura de São Paulo” (p. 17). O autor afirma que “o FdE vivenciou uma onda de denúncias oriundas de ex-parceiros, ex-membros e de artistas com os quais se relacionou nos últimos anos. Essas denúncias resultaram em matérias negativas produzidas pelos principais veículos da Grande Mídia brasileira, como Veja e Folha de S. Paulo e em um escrutínio público nas redes sociais – algo que poucas organizações vivenciaram em sua trajetória” (SAVAZONI, 2014, p. 17).

<sup>32</sup> Matéria da revista Carta Capital, publicada em 16/08/2013, assinada por Lino Bochinni que, embora não tenha assim se identificado, segundo Lorenzotti (2014), é um ex-integrante da rede Fora do Eixo: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html> <acessado em 20/02/2018>.

<sup>33</sup> A crítica, exemplificada, direcionada ao Mídia Ninja, publicada na Revista Veja, intitulada como “Conheça Pablo Capilé, o líder por trás da Mídia Ninja”, está disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/conheca-pablo-capile-o-lider-por-tras-da-midia-ninja/> <acessado em 27/01/2018>.

<sup>34</sup> A crítica, exemplificada, direcionada ao Mídia Ninja publicada pelo jornal O Globo, intitulada como “Ninjas querem verba oficial para sobreviver”, está disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ninjas-querem-verba-oficial-para-sobreviver-9343258> <acessado em 27/01/2018>.

<sup>35</sup> A crítica, exemplificada, direcionada ao Mídia Ninja, publicada no jornal Estadão, intitulada como “Mídia Ninja e o futuro desfocado”, está disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,media-ninja-e-o-futuro-desfocado-imp-,1064592> <acessado em 27/01/2018>.



Eixo”; a segunda “questiona a ‘independência’ dos Ninjas” (p. 83), visto que “o FdE concorre a projetos de financiamento do governo a políticas públicas em comunicação” (p. 83); a terceira, que é especificamente direcionada à atuação midiativista, que “vem de jornalistas de veículos da mídia tradicional contrários aos movimentos populares e/ou avessos às práticas de cobertura do coletivo, particularmente, no que se relaciona ao engajamento” (p. 83); e a quarta, vinda de “opositores aos dois coletivos, entre os próprios ativistas e midialivristas, por motivos ideológicos ou, pelo menos, por discordarem com eles sobre o encaminhamento das lutas dos movimentos sociais” (p. 83).

## 2.5. 2013+5: os Ninjas seguem em ação.

O Mídia Ninja atraiu tanto os olhares dos meios tradicionais de comunicação como os da imprensa alternativa. Por certo, ninguém sabia o que estava por vir. O midiativismo Ninja rompeu tanto com o modelo tradicional de produção de informação, protagonizado pela grande mídia, como com o seu contraponto, proposta pela imprensa alternativa, utilizando-se da mídia-multidão (BENTES, 2015)<sup>36</sup> ou dos múltiplos produtores de conteúdos que foram canalizados pela ação do coletivo de ativistas. De informantes, os ativistas passaram a se tornar conteúdo da informação dos meios de comunicação e sua atuação gerou debates sobre diferentes questões do “modo de fazer” do coletivo, gerando tanto posicionamentos contrários ao ativismo, como foi exemplificado, entre outros, como de defesa ou de compreensão do modelo Ninja, como nos casos de Alberto Dines<sup>37</sup>, do site Observatório Imprensa, do colunista José Miguel Wisnik<sup>38</sup>, de O Globo, do jornalista Luis Nassif<sup>39</sup> e de Eliane Brum<sup>40</sup>, da revista Época (LORENZOTTI, 2014).

<sup>36</sup> Conforme explica Bentes (2015, p. 15) a “mídia-multidão é a possibilidade de incluir o público na produção desse pós-jornalismo (que não descarta técnicas e práticas que sempre existiram, como a apuração, reportagem, pesquisa, edição, etc.). Por exemplo, as informações trazidas pelas redes (cruzadas com as informações escolhidas nas ruas) funcionam, nas transmissões on-line da Mídia NINJA (no ao vivo do *streaming*), como um GPS humano, um novo circuito rede-rua. O chat da transmissão (onde todos comentam livremente) vira um lugar de atualização, contrafação, disputa, colaboração, uma real ruídocracia intensa e instigante”.

<sup>37</sup> Texto do jornalista Alberto Dines, publicado no site Observatório Imprensa, intitulado “Um olhar sobre o Mídia Ninja”, disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/um-olhar-sobre-a-midia-ninja/> <acessado em 27/01/2018>.

<sup>38</sup> Texto do colunista José Miguel Wisnik, publicado no site do jornal O Globo, intitulado “Mídia Ninja”, disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/midia-ninja-9586115> <acessado em 27/01/2018>.

<sup>39</sup> Texto do jornalista Luis Nassif, publicado no site do GGN, intitulado “Mídia Ninja e Casa Fora do Eixo: a explosão do novo”, disponível em: <https://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/midia-ninja-e-casa-fora-do-eixo-a-explosao-do-novo> <acessado em 27/01/2018>.

Como foi apontado, apesar de ter sido uma iniciativa que emergiu das atuações do Fora do Eixo, antes mesmo de 2013, o Mídia Ninja ganhou notoriedade nacional a partir dos protestos de junho daquele ano, para tornar-se um projeto com relevância própria, como afirma Rodrigues (2016, p. 102): o “Mídia Ninja se expandiu e, embora ainda um braço midiático do Fora do Eixo, ganhou peso e importância que transcende outras vertentes do FdE e o próprio coletivo cultural”. Abreu (2016) também observa as contribuições trazidas pelo coletivo midiativista, como as relações estabelecidas entre o Fora do Eixo e os movimentos sociais, dentre outras formas de organizações da sociedade, que aumentaram de modo significativo desde o surgimento e a atuação do Mídia Ninja.

É interessante ressaltar também que o próprio Mídia Ninja elucida em seu site alguns questionamentos frequentemente realizados em trabalhos acadêmicos<sup>41</sup>, dentre eles o da relação entre os midiativistas e o Fora do Eixo, explicando que o último foi “o embrião da Mídia Ninja, determinante e fundamental para o desenvolvimento da rede, servindo como incubador do seu processo, além de continuar sendo a principal responsável por oferecer a estrutura e a condição de trabalho” (MÍDIA NINJA, 2018). Quanto à relação com os partidos políticos, ainda de acordo com o Mídia Ninja (2018), não há alinhamento automático ou financiamento político-partidário na atuação do coletivo, havendo o “diálogo suprapartidário com todos os parlamentares que defendam conquistas e políticas públicas em prol do bem comum”, assumindo o “compromisso com a luta por direitos”. A posição do coletivo explicita a agenda da ação midiativista como o ponto balizador do diálogo da relação com o campo político institucional, neste caso com a menção ao Poder Legislativo.

Apesar de também negar a manutenção com a utilização de recursos públicos, o coletivo expõe sua posição favorável à existência de políticas públicas, com “editais abertos e transparentes”, de comunicação que contemplem os denominados veículos independentes, tecendo críticas pela compreensão de que, atualmente, “os veículos de comunicação corporativos sobrevivem às custas de altos investimentos públicos, tanto em publicidade quanto com crédito,

---

<sup>40</sup> Texto da colunista Eliane Brum, publicado na Revista Época, intitulado “Heróis e vilões não cabem na reportagem”, disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/bheroisb-e-bviloesb-nao-cabem-na-reportagem.html> <acessado em 27/01/2018>.

<sup>41</sup> A relação de questionamentos, frequentemente realizados em trabalhos acadêmicos, respondidos pelo Mídia Ninja está disponível em: <http://midianinja.org/perguntas-frequentes/> <acessado em 20/06/2018>.

financiamento e renegociações de dívidas tributárias” (MÍDIA NINJA, 2018). Segundo o Mídia Ninja (2018), ao identificar-se como independente em relação aos poderes econômicos e políticos, o financiamento do coletivo “é fruto do investimento do trabalho de seus colaboradores, e conta com a estrutura e a força de trabalho da rede Fora do Eixo para realizar suas atividades” e, apesar de não citá-las, os Ninjas também fazem referência ao auxílio de “organizações internacionais que se interessam em custear a formação de novos agentes de comunicação e a produção de conteúdos ligados às questões socioambientais e culturais”.

No campo da comunicação, o Mídia Ninja identifica-se como o jornalismo, definindo-o como “uma das ferramentas e linguagens que utilizamos para levantar temas e debates, fortalecendo narrativas que não tem visibilidade nos meios convencionais de comunicação”, ressaltando, ao mesmo tempo, a ruptura com o que denomina como “falso mito da imparcialidade do jornalismo corporativo”, representada pela parcialidade assumida como princípio do próprio trabalho pelos midiativistas que são definidos como “um corpo na multidão” que se utiliza da comunicação como “uma das formas de mobilizar e organizar”, evidenciando que o Mídia Ninja caracteriza um fenômeno novo para o mundo social, que será abordado no capítulo seguinte: o midiativismo. O estudo deste conceito, como veremos, não se resume ao debate acerca da possibilidade do fenômeno ser considerado ou não jornalismo, ou ainda de ser classificado apenas como uma atuação parcial de ativismo, pois o midiativismo nasce da interface entre o ativismo e a relevância da comunicação, num contexto de emergência de um novo modelo de ação.

O Mídia Ninja, que nasceu antes dos protestos de 2013, mas foi apresentado ao Brasil e ao mundo a partir das manifestações de junho daquele ano, seguiu tendo papel de protagonismo no midiativismo brasileiro estando presente e posicionando-se em momentos marcantes dos anos seguintes, como os atos contra a Copa do Mundo no Brasil, que continuaram durante o ano de 2014; os novos protestos contra o aumento de passagens em diversas cidades do país; as mobilizações contra o processo de impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016; a defesa do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) no processo político-jurídico que o levou à prisão, em 2018; e nas mobilizações contra o governo de Michel Temer (PMDB) e suas medidas, como as propostas de reforma trabalhista, de reforma da previdência, de congelamento dos investimentos nas área social, da saúde e da

educação pelos próximos vinte anos, bem como os retrocessos de entrega do patrimônio nacional e de ataque aos direitos sociais das minorias.

De 2013 para cá, passados mais de cinco anos, o projeto e a atuação da Mídia Ninja continuam. Se durante as manifestações de junho os 200 mil seguidores impressionavam a repercussão do trabalho midiativista, atualmente os Ninjas acumulam 2 milhões de usuários que acompanham suas ações pelo Facebook, além de utilizar outras redes, aplicativos e espaços virtuais afins, como o Catarse, o Instagram, o Twitter, o Telegram e o You Tube, além de seu site. Carvalho (2016) aponta que, além das coberturas de manifestações e de atos públicos, a atuação do coletivo contempla a produção de materiais audiovisuais, como vídeos e documentários. Ao tratar do futuro como o agora, o Mídia Ninja ressalta o “desafio da formação de novos comunicadores nas periferias” (MÍDIA NINJA, 2018), a “produção de conteúdos cada vez mais aprofundados” (MÍDIA NINJA, 2018), o fortalecimento do midiativismo e o empoderamento das redes de atuação, bem como algumas lutas por pautas específicas, como: a causa indígena, a moradia, a mineração, a democratização da comunicação, a segurança pública, a liberdade na internet e a posição contra o genocídio das populações periféricas negras e pobres (MÍDIA NINJA, 2018).

Abreu (2016) observa o papel das redes sociais da internet nas ações políticas contemporâneas, afirmando que elas “ajudam a tornar mais visíveis as injustiças sociais, lutas e confrontos políticos a nível local sem perder de vista o global”. O autor observa também que essas redes têm o papel de “facilitar a articulação entre os movimentos sociais locais cada vez mais cosmopolitas, assim como socializar trocas de experiências, seja de práticas ativistas locais, táticas de enfrentamento, ou sentimentos de revolta compartilhados” (ABREU, 2016, p. 24), no sentido contrário a projetos hegemônicos de poder, sobretudo políticos e econômicos. Além disso, define como “promissor” e “redirecionador” o processo de apropriação da tecnologia informacional por parte dos movimentos sociais, o que propicia novas formas de organização social.

Ao relacionar o paralelo estabelecido entre as redes e as ruas, Almeida (2015) afirma que o coletivo Mídia Ninja ganhou visibilidade “diante desta teia de movimentos que ocupou as redes e as ruas do país”, sendo a ação que “levou às telas dos computadores e celulares de centenas de milhares de internautas,

narrativas *in loco* das ações diretas que ocorriam nas ruas das cidades brasileiras, mesclando experiências presenciais e virtuais” (p. 10-11). Além das coberturas e do contraponto à hegemonia dos grandes meios de comunicação, o autor também aponta que a atuação ativista do coletivo contribuiu com o fomento do debate acerca “da câmera em primeira pessoa, a subjetividade das narrativas, a participatividade do espectador nas coberturas de ações como protestos de rua, a postura de um narrador-personagem que não esconde seus posicionamentos” (ALMEIDA, 2015, p. 139).

Carvalho (2016) afirma que o Mídia Ninja atua nos campos da política e da comunicação através do processo de disputa pela visibilidade com a grande mídia, adotando como uma de suas estratégias “alimentar o aspecto conflitivo de suas ações políticas e gerar uma narrativa pública dessas situações, tendo a própria Mídia Ninja como um dos protagonistas do conflito” (p. 86). Além desse processo conflitivo e de disputa, também podem ser apontadas como ações estratégicas de atuação do coletivo o caráter testemunhal das ações e de construção da veracidade pela presença dos ativistas nos espaços de atuação, que ficam evidenciadas nas coberturas, ao vivo, assim como a defesa de modelos alternativos de produção de narrativas no campo da comunicação (CARVALHO, 2016). Assim, é possível identificar uma noção central para o conceito de midiativismo, que se abordará a seguir: a ação de ativistas que atuam no campo político utilizando-se da comunicação como ferramenta para suas práticas.

Neste mesmo sentido, Lorenzotti (2014) reproduz as palavras de Rafael Varela, um dos integrantes do Mídia Ninja: “nossa lógica é a junção e entender o jornalismo enquanto ativismo, o jornalismo como ferramenta. O jornalismo pode e deve ter um posicionamento claro. Nosso trabalho continuará focado nas contra-narrativas” (p. 104). Para Carvalho (2016) a principal motivação da atuação do coletivo midiativista é o ativismo, observando que durante os protestos de 2013 “os ninjas estavam engajados em lutas sociais que ganharam visibilidade e espaço político dentro das Jornadas de Junho e encontraram na Mídia Ninja uma forma de darem visibilidade às questões já defendidas antes” (p. 98). A autora também afirma que “essas trocas comunicativas resultam em processos de conscientização, engajamento e superação de barreiras geográfico-territoriais” (CARVALHO, 2016, p. 38).

Rodrigues (2016, p. 27) aponta que “os relatos e tempo real veiculados pelo Mídia Ninja das jornadas de junho ganharam efeito viral nas redes sociais e produziram a experiência de catarse entre os espectadores, a sensação de estar nas ruas”. O Mídia Ninja, segundo Rodrigues (2016, p. 96), “se valeu da dinâmica da cultura de conexão que a internet e as redes sociais propiciam no que tange à propagação de informação”. Durante os protestos de junho, Rodrigues (2016, p. 93) aponta que “narrar os acontecimentos a partir do ponto de vista dos manifestantes foi o diferencial que atraiu a atenção e direcionou parte da audiência para telas de celulares, ipads e monitores de computador onde era possível assistir às coberturas”.

Almeida (2015) identifica os ativistas Ninjas como narradores-personagens que “se misturaram às aglomerações e interagiram com os acontecimentos”. Complementando a afirmação anterior, Filipe Peçanha, integrante do coletivo Mídia Ninja, ao tratar da sigla Ninja afirma que “a ação é o ativismo”, ressaltando que “o Ninja está envolvido com as manifestações de rua” (LORENZOTTI, 2014). A mochila tecnológica foi substituída, durante os protestos de 2013, pelo carrinho de supermercado que os ativistas utilizam nas manifestações para fazer a cobertura em tempo real que, por sua vez, deu lugar aos aparelhos de *iphone* utilizados atualmente. Contudo, apesar dessas mudanças técnicas, o objetivo da ação Ninja continua o mesmo: dar visibilidade a uma agenda própria que define as lutas com as quais os ativistas se identificam e nas quais atuam através da utilização da comunicação como ferramenta de ação.

Considerou-se relevante retomar os protestos de 2013 e seus principais aspectos para compreender o contexto em que o Mídia Ninja, pelo qual este objeto de estudo também é influenciado, e vice-versa, bem como sua participação nas manifestações. A partir disso, abrem-se alguns parênteses temporais nesta narrativa: volta-se ao ano de 2011, quando o Mídia Ninja começa de fato a ser pensado, para refazer os passos que o levaram até os protestos de junho; e, seguindo, retrocede-se ainda mais, aos anos de 2002, 2005 e 2008, quando o movimento incubador do Mídia Ninja, o Fora do Eixo, tem o que pode-se definir como seu processo de iniciação, é pensado e criado, respectivamente, bem como os principais aspectos e características da sua atuação. A partir disso, o foco residirá em duas questões que são centrais para este trabalho: o Mídia Ninja como

mediativismo e as transmissões ao vivo como repertórios da ação coletiva dos ativistas.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. Midiativismo

Com a compreensão acerca das intersecções entre os campos da política da comunicação e a apresentação da proposta deste estudo, bem como a caracterização e a contextualização sobre o surgimento, o reconhecimento - nacional e internacional -, e a atuação do Mídia Ninja, onde insere-se o objeto da presente pesquisa, irá se adentrar a partir de agora no fenômeno conceitual que contempla a prática do coletivo Ninja: o midiativismo ou midialivrismo. O fenômeno tornou-se bastante presente na literatura acadêmica a partir de 2013, período que coincide com a ascensão e a notoriedade nacional e internacional da atuação do coletivo Mídia Ninja, a partir dos protestos de junho deste mesmo ano, com destaque para o campo da comunicação, onde se concentra grande parte dos trabalhos que foram produzidos sobre o tema nos últimos anos.

A pesquisa realizada através do Catálogo da CAPES, utilizou como palavras-chave os termos “midiativismo”, “midialivrismo”<sup>42</sup> e “Mídia Ninja”, resultando em 31 produções encontradas, sendo 4 descartadas por não estarem relacionadas às temáticas estudadas (JUNIOR, 2013; SANTO, 2014; FERREIRA, 2015; CONCEIÇÃO 2016), restando, portanto, 27 trabalhos identificados<sup>43</sup> na revisão bibliográfica: Maciel (2012); Aragão (2013); Obici (2014); Jarrah (2014); Santos (2015); Silva (2015); Carlos (2015); Luz (2015); Jesus (2015); Pennini (2015); Almeida (2015); Lima (2015); Silva (2015); Bezerra (2015); Tavares (2015); Mendonça (2016); Abreu (2016); Padovani (2016); Soares (2016); Maia (2016); Rodrigues (2016); Benites (2016); Méndez (2016); Andrade (2016); Guimarães (2016); Foletto (2017); e Aymonin (2017).

Antes de adentrar às abordagens produzidas, cabe ressaltar como se distribui a produção da literatura revisada acerca do midiativismo e do Mídia Ninja de acordo com o ano, a região e a área do conhecimento em que os trabalhos acadêmicos foram realizados. Conforme demonstram as tabelas 1, 2 e 3, quase que a totalidade

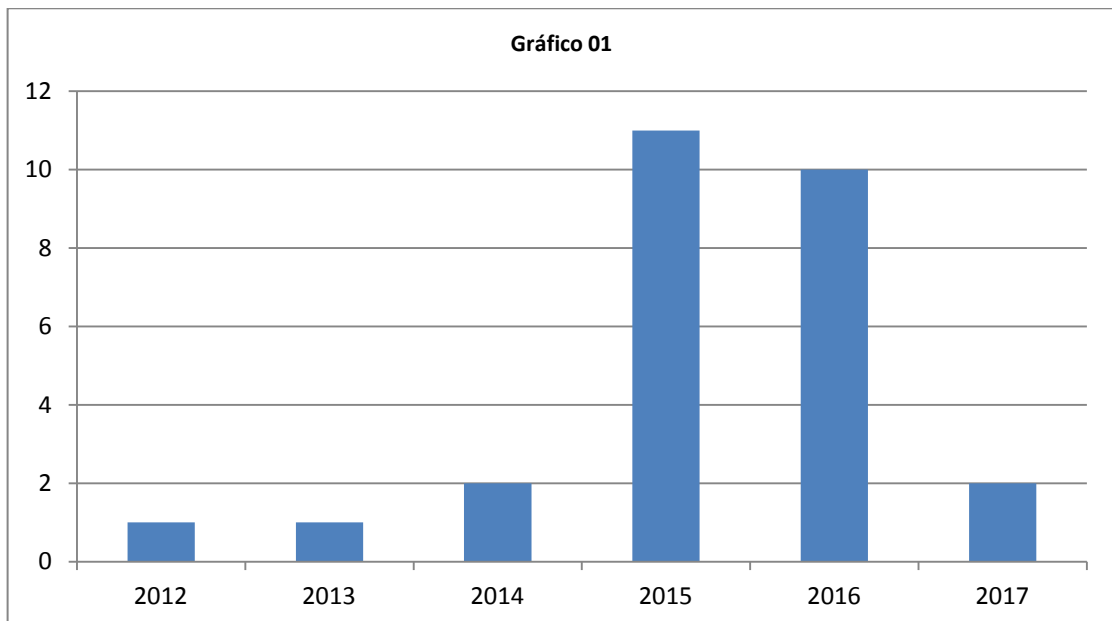
<sup>42</sup> O termo “midialivrismo” pode ser apontado como um sinônimo de “midiativismo”, sendo que em alguns trabalhos ambos são utilizados concomitantemente. Contudo, nesta pesquisa adotamos a utilização da última nomenclatura citada.

<sup>43</sup> Dos 27 trabalhos identificados, 4 (JARRAH, 2014; SANTOS, 2015; SILVA, 2015; AYMONIN, 2017) não foram localizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ou em repositórios dos programas de pós-graduação e/ou instituições em que foram produzidos. Apesar da tentativa de contato, via e-mail e redes sociais, não houve a localização destes.



dos trabalhos foram produzidos após 2013, exceto Maciel (2012), havendo um aumento significativo de produções entre os anos de 2015 e 2016<sup>44</sup>. É possível observar também que os programas de pós-graduação localizados nas regiões sudeste e nordeste do país, respectivamente, concentram quase 90% dos trabalhos elaborados, sendo mais da metade no campo da comunicação (Ciência da Informação; Comunicação; e Jornalismo e Editoração).

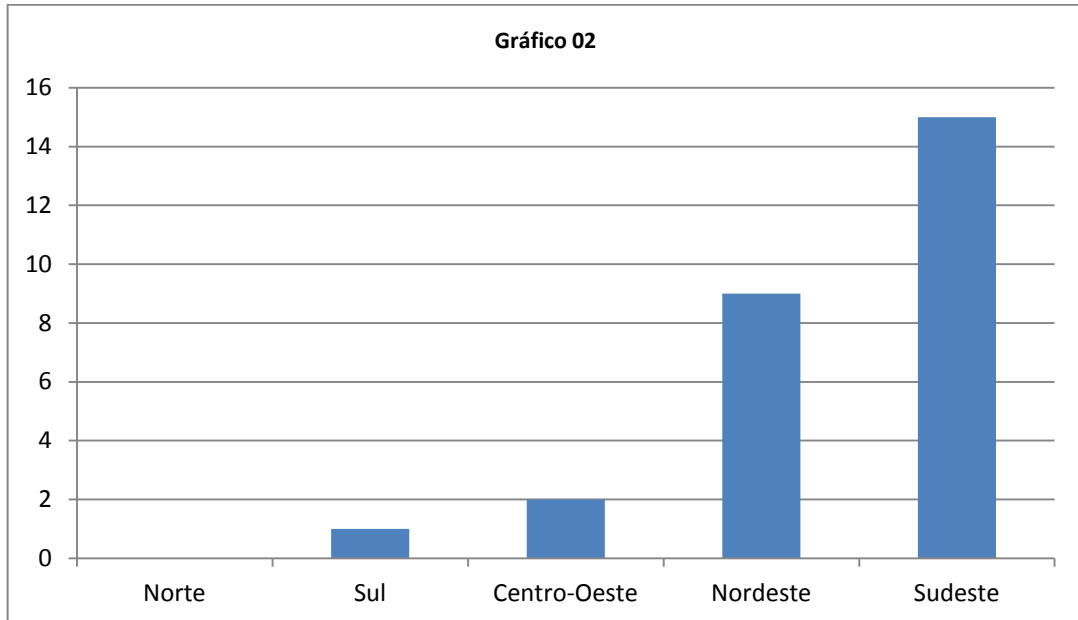
Gráfico 01: Revisão de literatura, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sobre as produções de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, acerca das palavras-chave “midiativismo”, “midialivrismo” e “Mídia Ninja” pelo ano de produção.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da revisão bibliográfica.

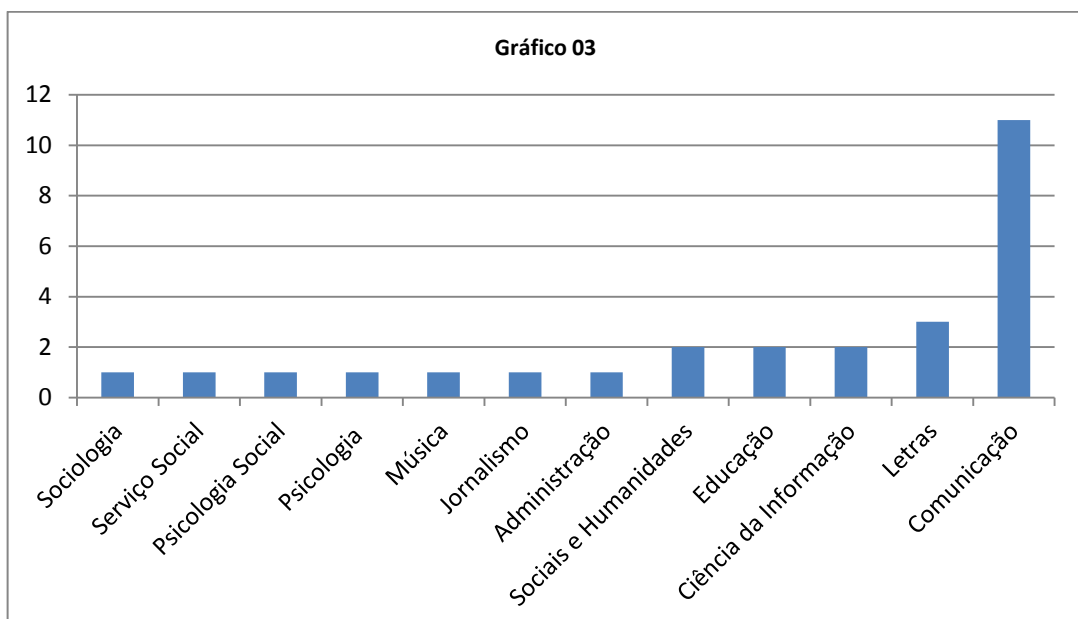
<sup>44</sup> Cabe observar que no último ano analisado (2017) podem constar outros trabalhos que foram produzidos, porém ainda não foram lançados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Gráfico 02: Revisão de literatura, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sobre as produções de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, acerca das palavras-chave “midiativismo”, “midialivrismo” e “Mídia Ninja” pela região de produção.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da revisão bibliográfica.

Gráfico 03: Revisão de literatura, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sobre as produções de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, acerca das palavras-chave “midiativismo”, “midialivrismo” e “Mídia Ninja” pela área do conhecimento.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da revisão bibliográfica.

É importante ressaltar que, além de ilustrar a revisão de literatura acerca do tema abordado e do objeto estudado, os apontamentos iniciais também contribuem com a caracterização do espaço de fala em que a presente pesquisa é desenvolvida: de um período temporal em que pode ser observado, ainda que relativamente, o aumento das abordagens sobre a temática proposta; de uma região (sul) que apresenta apenas um trabalho de pós-graduação na revisão bibliográfica realizada (FOLLETO, 2017); e em uma área do conhecimento (ciência política) na qual não foi identificada a realização de nenhum trabalho de pós-graduação, em nível mestrado ou doutorado, no período pesquisado (2012-2017). Realizadas as presentes considerações iniciais, passa-se à abordagem teórica acerca do conceito de midiativismo e suas principais características.

Tarrow (2009, p. 18) aponta que “o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não tem recursos próprios”. Mesmo sendo possível identificar restrições políticas<sup>45</sup>, sobretudo no início dos protestos de junho de 2013, que dificultaram as ações ativistas, como a própria repressão às manifestações e o (des)enquadramento interpretativo<sup>46</sup> da grande mídia na sua reconstrução narrativa sobre os fatos ocorridos, que não são exclusividade deste período histórico ou espaço territorial, a atuação dos ativistas Ninjas nas mobilizações e algumas consequências no decorrer dos protestos podem ser compreendidas como a oportunidade política<sup>47</sup> que projetou o Mídia Ninja para o país inteiro, tendo inclusive destaque na imprensa internacional.

Foi a partir da repercussão da repressão policial às manifestações de junho de 2013, da solidariedade de partes da sociedade com os protestos, dos fatos ocorridos envolvendo midiativistas do coletivo (LORENZOTTI, 2014), da crítica à narrativa apresentada pela grande mídia e da aparição de seus líderes em espaços de destaque nacional que o Mídia Ninja e o midiativismo tornaram-se centro de

---

<sup>45</sup> Tarrow (2009, p. 38-39) define que as restrições políticas são “como fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto”.

<sup>46</sup> O quadro interpretativo é conceituado por Snow e Benford (1992 *apud* TARROW, 2009, p. 143) como um “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado”.

<sup>47</sup> Tarrow (2009, p. 38) define que as oportunidades políticas são “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político”.

abordagens e análises, ganhando espaço também nas produções acadêmicas. Contudo, é importante destacar que um dos trabalhos da revisão de literatura foi realizado em 2012, ou seja, é anterior à ascensão midiativista após os protestos de 2013. Maciel (2012) propõe a análise sobre as “novas formas de mobilização e luta através das mídias sociais” (p. 7) e sua relação com o atual estágio do sistema capitalista, tendo como cerne de seu estudo o midiativismo<sup>48</sup>.

Inicialmente, cabe ressaltar as duas interfaces presentes no fenômeno do midiativismo, que contempla a dimensão da comunicação, por um lado, e a dimensão do ativismo, por outro, conforme sugere sua própria denominação. Contudo, a composição de ativismo com comunicação, por si só, não constitui midiativistas. Ou seja, não estamos tratando apenas da junção de diferentes elementos, mas de um conceito que surge a partir da prática com caracterizações específicas de ativistas, com insatisfações e motivações afins, que se apropriam e se utilizam de recursos disponíveis para alcançar objetivos minimamente articulados. De acordo com Braighi & Câmara (2018, p. 32) “por um lado, mediação sem ativismo é registro midiático simples”, e, “por outro lado, ação direta sem o artefato médium é ativismo puro”, logo “é na intersecção das duas frentes, e quanto mais simultâneas possível, que se daria o midiativismo”. Os autores apontam também a distinção entre os tipos de ativismos que se dão na mídia, sobre a mídia e o que ocorre pela mídia<sup>49</sup> (MATTONI, 2013 *apud* BRAIGHI & CÂMARA, 2018).

---

<sup>48</sup> O trabalho da autora busca compreender as características do ativismo baseado no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, voltando-se para a investigação sobre as possibilidades e os limites “contestatórios” e “democratizantes” da “produção colaborativa” no contexto do capitalismo contemporâneo, adotando uma perspectiva crítica em relação à atuação do midiativismo forjada nas dinâmicas do modelo de produção capitalista e nas limitações da internet, defendendo que a utilização das novas tecnologias propiciou a apropriação do trabalho e do lazer, facilitando o controle sobre a produção, o entretenimento e a vigilância (MACIEL, 2012).

<sup>49</sup> “O “*activism in media*” evidencia-se quando se usam as tecnologias de informação como espaço de criação de conteúdo para promover mudanças. Além disso, trata-se das mudanças na representação midiática, servindo como divulgação dos pontos de vistas daqueles que foram silenciados pela grande mídia. A autora considera o movimento da contracultura exemplo dessa forma de ativismo, já que procura questionar e combater a cultura dominante, atualmente impulsionada pelas novas tecnologias, que facilitam tal processo. [...] O “*activism about media*” pode ser considerado o movimento social em si, objetivando a reforma política da mídia. Além disso, a mídia pode ser um meio de conexão entre esses movimentos, com a participação efetiva nesses processos, e o fornecimento de informações, conteúdos e infraestruturas. A autora cita o *site Wikipédia* como exemplo, já que permite a produção de conteúdo público *online*, em que todo internauta pode criar e editar informações que lhe são caras. Já o “*activism through media*”, o que mais nos interessa e dialoga melhor com o tipo de midiativismo que visamos trabalhar, seria um processo de mobilização, que alude em como cada ativista usa as mídias de maneira diferente para atingir seus objetivos e servir aos seus movimentos (dos quais faz parte, efetivamente ou não), com

Diferentes autores (MACIEL, 2012; PENNINI, 2015; ALMEIDA, 2015; ABREU, 2015; JESUS, 2015; MÉNDEZ, 2016; BENITES, 2016; PADOVANI, 2016) identificam que a ação política fundamentada na utilização das mídias sociais tem como ponto central, ou o que podemos denominar como gênese histórica, a luta antiglobalização do movimento de Ação Global dos Povos, em 1999, nos protestos realizados durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), nos Estados Unidos, e iniciativas como a *Rede Indymedia* e os *Centros de Mídia Independente (CMI)*<sup>50</sup>. Maciel (2012) observa que os protestos, que ficaram conhecidos como a “Batalha de Seattle”, surgiram “não como uma instituição tradicional de luta, como são os partidos políticos e os sindicatos, mas como uma plataforma que serve de comunicação e coordenação de movimentos descentralizados e autônomos” (p. 73). O mesmo propósito de contraposição à narrativa da mídia hegemônica que fundou, posteriormente, o Mídia Ninja, criou uma rede de mídia independente com o objetivo de pautar uma cobertura própria dos protestos<sup>51</sup>.

A autora também afirma que a inspiração para a organização das iniciativas de redes de mídias independentes foi a mobilização do Exército Zapatista de

---

ações que extrapolam as redes sociais digitais e ganham as ruas” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 31-32).

<sup>50</sup> Maciel (2012, p. 91) afirma que o “CMI surge da necessidade dos ativistas envolvidos nos ‘Dias de Ação Global’ criarem seus próprios instrumentos de comunicação e produzirem suas próprias informações sobre as lutas que travavam”. No Brasil, o CMI surgiu em 2000, “como desdobramento da organização do movimento antiglobalização em São Paulo, que havia promovido um protesto no dia 26 de setembro do mesmo ano (S26), quando reuniram, em Praga, o FMI e o Banco Mundial” (p. 77). De acordo com a descrição da política editorial do Centro de Mídia Independente (CMI) Brasil, a iniciativa consiste em “uma rede anticapitalista de produtoras e produtores de mídias autônomas e voluntárias. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária, justa e solidária; o CMI garante espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos” (CMI, 2018). Disponível em: <https://midia independente.org/politica-editorial> <acessado em 02/05/2018>.

<sup>51</sup> “A discussão sobre a relação com a mídia aparecia internamente ao movimento, segundo Ortellado (2004), em torno da acusação de as manifestações serem puramente midiáticas. Ele afirma que os ativistas não queriam apenas forjar uma notícia, mas principalmente envolver um número cada vez maior de pessoas nesse processo de oposição radical e desobediência civil. Dessa maneira, as discussões acabavam oscilando ‘entre a necessidade de ampliar a nossa voz tentando canalizar o interesse da mídia corporativa e o receio de que a ênfase na cobertura midiática nos desviasse da necessidade de agregar cada vez mais gente’. Porém, todos os envolvidos reconheciam que a capacidade de influenciar a grande mídia era muitíssimo limitada. À medida que os atos cresciam e impactavam na sociedade, tornavam-se assuntos dos jornais, mas a experiência de ‘serem a própria notícia’ demonstrava continuamente a distorção promovida pelas corporações midiáticas, o contraste entre o que estava ocorrendo e o que era veiculado. Daí a necessidade de criarem seus próprios mecanismos de produção da informação” (MACIEL, 2012, p. 76).

Libertação Nacional (EZLN)<sup>52</sup>, em 1996, que utilizou ferramentas de comunicação, dentre elas a própria internet, para reunir milhares de pessoas em assembleias que debateram desafios e estratégias de ações contra o capitalismo (MACIEL, 2012). No mesmo sentido, Almeida (2015), Benites (2016), Mendéz (2016), Padovani (2016) e Maia (2016) também fazem referência à experiência do Exército Zapatista. Maia (2016) afirma que a experiência do coletivo Zapatista representa “a transição do velho modelo de movimento social para um novo modelo que possibilita a afirmação de estruturas biopolíticas em rede” (p. 26).

É importante compreendermos ainda a gênese ideária do midiativismo, ou seja, a ideia que fundamenta a prática midiativista: o “faça você mesmo” (GARCIA & LOVINK, 1997 *apud* ARAGÃO, 2013; ALMEIDA, 2015; BENITES, 2016) ou o “fazer por conta própria” (CASTAÑEDA, 2016), uma expressão que advém do movimento punk dos anos 1970 (ALMEIDA, 2015). Essa ideia já estava presente nos centros independentes de comunicação que surgiram a partir da necessidade de ter uma cobertura própria dos protestos de Seattle, em 1999, em resposta à insatisfação ao modo como as manifestações anticapitalistas eram cobertas, o que fica explícito na frase encontrada até hoje na apresentação de uma dessas organizações: “Odeia a Mídia? Seja a Mídia!”. Aragão (2013) explica que “a ideia do midiativismo ou do ativismo midiático tem suas origens no que se chama de mídia tática<sup>53</sup> ou *culture*

---

<sup>52</sup> De acordo com Maia (2016, p. 25) “os zapatistas e seu exército adquirem maior *corporalidade* ao ser firmado o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), algo que reporta de imediato ao caráter construtivo do biopoder. Em meio a comemoração da classe política, de que o acordo era percebido como o passaporte do México ao primeiro mundo, o EZLN declara guerra ao governo mexicano, ocupando e tomando o controle de gabinetes municipais e de delegacias policiais em quatro cidades em Chiapas, Estado do México. As pautas do movimento indígena eram acerca da igualdade e da liberdade, mas também questões referentes ao trabalho, terra, moradia. Contudo, a autonomia parecia ser sua principal tônica, vide a grande insatisfação com as operações do governo mexicano referentes, principalmente, as limitações da democracia em seu traje de um Estado parlamentar democrático. [...] O mérito dos zapatistas diz respeito também a criação e a inovação alicerçados no desejo comum de outra democracia. Foram planejadas estratégias políticas de ação, como as que levaram em consideração a comunicação midiática. O movimento buscou, desde sua primeira declaração pública, dispor as informações com o máximo de transparência. O documento, traduzido em vários idiomas, foi disposto na Internet e alcançou acadêmicos, ativistas, jornalistas em vários países. Se a Televisa, principal rede de televisão do México, não tinha disposição para cobrir o movimento de emancipação, logo a Internet atuava na constituição de uma esfera pública alimentada por uma miríade de outros movimentos sociais. Em especial os que encarnavam os anseios dos trabalhadores, das mulheres, dos grupos étnicos, de diversas orientações sexual, foram convidados pelos zapatistas a colaborar”.

<sup>53</sup> De acordo com Mazetti (2007, p. 3 *apud* ARAGÃO, 2013, p. 39) “a concepção de uso tático das mídias surgiu na Europa, fruto de intensas experimentações na cultura do vídeo entre as décadas de 80 e 90, possibilitadas pela revolução tecnológica que ‘democratizou’, através do consumo eletrônico, o acesso, naquele momento, principalmente às câmeras de vídeo e à distribuição de conteúdo independente por canais de TV públicos a cabo. Com a popularização e barateamento das

*jamming*<sup>54</sup> (p. 39), que surge com o objetivo de “difundir conteúdos culturais burlados pela mídia tradicional” (p. 39).

Braighi & Câmara (2018) propõe uma discussão teórica sobre o conceito de midiativismo, que se aproxima da tentativa que se busca fazer aqui de definir o fenômeno a partir do aporte teórico apresentado na revisão bibliográfica realizada. Os autores também partem da composição das palavras mídia e ativismo para compreender o termo midiativismo, inicialmente, a partir de alguns autores que buscaram uma definição objetiva para o conceito (ASSIS<sup>55</sup>, 2006; EUSEBIO<sup>56</sup>, 2016; CARROL & HACKETT<sup>57</sup>, 2016; SARTORETTO<sup>58</sup>, 2016) para, posteriormente, apresentarem o que dizem sobre o midiativismo e enquanto objeto de concordância

---

tecnologias digitais, o conceito de mídia tática rapidamente abrigou diferentes usos das mídias digitais e da internet, além de espalhar por todo o globo, inclusive no Brasil”.

<sup>54</sup> Aragão (2013, p. 39) explica que “de acordo com Mazetti, (2007), *Culture Jamming*, embora tenha a mesma premissa da mídia tática em termos ideológicos, está relacionada à ideia de sabotagem da mídia com ações mais efetivas contra a mídia tradicional. Surgida nos Estados Unidos na década de 1980, a prática envolvia a subversão de mensagens midiáticas como notícias falsas, alteração de *out doors* ou mensagens publicitárias. A diferenciação entre midiativismo das mídias táticas ou *Culture Jamming* está no fato de estas estarem relacionadas a ações mais sazonais e rápidas”.

<sup>55</sup> “Autores como Assis (2006) e Maciel (2012) relacionam o midiativismo com a produção capitalista e uma forma de resistência ao sistema imposto em nossa sociedade. Consideramos também, nessa mesma trilha, que a prática perpassa a vivência social, entendendo “[...] a necessidade de se compreender seu processo de formação e suas normas de produção e apropriação das mídias” (MACIEL, 2012, p. 41). Não obstante, nossa missão neste texto estará mais relacionada à apreciação da prática, buscando o delineamento teórico-prático que possibilita, senão uma determinação definidora, provocar o debate que permita avançar nessa direção, a partir de inferências diversas que apresentamos a partir de agora” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 27-28).

<sup>56</sup> “Apresenta, de forma resumida, uma ideia que nos ajuda a chegar nesse objetivo. Para ele, “[...] é a teoria do ativismo que utiliza a mídia e as tecnologias de comunicação para os movimentos sociais e políticos” (*online*), ressaltando, inclusive, a importância e a utilização da *Internet* nessa consolidação da prática. Nesse sentido, queremos nos valer também de recortes como este, apresentando aos interessados no tema outras leituras possíveis, com as quais concordamos e afiançamos o que o midiativismo também pode ser (ajudando-nos, ainda, na delimitação que buscamos)” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 27).

<sup>57</sup> “Entendem que, devido à pluralidade de causas e identidades reivindicadas em ações ativistas que se valem de mídias, observa-se uma incerteza sobre a definição mais clara do que é o midiativismo, ainda que o considerem como um sistema de ação, distinguindo seu papel na formação social emergente. Não obstante, tangenciaremos essa perspectiva de fundo motivador, relacionado ao mote reclamado/defendido –preocupando-nos, talvez, mais com a concepção ideológica/ incentivadora do/ao sujeito que protesta e porta uma mídia com fins determinados” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 27).

<sup>58</sup> “Acredita que o midiativismo nasceu da necessidade da representação da pluralidade de grupos e classes existentes na sociedade atual, sendo, então, um espaço para “discussão e troca de informações” (SARTORETTO, 2016, p. 120). Temos certas reservas quanto ao termo “representação”, o que não parece ser muito da perspectiva midiativista. Também não entendemos que seja relativo apenas à sociedade ‘atual’ (presente); todavia, vale o destaque da pesquisa – nossa intenção não é omitir frentes, mas colocá-las em discussão. Ainda assim, nossa proposta, aqui, não é tratar de origens ou de características como as abordadas, mas focar mais nos aspectos ligados à lógica da práxis, onde concordaríamos com Sartoretto (2016) quanto ao aspecto de incitação ao trabalho crítico proveniente do midiativismo” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 27-28).

dos autores (MEIKLE, 2002; HUESCA, 2008; MATTONI, 2013) e, por fim, definirem seu conceito de midiativismo.

Para os autores “tem-se, de um lado, a função de informação, de mediação, que se associa ao outro lado, de transgressão solidária (JORDAN, 2002), com vistas a alterar situações de contexto” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 36). Assim, os midiativistas são “sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas”, através “de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa<sup>59</sup>” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 36). Segundo Braighi & Câmara (2018, p. 34) “a mídia serve ao ativismo, mas também lhe dá outros contornos, conforma-lhe com suas peculiaridades transformando-o”.

Mobilizados pela insatisfação com o (des)enquadramento dado pela grande mídia aos temas e eventos que fazem parte dos seus ideais de luta e de transformação social e motivados pela possibilidade de ser a “mídia de si mesmo”, podemos compreender, de maneira inicial, as principais características da prática midiativista. Acrescenta-se ao que denomina-se como gêneses históricas e ideárias outras duas caracterizações: a apropriação da tecnologia e dos recursos disponíveis; e a proposta de atuação contra-hegemônica, que desafia valores sociais dos quais os ativistas divergem, sobretudo os que compõem a pauta de cobertura da grande mídia, visando a construção de uma sociedade afim com aquilo em que os midiativistas acreditam. E é a partir da primeira característica que a segunda torna-se ainda mais possível, ou seja, são os processos de desenvolvimento e de disponibilidade dos recursos de comunicação que tornam a atuação e os objetivos da ação midiativista mais viáveis.

Braighi & Câmara (2018) observam que é a partir do advento da internet que a prática midiativista é reconfigurada, possibilitando outras formas de participação social, produção, circulação e consumo de informação. Maciel (2012) compreende o midiativismo como uma forma de resistência aos meios de comunicação de massa, que surge a partir da década de 1990 com o acesso menos restrito à internet e a possibilidade de maior democratização da informação. A autora conceitua o

---

<sup>59</sup> Braighi & Câmara (2018, p. 36-39) tratam do significado de cada um destes elementos citados.



mediativismo como “a utilização das mídias por ativistas engajados em atividades político-culturais” (p. 42). Para Mendéz<sup>60</sup> (2016, p. 04), há uma diferença central na ação social contemporânea em relação aos modelos tradicionais de organização política: “ela se alinha com as experiências dos atores antagonistas e com o uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)”. De acordo com o autor essa perspectiva coloca a informação e a cultura como “terreno estratégico dos conflitos”, fazendo com que novos elementos, como a internet, passem de simples ferramentas a instrumentos estruturais de organização social.

Para Jesus (2015, p. 03) “o mediativismo sugere uma prática política que visa enfrentar as grandes corporações de mídia e sua produção de informação se apropriando de suas formas”. De acordo com o autor, “com o advento da internet estas práticas ganharam uma nova potencialidade de articulação e difusão” (JESUS, 2016, P. 03). Compreendendo também o enfrentamento à grande mídia como uma característica central, Mendéz (2016) identifica o conceito pelo que denomina como “coletivos mediáticos”, que realizam “sua cobertura em eventos e jornadas massivas, pouco visibilizadas pelos meios tradicionais de comunicação” (p. 07). Almeida (2015) observa três questões da prática midiativista: a relação direta com as fontes que, através de transmissões ao vivo e sem roteiros pré-elaborados, produz uma radiografia das multidões; a extensão das coberturas em tempo real e a forma instantânea; e a relação entre as subjetividades dos midiativistas e a construção da credibilidade através das parcialidades do ativismo.

Segundo Almeida (2015) o mediativismo trata-se do “movimento de mídias livres que intercambiam experiências presenciais e *cyber* que têm como função, além de informar, promover a discussão a respeito da pauta midiática e o questionamento das versões oficiais de instituições”, citando a polícia e as políticas públicas como exemplo destes questionamentos, bem como a ordem social vigente. De acordo com o autor o mediativismo “é potencializado com as tecnologias e incrementa sua busca pela expansão da liberdade de expressão e a efetiva democratização informacional, que tende a enfrentar as oligarquias midiáticas” (ALMEIDA, 2015, p. 10). Ao buscar atingir o grande público, transcendendo o

---

<sup>60</sup> O trabalho do autor aborda “a informação e os coletivos mediáticos como redes contemporâneas de ação social na América Latina” utilizado como objetos de estudo a Mídia Ninja (Brasil) e o desInformemónos (México) (MENDÉZ, 2016).

espaço dos movimentos sociais e das pessoas engajadas com as causas que defende, o midiativismo tem capacidade de influenciar na pauta da grande mídia (ALMEIDA, 2015).

Ao recorrer a Malini e Antoun (2013), Pennini (2015, p. 14) diferencia o que denomina como midialivrismo de massa e midialivrismo ciberativista, ressaltando que, enquanto o primeiro “reúne experiências de movimentos sociais organizados, que produzem mídias comunitárias e populares, dentro do paradigma da radiofusão”, o segundo “reúne experiências em meio digital, valendo-se de processos compartilhados de comunicação, a partir da colaboração social em rede e de tecnologias informáticas”. Para Malini e Antoun (2013, p. 24) os midialivristas são indivíduos que atuam a partir da interface de diferentes suportes, buscando “fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos”, ressaltando ainda que essa atuação “consegue hackear a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuitão de mídia”.

Aragão<sup>61</sup> (2013, p. 10) afirma que o midiativismo “pressupõe a utilização da mídia, enquanto linguagem e suporte de veiculação, porém engajada em práticas de modificação da realidade social” (p. 39), partindo da premissa de que para que haja a caracterização de uma ação como midiativismo, torna-se essencial que o objetivo da mesma sejam os efeitos sociais e não fins lucrativos. Abreu (2016) utiliza a afirmação de Sousa&Souza (2013, p. 84) para caracterizar que “a proposta dos midialivristas é propor espaços alternativos de mídias livres para discussão dos temas e fenômenos sociais de forma alternativa aos modelos midiáticos comerciais”. O autor também afirma que a expressão “jornalismo e ação”, que compõe o significado do termo “Ninja”, revela “uma ação declaradamente contra-hegemônica” (ABREU, 2016, p. 110).

Segundo Almeida (2015) “as novas mídias livres – ao se utilizarem das tecnologias digitais, como produtos da cultura da participação, autonomia, convergência, colaboração – constituem novos usos radicais da comunicação” (p. 12), explicando que as ações “mesclam ativismo midiático e ativismo político,

---

<sup>61</sup> O trabalho da autora analisa o vídeo documentário “É tudo mentira!”, do Movimento Cultural Arte Manha, para identificar as características do midiativismo, enquanto forma de ativismo dos movimentos sociais, como contracultura a produção tradicional da grande mídia brasileira, debatendo os efeitos da comunicação na cultura e na formação de identidades (ARAGÃO, 2013).

experiências presenciais e *cyber*, provocando tensão e capilaridade com o jornalismo corporativo” (p. 12). Trata-se de um fenômeno que, além de promover a descentralização dos meios de produção da notícia, também tem capacidade de ressignificar o produto dos meios tradicionais de comunicação. Logo é possível compreender o midiativismo como a mídia da sua própria ação e como proposta de contraposição ao discurso midiático tradicional na disputa das narrativas que são construídas acerca da agenda política que intersecciona a cobertura de ambos.

Dentre os autores abordados, Castañeda (2016) apresenta uma perspectiva diferente para definir o que é midiativismo, compreendendo que “são os contextos em que as pessoas se engajam com as tecnologias, propagando imagens e textos em rede, que fazem que alguém seja visto como midiativista” (p. 01). Segundo o autor, “o midiativista é aquele que sabe usar a tecnologia para combater a opressão nos limites permitidos pelo Estado se concentrando em manifestações e eventos públicos, mas também no monitoramento pelas redes sociotécnicas” (CASTAÑEDA, 2016, p. 13). Castañeda (2016) simplifica o midiativismo como uma “gambiarra que possibilita a qualquer um que tenha acesso a um mínimo de tecnologia da comunicação, no caso um telefone celular e uma conexão a internet, possa se fazer um midiativista”. Desta forma, para o autor o midiativismo é formulado muito mais pela ocasião e pelo contexto do que pela ação do ativista e de seus possíveis objetivos como midiativista.

Almeida (2015) aponta que, durante os protestos de junho de 2013, “além da Mídia Ninja, midialivistas independentes de qualquer coletivo, grupo ou associação, emitiram vídeos pela internet a partir de seus celulares e câmeras digitais, a fim de contribuir para a disseminação de abordagens” (p. 85). A possibilidade de compreender o midiativismo como algo que pode ser exercido de forma autônoma também aparece na abordagem de Castañeda (2016), pois para o autor trata-se do mesmo fenômeno o midiativista do Mídia Ninja que transmitiu os protestos de junho de 2013 e o “anônimo” que filmou o corpo de Claudia Silva Ferreira, arrastada por um carro da Polícia Militar do Rio de Janeiro após ser morta numa operação policial. Castañeda (2016, p. 01-02) afirma que nas situações há algo em comum: “o mesmo papel de registrar tecnologicamente, objetificar uma parte do real em um componente técnico, propagando este registro com a internet a fim de criar uma rede de solidariedade, identificação e denúncia”.

Braighi e Câmara (2018) apontam que a popularização e o acesso à internet possibilitam a articulação de novos formatos de mediação da realidade. Para os autores “isso quer dizer que hoje qualquer um de nós é um mediador de informação em potencial, o que não faz de nós ativistas e, por conseguinte, tampouco midiativistas” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 34). Para os autores “ser midiativista não é apenas portar uma mídia; logo, entregar o processo de mediação a um ativista não significa garantias de que o mesmo funcionará. É preciso estar atento aos usos e aos propósitos” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 35). Divergindo de Castañeda (2016) e aproximando-se de Braighi & Câmara (2018), assim como foi pontuado anteriormente, não creio na ideia de que a ocasião ou a simples junção de determinados elementos constituam um midiativista, sobretudo pelas características as quais foram ressaltadas até aqui. Quanto ao exercício autônomo do midiativismo, ou seja, desvinculado de coletivos, também creio nessa possibilidade. Contudo, a presente pesquisa também se justifica acerca da abordagem do midiativismo como ação coletiva por compreender que essa perspectiva nos permite estudar um objeto que mantém sua atuação no tempo e no espaço, independente das possíveis alterações no seu corpo de integrantes.

Na literatura sobre midiativismo e nas produções que tratam especificamente deste objeto de estudo, o Mídia Ninja, é possível identificar diferentes expressões que são utilizadas por diversos autores para identificar ambos os fenômenos. Pennini (2015), por exemplo, apesar de optar pela nomenclatura “mídia livre”, assim como Maia (2016), cita ainda os termos “independente” e “alternativa” para mencionar iniciativas afins. Aragão (2013) também aborda conceitos comumente utilizados como sinônimos de midiativismo, como: “mídia alternativa”, “comunicação comunitária”, “popular” ou “mídia radical”. Carlos (2015) denomina os midiativistas como “intitulados jornalistas alternativos” (p. 24), como Lima (2015) e Carvalho (2016) que identificam o Mídia Ninja como uma proposta alternativa de jornalismo. Luz (2015) também constrói o objeto como uma iniciativa jornalística, porém a trata como distinta do jornalismo tradicional, comparando-a com a imprensa alternativa das décadas de 1960 e 1970. Embora identifique o Mídia Ninja como coletivo jornalístico, Jesus (2015) aponta o rompimento da atuação midiativista com o modelo tradicional da prática jornalística. Já Padovani (2016) identifica o Mídia Ninja como “mídia alternativa”, assim como Bezerra (2015).

Por outro lado, há alguns autores que buscam desconstruir algumas dessas terminologias, comumente empregadas ao midiativismo e à Mídia Ninja. Braighi & Câmara (2018) apresentam expressões e conceitos que, na perspectiva dos autores, não podem definir o midiativismo: o “ativismo midiático” para ambos não seria propriamente um conceito, representando “um conjunto de ações sociais que se valem das mídias (seja elas físicas ou veiculares)” (p. 28); a “mídia livre”, a “mídia radical” e a “mídia comunitária” são compreendidas como “formas de ativismo, mas não são midiativismo em acepção” (p. 28); a “mídia alternativa” refere-se, para os autores, a um conceito guarda-chuva, sendo o midiativismo “um tipo de” e “não a”, sobretudo por possuir características que vão além do “baixo custo de produção e a independência de grandes interesses econômicos”, além da ocupação do ciberespaço, que são caracterizações do primeiro conceito (p. 29); a “mídia livre” estaria abarcada na perspectiva alternativa, sendo “um ativismo social direcionado” com “objeto de uma luta primeira em torno da democratização da comunicação” (p. 29); o conceito de “mídia radical” seria “amplo demais” ao abarcar “com escassa precisão de (tipo de) mídia se está falando” (p. 29-30).

Braighi & Câmara (2018) também buscam afastar o midiativismo dos conceitos de “ciberativismo” e da “mídia de guerrilha”, compreendendo que o primeiro conceito “está em formação, ou mutação, diante dos adventos tecnológicos” (p. 30-31). Maia (2016) também aborda os conceitos de mídia radical alternativa<sup>62</sup> e mídia livre<sup>63</sup> nas perspectivas de Downing (2002) e de comunicadores-ativistas do Fórum Mundial de Mídia Livre de 2015, respectivamente, reconhecendo que “nas duas concepções está evidenciada a problemática dos termos radical, alternativa e livre” que, segundo o autor “evocam, de imediato, interpretações difusas”, mas buscam compreender “a apropriação da mídia pelos movimentos para a organização, elucidação ou mesmo convocação para determinada demanda social e, sobretudo contestam um projeto político que se tornou hegemônico, o que rejeita as minorias” (p. 68). E, apesar de reconhecer a importância, sobretudo conceitual, de discutir as terminologias empregadas e suas correspondências com a prática midiativista, é no sentido de Maia (2016) que serão despendidos esforços.

---

<sup>62</sup> “Parte de uma premissa genealógica, à medida que cruza a utilização da mídia por pessoas e movimentos sociais, dados históricos e eventos de rebeldia” (MAIA, 2016, p. 68).

<sup>63</sup> “É um esforço de compreensão das iniciativas contemporâneas de mídia, nas quais, a posse e a utilização de dispositivos atingem uma certa vulgaridade” (MAIA, 2016, p. 68).

Conforme Aragão (2013, p. 40-41) a variedade de termos que se apresentam como sinônimos de midiativismo, de maneira generalizada, “estão relacionados a processos de comunicação que se constituem em outra opção que não seja a mídia convencional, hegemônica. Na realidade, é uma postura contrária à mídia tradicional, no que se refere aos conteúdos exibidos”. Seguindo Malini e Antoun (2013), Almeida (2015) discute as terminologias utilizadas para caracterizar o midiativismo, adotando o conceito de “mídia livre”, que foi criticado anteriormente por Braighi & Câmara (2018) e Maia (2016), porém ressalta que o termo serve para designar as iniciativas “que enfrentam e subvertem o poder dos grandes conglomerados midiáticos ou ainda preencher suas lacunas” (p. 51). Assim, compreende-se que as terminologias utilizadas relacionam-se à tentativa de sinalizar a característica de proposta contra-hegemônica e que se diferencia do modelo da grande mídia.

Cabe ainda fazer uma diferenciação entre o midiativismo e o que a literatura acadêmica denomina como imprensa alternativa, pois a contraproposta à narrativa hegemônica da grande mídia não faz do midiativismo, necessariamente, um veículo de imprensa alternativa de comunicação<sup>64</sup>, pelo menos, de um modelo tradicional de jornalismo, seja ele da grande mídia ou da imprensa alternativa, moldado a partir de regras, categorias e valores que formulam uma ética de conduta para atuação dos profissionais da área. Apesar de ambos buscarem a construção de uma narrativa alternativa aos grandes meios de comunicação, o midiativismo difere-se por ser uma ação que não se alinha ao objetivo de “ser imprensa” no modelo tradicional, tratando-se de uma forma explícita e assumida de ativismo que busca comunicar aquilo do qual participa ou faz parte, subvertendo a suposta objetividade ou imparcialidade (CARVALHO, 2016), o que não quer dizer o que midiativismo não possa estar anunciando a emergência de um novo modelo de jornalismo, exercida a partir por narradores-personagens (ALMEIDA, 2015) ou comunicadores-ativistas (MAIA, 2016).

---

<sup>64</sup> O objetivo não é debater se o midiativismo é ou não jornalismo, pois entendo que essa classificação depende do que se define como jornalismo e de quem pode exercê-lo. Se for adotado como ponto de referência alguns padrões do jornalismo empresarial, por exemplo, pode-se descartar o midiativismo, e até mesmo grande parte da imprensa alternativa abordada pela literatura acadêmica, como jornalismo. A pretensão aqui proposta é distinguir o midiativismo do que a literatura denomina como imprensa alternativa.

Como define Bentes (2015, p. 14) “o midialivrista, diferente do jornalista corporativo, não está em um protesto, ato, manifestação, apenas para fazer (ou reportar) dentro de uma relação de trabalho”, mais do que isso: “ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar, organizar, expressar, essa multidão”. Ainda que tenha uma interface relevante no campo da comunicação, cobrindo eventos, produzindo informações e disputando as narrativas acerca de pautas e agendas políticas, o midiativismo também se caracteriza pela sua interface voltada ao ativismo, ou seja, pelo fato de que o fenômeno é caracterizado pela ação de ativistas que se lançam no campo político utilizando a comunicação como repertório de ação. Contudo, diferentemente de outras iniciativas que buscam exclusivamente reportar os fatos ocorridos, inclusive as experiências de imprensa alternativa, os midiativistas são identificados como um corpo que também faz parte da multidão que reivindica.

Almeida (2015) ressalta que palavras como “nós” e “a gente” são constantes na fala midiativista ao tratar de manifestações e pautas, o que denota aquilo que fora apontado sobre a imersão completa dos ativistas durante suas atuações. O autor pontua que “em todo o tempo, observamos a inclusão deles próprios nas multidões, sua identificação com as reivindicações, com os sofrimentos, com os sentimentos e as disputas travadas nas ruas brasileiras” (ALMEIDA, 2015, 103). Resumidamente, para Almeida (2015) trata-se de “um sentimento de pertença que ilustra que o midialivrista se coloca ativamente no processo político-comunicacional do qual participa” (p. 103-104). Inseridos nessa multidão, os midiativistas “disponibilizam-se como pontos de conexão através dos quais as informações serão transmitidas, construindo uma rede de fluxos informacionais que complexificam a circulação das imagens nos eventos” (ALMEIDA, 2015, p. 104).

A ideia do “faça você mesmo” sugere que, a partir dessa lógica empreendida da combinação entre comunicação e ativismo, quem reconstrói e disputa as narrativas também é parte dela. A partir disso, pode-se retomar as contribuições sobre o tema para definir aquilo que se compreende como midiativismo, sendo importante ressaltar que essa tentativa não se trata de uma proposta de limitação do conceito, mas sim de defini-lo enquanto fenômeno social para sua aplicação na presente pesquisa e no objeto estudado. Assim, pode-se concluir que o midiativismo trata-se de um fenômeno social que consiste na prática de ativistas engajados numa

ação própria – o midiativismo – que, mobilizados pela insatisfação com a atuação dos meios de comunicação vigentes e motivados pela possibilidade de ser a mídia de si mesmos – “Faça você mesmo!” –, apropriam-se dos recursos disponíveis para propor uma ação de caráter contra-hegemônico, em relação aos valores sociais dos quais divergem, interseccionando ativismo e comunicação na produção de narrativas relacionadas às suas próprias agendas políticas e seus objetivos de transformações sociais.

### **3.2. O midiativismo como ação coletiva**

Alguns autores (ARAGÃO, 2013; MAIA, 2016; CARVALHO; 2016) aproximam a ação do Mídia Ninja ou do midiativismo da atuação de um movimento social. Para Aragão (2013) o midiativismo é “uma forma de ativismo dos movimentos sociais, ao se apropriar de recursos técnicos e da linguagem das mídias tradicionais para a produção de conteúdos de contracultura” (p. 10). Por ora, a autora também faz uma divisão entre movimentos sociais e midiativismo, definindo que o último atua de forma variada junto aos primeiros. Já Maciel (2012), embora não trate do Mídia Ninja como objeto de estudo, aborda, em alguns momentos, o conceito de midiativismo também pelo termo “movimentos sociais da cultura digital” (p. 45). A abordagem reconhece e pretende explorar de forma mais precisa a relação entre o midiativismo Ninja e outros atores sociais no campo político. Contudo, como fora proposto na construção do conceito de midiativismo, este se trata de um fenômeno próprio que não se confunde com um movimento social, ainda que estabeleça correlações com o último.

Ao compreender o midiativismo como um fenômeno que intersecciona a atuação política de ativistas e a utilização da comunicação como ferramenta de ação, proponho explorar a dimensão do ativismo na presente pesquisa. Como vimos, ainda que o Mídia Ninja nasça do cerne de um movimento cultural, que pode ser compreendido como um movimento social, reunindo ativistas que compartilham uma identidade afim – ao menos a do pertencimento ao coletivo –, agindo conjuntamente em prol de uma agenda política que é construída de forma comum e com objetivos similares, que estão inseridos em diferentes contextos sociais, o midiativismo praticado pelo coletivo não trata-se de um movimento social, mesmo que o primeiro tenha características semelhantes ao último. No campo da ciência



política e dos estudos acerca das ações políticas, define-se a atuação do midiativismo Ninja como uma ação coletiva que, conseqüentemente, possui o viés do ativismo político. A investigação explora a ação Ninja não apenas como um meio de mediação do campo político, mas como um corpo que faz parte da multidão onde está inserida.

Parto da ideia de ação política para tratar das fronteiras tênues que separam diferentes conceitos dos estudos acerca do agir político das pessoas, visto que a política e as ações nem sempre envolvem confrontos<sup>65</sup> (MCADAM, TARROW & TILLY, 2009). Um protesto, um ato cultural, uma revolução, um movimento social ou uma petição online, entre outras formas de ação, representam modos diferentes de agir que, embora possam ter similaridades, como reivindicar um direito, por exemplo, possuem suas peculiaridades e, portanto, representam fenômenos diferentes. Há ocasiões em que um fenômeno ou mais, combinados ou não, pode originar ou contemplar outro (s). Como um protesto, por exemplo, que pode se tornar um movimento social à medida em que ganha a estruturação e a sustentação necessárias para esse deslocamento. Ou, um protesto que reúne diferentes movimentos sociais e ganha a adesão popular necessária para resultar em uma revolução com profundas transformações sociais e no aparelho estatal. Todos estes fenômenos são ações políticas que, em alguma medida, se diferenciam.

Os estudos e as teorias acerca das ações coletivas estão diretamente relacionados e, por vezes, confundem-se com o campo teórico dos movimentos sociais, compreendendo uma série de variáveis e de visões de diferentes escolas e autores que foram modificando-se ao longo do tempo, sobretudo a partir do surgimento de paradigmas que expuseram a necessidade de novas explicações teóricas para as novas formas de ação coletiva que foram surgindo periodicamente. Tais transformações, tanto nas formas de executar as ações coletivas como nos modelos interpretativos propostos, também conferiram novas configurações aos estudos sobre os movimentos sociais, as estratégias de ação, o papel da mídia nos conflitos políticos e as relações entre os desafiantes, as elites e o Estado. Inicialmente, apresenta-se um panorama geral do campo teórico dos estudos acerca dos movimentos sociais e das ações coletivas, bem como seus principais aspectos,

---

<sup>65</sup> Para McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 11) “o confronto político tem início quando de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas”.

para, posteriormente, ressaltar as diferenças mais pontuais em relação à definição de ação coletiva utilizadas, bem como os elementos mais relevantes à pesquisa.

O conceito de movimento social não é único, variando de acordo com a abordagem e os autores que tratam da temática. Historicamente, a definição do conceito variou de acordo com o cenário em que as mobilizações e os confrontos políticos desenvolveram-se. Alonso (2009) afirma que, inicialmente, “o termo ‘movimentos sociais’ foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas” (p. 49), no contexto do ocidente na década de 1960, quando a teoria dos movimentos sociais foi constituída. Neste período, as teses em torno das teorias da desmobilização, guiadas a partir das ideias de autores críticos à dominação e à inércia social pelo sistema proveniente das sociedades capitalistas, foram questionadas pelo surgimento de novas mobilizações sociais nos Estados Unidos e na Europa, locais que estão no centro da tradição dos estudos na temática e onde surgiram, na segunda metade do século do século XX, movimentos ligados às questões de etnia, gênero e estilos de vida.

A maior parte da produção acerca da teoria dos movimentos sociais e das ações coletivas está concentrada, basicamente, nessas duas grandes correntes, ainda que não limite-se a elas: a norte-americana e a europeia. Em termos gerais, Bringel (2012) explica que enquanto a primeira tem um viés “mais institucionalista e com uma particular ênfase nas estruturas” (p. 44), a segunda é “mais culturalista e com mais foco na ação” (p. 44). Na corrente teórica norte-americana destacam-se: as teorias clássicas sobre as ações coletivas, como as teorias interacionistas da Escola de Chicago, as teorias sobre as sociedades de massas, as teorias com abordagem sociopolíticas, as teorias funcionalistas do comportamento coletivo e as teorias organizacionais-comportamentalistas; a Teoria da Mobilização de Recursos; e as Teorias da Mobilização Política. Já na corrente europeia, destacam-se: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais; e as abordagens com ênfases marxistas e neomarxistas (GOHN, 2010).

De acordo com Alonso (2009), movimentos como o feminista, o ambientalista e pelos direitos civis, além de superar as teorias da desmobilização, que vigoraram entre as décadas de 1930 e 1960 e tinham autores como Riesman e Adorno, também romperam com os tipos de mobilizações anteriores por tratarem-se de “ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas”

(ALONSO, 2009, p. 51), caracterizadas como os movimentos sociais modernos conhecidos e protagonizadas por novos atores sociais, dentre eles: mulheres, jovens e estudantes. Dos fenômenos que surgiram a partir da década de 1970, emergiu a necessidade de novas interpretações e explicações teóricas. Dessa demanda surgem três grandes correntes teóricas, que permaneceram no centro das discussões sobre a temática dos movimentos sociais e das ações coletivas: a Teoria da Mobilização de Recursos; a Teoria do Processo Político; e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Como idealizadores da Teoria da Mobilização de Recursos, McCarthy & Zald (1977), influenciados pela ideia do uso de modelos econômicos e da escolha racional, de Olson (1971), para explicar os fenômenos sociais, buscaram compreender o processo das mobilizações através da utilização da racionalidade de cada indivíduo para deliberar sobre a própria participação nas ações dos movimentos sociais, avaliando e mensurando os custos e os benefícios da cada ação na sua decisão. A disposição de recursos materiais e humanos, assim como a organização seriam fatores fundamentais para a ação coletiva em detrimento de outras questões, como a cultura e a ideologia. Da falta de uma contextualização mais ampla e histórica, negando também o viés economicista e o determinismo para as explicações acerca das ações coletivas, surgem as outras duas correntes teóricas, do Processo Político e a dos Novos Movimentos Sociais, que dão ênfase a política e a cultura como elementos fundamentais para suas interpretações (ALONSO, 2009).

Entre os principais expoentes da Teoria do Processo Político, temos autores como Charles Tilly, Sidnei Tarrow e Doug McAdam. Ainda que seja norte-americana, a corrente constituiu-se observando também o cenário europeu dos movimentos sociais e das ações coletivas, como a França e a Inglaterra dos séculos XVIII e XIX (TILLY, 1971) e a Itália do século XX (TARROW, 1993). Alguns conceitos relevantes para a análise das ações coletivas são observados pela Teoria do Processo Político, como as ideias de: estrutura de oportunidades políticas, estruturas de mobilização, solidariedade, identidade coletiva, ameaças políticas, repertórios de ação coletiva e as relações histórico-estruturais entre Estado e sociedade. O conceito de repertório de ação (TILLY, 1971), abordado com maior profundidade no tópico seguinte, é central nesta pesquisa, tratando-se de estratégias e formas de agir escolhidas e

empregadas pelos atores sociais, dentre aquelas disponíveis, da forma mais adequada para obtenção de êxito nos objetivos coletivos das ações.

Segundo Alonso (2009), apesar da Teoria do Processo Político ter dado maior inserção à cultura na análise das ações coletivas, é a Teoria dos Novos Movimentos Sociais que propõe uma “interpretação efetivamente cultural” (ALONSO, 2009, p. 59) para o objeto de estudos. Dentre seus principais autores, estão: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melluci. A corrente teórica, embora não seja caracterizada como uma escola homogênea, por ter entre seus expoentes diferentes produções teóricas, nasce da ideia da transformação histórica do sistema capitalista que alterou a configuração da sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial, a partir da década de 1960, onde surgiram também novos tipos de reivindicações, mobilizações e ações coletivas, que não são mais pautados por questões de classe e de redistribuição, mas sim por temáticas ligadas às formas de vida e a identidade cultural, voltando suas atenções e apresentando suas demandas também a sociedade civil.

Entre o final do século XX e o início do século XXI, novas mudanças surgem no horizonte dos movimentos sociais e das ações coletivas, como o ativismo global, por exemplo, caracterizado pela ação transnacional. Para Alonso (2009), o caráter simbólico do ativismo contemporâneo é um dos grandes desafios para os pressupostos analíticos do campo de estudos. Castells (1996) ressalta a relevância da comunicação em rede e das novas tecnologias como suporte de transformação das relações sociais, nos próprios modelos de mobilização e na composição de novos movimentos sociais a partir do que o autor identifica como sociedade em rede. Entre as novas possibilidades, surge a temática dos movimentos sociais na era da internet, que tem como uma de suas principais referências Castells (2013).

Alguns eventos históricos, ocorridos em diferentes partes do mundo a partir do avanço tecnológico, sobretudo da utilização da internet, permitem compreender essas novas mudanças na organização societária, que influenciam diretamente nas próprias noções de ação coletiva e de movimento social. De acordo com Castells (2013), o que une as pessoas e suas experiências após o advento do ciberespaço, mesmo em contextos sociais, políticos, culturais e econômicos distintos, é “a sensação de empoderamento” (p. 27). As redes de indignação e de esperança, que denominam a obra do autor sobre os estudos acerca dos “novíssimos” movimentos

sociais, para Castells (2013), têm suas origens contemporâneas mais significativas nas revoltas populares da Tunísia e da Islândia, que ressignificaram o ativismo no mundo social:

Novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se, têm sido descobertas por uma nova geração de ativistas, para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político. E, embora, já houvesse uma série de precedentes desses novos movimentos sociais na última década (particularmente na Espanha em 2004 e no Irã em 2009), podemos dizer que, em sua manifestação plena, tudo começou na Tunísia e na Islândia (CASTELLS, 2013, p. 28).

Na Tunísia<sup>66</sup>, canais de comunicação da internet, como o Facebook, o YouTube e o Twitter, tiveram papéis fundamentais no processo de denúncia e difusão das arbitrariedades institucionais cometidas contra os manifestantes que, por conta da constituições destes meios de comunicação, foram ganhando cada vez mais apoio, formando grandes concentrações com debates em praça pública. Tudo filmado e transmitido em tempo real pela internet. De acordo com Castells (2013), as discussões chegavam a durar duas semanas. A própria televisão, no caso a *TV Al Jazeera*, utilizou-se dos materiais produzidos em tempo real pelos ativistas, pois o país possui umas das inserções populacionais mais significativas do mundo árabe na internet.

Já na Islândia<sup>67</sup>, os debates sobre a reforma constitucional, uma das principais demandas das mobilizações populares no país, foram embasados pelo ciberespaço. Na nação, 94% da população está conectada a internet, sendo dois terços deste total usuários do Facebook. Contudo, outras redes como o Twitter, o

---

<sup>66</sup> Os gritos de “Degage! Degage!” (“Fora!”) marcaram as manifestações populares da Tunísia, em 2011, para reivindicar mudanças no regime político, econômico e social do país, com o afastamento da elite política que estava no poder desde a década de 1980. Tudo começou com a distribuição do vídeo do suicídio de Mohamed Bouazizi, que ateou fogo contra si mesmo, próximo a um prédio do governo, para protestar contra o abuso de autoridade da polícia local que confiscou sua banca de frutas pela recusa do pagamento de propina. O ato espalhou-se pelo mundo e foi o estopim para os protestos que levaram o presidente do país, Bem Alin, a renunciar ao cargo depois de mais de duas décadas no controle da nação (CASTELLS, 2013, p. 28).

<sup>67</sup> O estopim para a chamada “Revolução das Panelas”, que ficou conhecida assim pela utilização dos utensílios domésticos nas manifestações, foi a crise econômica com a falência do sistema financeiro islandês. Mas, assim como no caso da Tunísia, a internet também foi a grande precursora das mobilizações populares, desta vez sem a necessidade de uma tragédia fatal. Em 2008, um vídeo do cantor Hordur Torfason cantando, em frente ao parlamento nacional, com tom de protesto contra banqueiros e políticos. O material impulsionou as mobilizações no país, sendo capaz de reunir milhares de cidadãos em protestos contra os colapsos financeiros e políticos, reivindicando a renúncia do governo, a realização de novas eleições e a elaboração de uma nova constituição. Em 2009, dois partidos que há mais de oito décadas governavam o país tiveram uma derrota expressiva. (CASTELLS, 2013, p. 36).

YouTube e o Flickr também tiveram grande importância na interlocução entre a sociedade e os representantes do Conselho da Assembleia Constitucional, que recebeu dezesseis mil sugestões, on-line e off-line, entre outras contribuições, via redes sociais, que influenciaram no processo deliberativo, segundo aponta Castells (2013), tratando-se de um caso inédito de decisão participativa.

Posteriormente, outros movimentos que também utilizaram a internet e as redes sociais de forma significativa: A Revolução Egípcia; As Primaveras Árabes; Os Indignados, na Espanha; e o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; todos ocorridos em 2011. Castells (2013, p. 11), define que estas ferramentas “são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas<sup>68</sup> – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder” (p. 11). Para o autor, “a falta de poder tornou-se empoderamento” (p. 49), alterando ordens sociais e institucionais com a mobilização e a adesão de milhares de pessoas em manifestações que trouxeram resultados práticos aos países. Castells (2013) destaca as características centrais nestes novos modelos de ação coletiva, que podem ser divididos em torno de três perspectivas: participação, organização e funcionamento.

Os movimentos sociais são ações coletivas, mas nem toda ação coletiva é, necessariamente, um movimento social. Pode-se definir a ação coletiva como uma ação política realizada coletivamente por pessoas engajadas que compartilham objetivos e identidades comuns, com maior ou menor dimensão, à medida que estão inseridas numa mesma ação de maneira geral, mesmo que ocupem funções distintas. Quando se pensa na definição dos movimentos sociais, pode-se afirmar que tais características também podem fazer parte do conceito. Para autores como Tarrow (2009), a ação política dos movimentos sociais está relacionada ao confronto, que é convertido em movimento social quando são mobilizadas redes sociais, estruturas conectivas e identidades capazes de dar sustentação no tempo e no espaço para o enfrentamento com os seus oponentes que, na maioria das vezes, possuem poder significativo. Desta forma, nem toda ação ou organização é um

---

<sup>68</sup> Apesar das novas possibilidades apresentadas por Castells (2013), é necessário frisar que os espaços utilizados no ciberespaço, como os próprios sites de rede social, como o Facebook, por exemplo, são sempre suscetíveis de controle e de processos constantes de agenciamento e de apropriação mútuos. Ou seja, não há, em regra, neutralidade e liberdade nestes espaços, ainda que haja a proporção desse tipo de sensação. O ativismo articulado pelo uso de ferramentas, plataformas, sites de rede social e afins sempre é condicionado e limitado pelos recursos disponíveis nesses espaços.

movimento social, sendo necessário o constante esforço de sustentação de características centrais para que haja a existência de um movimento social.

Há três etapas centrais, apresentadas por Tarrow (2009), para garantir sustentação a uma ação coletiva e transformá-la em movimento social, reunindo reivindicações e identidades distintas em diferentes locais em ações conjuntas: a primeira é “preparar os desafios coletivos”; a segunda é “instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais”; e a terceira é “construir solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva” (TARROW, 2009, p. 20). As propriedades básicas dos movimentos sociais para Tarrow (2009) são: o desafio coletivo; o propósito comum; a solidariedade e a identidade coletiva; a sustentação do confronto político; e as oportunidades políticas como sugestões estruturadoras. O autor também observa outros fatores que influenciam na atuação dos movimentos sociais e das ações coletivas, como: as oportunidades e as restrições políticas; os repertórios de confronto; as estruturas de mobilização; os ciclos de confronto; e os enquadramentos interpretativos das ações coletivas.

Como explica Tarrow (2009), ao analisar o conceito de um ponto de vista histórico, “o maior problema de transformar confrontos em movimentos sociais eram as formas e objetivos da ação coletiva limitarem-se às demandas imediatas das pessoas, aos seus alvos e aos seus vínculos locais e corporativos” (p. 58). Isso quer dizer que não havia confrontos e disputas políticas, sobretudo por demandas e objetivos? Não, pois as ações conflitivas, individuais ou coletivas, sempre existiram. O movimento social moderno nem sempre existiu. Ele aparece a partir do século XVIII, principalmente através da consolidação de dois fatores: do impacto do desenvolvimento da comunicação e da imprensa; e dos novos modelos de associação (TARROW, 2009). Conforme afirma Tarrow (2009) ambos “possibilitaram que pessoas amplamente espalhadas por cidades e regiões conhecessem as respectivas ações e se juntassem em movimentos sociais nacionais ultrapassando largas divisões sociais ou geográficas” (p. 67). A formação do Estado moderno, visto como mediador e alvo de confrontos, também foi central para a evolução dos movimentos sociais e das ações coletivas (TARROW, 2009).

É relevante compreender o papel central que a comunicação tem para as ações coletivas, sobretudo porque ela assume centralidade também na ação do

mediativismo. Essa relação entre os objetivos a serem alcançados pela ação coletiva e a importância da comunicação nesse processo é apresentada por Jasper (2016) como “o dilema da mídia”, que basicamente trata das intersecções e das influências recíprocas entre ambos. Como resume Jasper (2016, p. 104): “grupos de protesto geralmente desejam alcançar um grande número de pessoas, seja para divulgar sua mensagem ou recrutar membros, e a mídia convencional é uma forma efetiva de fazê-lo”. Isso é notório, sobretudo pela capacidade de alcance dos meios de comunicação que chegam quase que a totalidade da população, ao menos no Brasil, como visto na introdução, sendo fundamental nos processos de mobilização, divulgação e mediação das ações coletivas e de suas finalidades.

Contudo, o que ocorre é que essa relação não é tão racional ou alinhada como pressupõe o objetivo de utilização da mídia, pelo contrário, pois a última está posicionada como um agente parcial no campo político, seguindo crenças, objetivos e posições que lhe são próprias. Jasper (2016, p. 104) afirma que “em todo o envolvimento estratégico outros atores (neste caso, a mídia) acrescentam um elemento de imprevisibilidade”. O autor também apresenta o “dilema dos aliados poderosos”, que se relaciona diretamente ao “dilema da mídia” nas ações coletivas, ou seja: “você pode precisar de um aliado poderoso em função de recursos ou conexões, mas é provável que ele o use, tanto quanto você, para seus próprios fins” (JASPER, 2016, p. 104). Na prática o que o autor quer dizer é que “a mídia vai usá-lo para atrair audiência, mais do que ajudá-lo a divulgar seus temas” (JASPER, 2016, p. 104). É interessante lembrar que, dentre outros fatores, a insatisfação dos ativistas com o enquadramento midiático das lutas com as quais tinham afinidade é um elemento central para o fenômeno do mediativismo.

Assim, após apresentar as principais teorias, as diferenças e os aspectos mais relevantes das ações coletivas e dos movimentos sociais, retoma-se a caracterização do mediativismo como uma ação coletiva que, ao assumir a identidade do coletivo Mídia Ninja, mantém-se como um objeto permanente, independente dos atores engajados na ação. Cabe ressaltar ainda que o ativismo aqui tratado também se diferencia de engajamentos ou ações eventuais. Abreu (2016) aponta que “alguns autores (BALTAZAR, 2014; SAWICKI & SIMÉANT, 2011) defendem a distinção das várias formas de ativismo político, considerando que existem diferentes graus de envolvimento e engajamento político” (p. 26). O autor



compreende que o ativismo político “se diferencia da esporádica e pontual participação cidadã nos atos públicos, continua sendo gestado predominantemente nas vivências propiciadas pelos movimentos sociais” (ABREU, 2016, p. 26), que para ele, são os que “possibilitam uma experiência continuada e compartilhada com outras redes parceiras de solidariedade e luta” (ABREU, 2016, p. 27).

Ao diferenciar o midiativismo de um movimento social, definindo-o como uma ação coletiva de caráter contra-hegemônico de ativistas que se apropriam dos recursos disponíveis, mobilizados pela contrariedade ao enquadramento interpretativo dos meios de comunicação hegemônicos e pela possibilidade de ser a mídia do próprio ativismo, passa-se a tratar da estratégia de atuação do Mídia Ninja, mais especificamente da utilização das transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva, conforme o conceito proposto Charles Tilly (1976). Embora as transmissões ao vivo não componham o único repertório do coletivo, é possível identificar na ação a possibilidade mais significativa de investigar a atuação do Mídia Ninja e o objeto de estudo, visto que, além de retratar o intercâmbio entre o ambiente real, contemplando os espaços de ação em que os ativistas estão inseridos no mundo social, e o virtual, utilizado como o suporte que sustenta a estratégia ou o repertório de ação do coletivo.

### **3.3. As transmissões ao vivo: o repertório Ninja de ação coletiva.**

O campo de estudos dos movimentos sociais e das ações coletivas, como visto, foi (e continua sendo) construído a partir de diferentes perspectivas de autores e de correntes teóricas, bem como dos paradigmas que surgiram das teorizações propostas. Contrapondo-se à centralidade das visões econômicas e da psicologia como elementos interpretativos dos movimentos sociais e das ações coletivas, Charles Tilly rompeu com as teorias marxista e funcionalista predominantes, sendo um autor importante da Teoria Processo Político. Tilly buscou compreender e interpretar as ações coletivas a partir de aspectos políticos do próprio processo de mobilização e atuação dos seus objetos de estudo, propondo conceitos chaves, conforme mencionado, para a análise das ações coletivas como: “estrutura de oportunidades”, “ameaças políticas” e “estruturas de mobilização”. Contudo, ao inserir aspectos eminentemente políticos às explicações dos fenômenos sociais

estudados, Tilly observou que havia uma lacuna teórica em sua formulação devido à ausência da análise dos aspectos culturais na interpretação das ações políticas.

A partir dessa lacuna, nasce um conceito que passou a ser central na obra de Tilly e ter relevância significativa na análise das ações coletivas: o repertório de ação coletiva. Alonso (2012) explica que o objetivo do autor era “assinalar as formas especificamente políticas de agir” (p. 22). Ao incorporar a dimensão cultural a sua formulação teórica, Tilly identificou como repertório “o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p. 22). Desde a sua aparição inicial, em *Getting Tagher in Burgundy – 1675-1975* (TILLY, 1976), o conceito de repertório foi revisado, ampliado e reformulado pelas observações que Tilly concentrou na ação individual e coletiva dos sujeitos sociais, contemplando seus aspectos políticos, culturais e simbólicos. Embora tenha realizado discussões teóricas acerca da apropriação, das mudanças, das particularidades, do compartilhamento, da interação e das limitações temporais e espaciais dos repertórios, o que perpassou as obras de Tilly foi a ideia do conceito como os meios ou o conjunto de formas de ação.

O conceito de repertório é abordado por Alonso (2012) a partir da divisão da obra de Tilly em três períodos, que correspondem as décadas de 1970, 1990 e 2000, com momentos distintos. Inicialmente, Tilly (1976) definiu o conceito como “meios de ação definida para ação coletiva” (p. 22), que eram conhecidos e acessíveis a todas as pessoas. De acordo com Alonso (2012, p. 23), “o autor abria aí a agenda longeva e de dois eixos: a correlação entre mudança social, econômica e política, e o uso dos repertórios conforme as oportunidades políticas”. Neste primeiro momento, Tilly (1976) também classificava os repertórios em dois tipos: os do antigo regime e o popular. Posteriormente, em *From mobilization to revolution* (TILLY, 1978), conforme aponta Alonso (2012), o conceito é identificado como “um conjunto de formas de ação” (p. 23), que, ainda que contemple diferentes culturas, limita-se por ser restrito numericamente em relação às formas possíveis de ação em determinados períodos históricos. Assim, confere-se a ideia da correlação entre os repertórios de ação e os contextos em que estes estão inseridos.

Neste segundo momento, Tilly (1978) também trata de uma questão importante para a delimitação do conceito: a possibilidade da mudança nas estratégias de ação. Como está vinculado a uma determinada época, o repertório

muda lentamente porque está relacionado às mudanças sociais, havendo também a peculiaridade da ligação entre os repertórios e as pessoas que os utilizam, como é o caso da utilização das greves pelos movimentos de trabalhadores. Alonso (2012) aponta que o autor busca identificar os padrões de repertórios e não a sua utilização propriamente dita, não havendo até então uma teoria própria do conceito. Identifica-se que acerca da apropriação dos repertórios “a relação é contingente, a escolha das formas depende de contexto, interlocutor, nível da ação” (ALONSO, 2012, p. 24). Após incluir a dimensão cultural na sua formulação teórica, notoriamente política, Tilly foi criticado pela ausência da dimensão simbólica em sua abordagem. Então, o autor reformula o conceito, identificando-o como “repertório de confronto”, no que podemos denominar como um terceiro momento de sua proposta.

Conforme aponta Alonso (2012) na década de 1990, Tilly traz novas contribuições ao conceito que elucidam algumas lacunas teóricas anteriores, compreendendo os repertórios como algo que é compartilhado e que “não é peculiar a dado grupo, mas a certa estrutura de conflito” (ALONSO, 2012, p. 25). Tilly (1995) define que “repertórios de ação coletiva designam não performances individuais, mas meios de interação entre pares de grandes conjuntos de atores” (p. 27). Para Alonso (2012, p. 25), “o conceito se torna relacional”. O repertório, segundo Tilly (1995, p. 26), “identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha”. A influência das rotinas e das interações nos repertórios dão o tom da dimensão simbólica ao conceito (ALONSO, 2012), ressaltando também a relevância dos contextos sociais, dos aprendizados, da participação e das adaptações na ação dos atores, inclusive durante a própria utilização dos repertórios.

A manutenção e a inovação nos repertórios também ganham centralidade no conceito. Para Tilly (1995), há a manutenção dos repertórios na medida em que estes são bem sucedidos na sua utilização, limitando as inovações, que são empreendidas, parcialmente, quando há a necessidade de inovar o mesmo repertório que não é mais tão eficaz, porém que não deixa de existir como um todo. Os contextos e as circunstâncias são relevantes para a compreensão das possibilidades e das necessidades de inovação ou manutenção dos repertórios utilizados. Tarrow (2009) observa o impacto da análise histórica de Tilly (1995) na alteração dos antigos para os novos repertórios que mudaram: de estreitos para

cosmopolitas, à medida que passaram a atender interesses de diversas localidades, pois antes estavam concentrados em determinados locais; de bifurcados para modulares, à medida que as ações eram aprendidas e compartilhadas com outros contextos; e de particulares para autônomos, à medida que os atores sociais assumem o protagonismo das ações coletivas.

Em suas últimas reformulações, num quarto momento, Tilly (2005; 2006) acrescentou a noção de performance ao conceito de repertório, sendo a primeira um conjunto variável do segundo. Propondo uma comparação entre o marco inicial e a fase final da proposta do autor, Alonso (2012) afirma que, inicialmente, “o alvo de Tilly era detectar invariâncias de formas de ação em diferentes localidades e circunstâncias” (p. 28), e, posteriormente, “é o uso do repertório em conflitos políticos, como os agentes o manejam em suas performances” (p. 28). Assim, as performances são modulares, à medida que podem ser utilizadas em diferentes ocasiões e contextos, e, ao mesmo tempo, singulares, porquanto se relacionam ao pertencimento das questões particulares de cada contexto. Tilly (2005) também volta sua atenção aos processos de transferências políticas dos repertórios, que são diretamente baseadas em seis mecanismos:

A “inovação tática”, a modificação de uma rotina de interação conhecida, como a substituição de símbolos não verbais por outros escritos (caso dos *slogans*) ao longo do século XIX; a “barganha”, a negociação da performance – os limites de uma passeata acertados entre manifestantes e polícia – no curso da interação; a “difusão negociada”, a decisão de adotar inovação tática de outro grupo, lugar e assunto; a “mediação” [*brokerage*], quando um intermediário conecta dois atores, grupos, lugares antes isolados facilitando a circulação de repertórios; a “certificação/descertificação”, uma autoridade social ou política endossa/condena a performance; e a “adaptação local”, modificação de uma inovação tática produzida alhures via adição de símbolos, rituais, pessoas ou conexões sociais locais (ALONSO, 2012, p. 29).

Em *Repertoires and regime* (TILLY, 2006), o autor solidifica o conceito. Alonso (2012) explica que “a ideia de repertório como conjunto de performances se desenvolve” (p. 29). Apesar de ambos os conceitos confundirem-se, pode-se compreender a performance como a unidade do repertório, ou seja, são noções imbricadas que juntas compreendem o mesmo fenômeno: a forma de ação política e seus aspectos. Os repertórios podem ser modulares, em razão de serem peculiares em relação a determinadas ocasiões; replicados ou copiados, porquanto obtêm sucesso na sua utilização; e adaptados ou inovados, à medida que deixam de ser

eficientes ou precisam ser adaptados aos diferentes contextos e situações. Basicamente é importante compreender que determinado repertório deve servir ao contexto em que é empregado, tanto pelas condições de utilização como pelo contexto e pela finalidade em que está sendo inserido. Os ciclos de protesto, as estruturas de oportunidades e as ameaças políticas, entre outros fatores, influenciam diretamente na utilização dos repertórios de ação.

É interessante observar que a noção pouco especificada e mais determinada de repertório, aos poucos, é substituída pela abordagem contingencial, típica e relacional do conceito. Em *Contentious performance* (TILLY, 2008), o autor reafirma suas visões acerca da importância da interação social, dos confrontos, das escolhas, das inovações, das adaptações, das circunstâncias e dos contextos na utilização dos repertórios (ALONSO, 2012). A obra de Tilly também foi objeto de abordagens que conferiram a ela novas reformulações e aplicações teóricas, que Alonso (2012, p. 33) apresenta, resumidamente, de duas formas: “uma toma o sentido primeiro de repertório, como conjunto de formas de ação, seja para expandi-lo, seja para contestá-lo” (TRAUGOTT, 1995; CHABOT, 2000; SMITH, 2001; CLEMENS, 2003; STAMATOV, 2010); e “outra apropriação do conceito andou mais na direção dos últimos livros de Tilly, abarcando semântica e interação” (STEINBERG, 1995; SWIDLER, 1995, 2001; AUYERO, 2004; HALFMAN & YOUNG, 2010).

Bringel (2012) também contribui com a análise da obra de Tilly, dividindo sua análise em três etapas: a primeira apresenta as principais contribuições teóricas e metodológicas do autor; a segunda debate as principais críticas à abordagem de Tilly, bem como a correlação de suas discussões teóricas com outros autores e teorias; e, por fim, a terceira evidencia os principais desafios acerca dos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais. O conceito de repertório consolidou-se no campo de estudos das ações coletivas, como aponta Bringel (2012), “para observar a evidência de que a produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório)” (p. 46). O repertório é definido por Tarrow (2009) como “um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam” (p. 51).

O repertório de ação modular é aquele que “uma vez usado e compreendido poderia ser difundido para outros atores e ser empregado no interesse de coalizações de desafiantes” (TARROW, 2009, p. 59). A utilização do repertório modular também pode ser adaptado e transferido a diferentes ocasiões em que há ocorrência de ações coletivas. A partir das abordagens propostas é possível conceituar o repertório de ação coletiva como a forma ou o conjunto de formas de ação, com dimensões políticas, culturais e simbólicas, que resulta(m) da interação dos agentes sociais com os contextos e as circunstâncias em que os repertórios são empregados. Assim, apesar de limitados pelo contexto histórico e pelas condições disponíveis, e diretamente influenciados pelas estruturas de oportunidades, pelas estruturas de mobilização e pelas restrições políticas, os repertórios são adaptados, compartilhados, descartados, inovados ou igualmente utilizados a partir da rotina e da atuação coletiva dos atores sociais.

O Mídia Ninja pode ser compreendido como um coletivo de ativistas que atua no campo político em prol de objetivos próprios, também possui suas formas de ação, intercambiando o ativismo com a utilização da comunicação através do fenômeno denominado como midiativismo. O principal repertório de ação dos ativistas Ninjas, que foi fundamental para que o coletivo ganhasse notoriedade durante os protestos de junho de 2013, consistiu nas transmissões ao vivo pela internet que, além de transmitir em tempo real as manifestações e atrair milhares de seguidores, também impulsionou uma nova maneira de agir. A organização coletiva e colaborativa, a transmissão dos acontecimentos e dos espaços de atuação na íntegra, a explicitação das parcialidades dos ativistas e a possibilidade de disputa da narrativa dos fatos com os meios tradicionais de mediação entre o campo político e a população estão entre as características centrais do repertório de ação do Mídia Ninja.

A crise de credibilidade dos veículos da grande mídia e a possibilidade de existência de um modelo de interação e de comunicação protagonizada de dentro das mobilizações sociais representou uma janela de oportunidades para que o Mídia Ninja ficasse conhecido e ocupasse um espaço de destaque durante os protestos de 2013, oportunizada também pelo contexto social de indignação e de negação das instituições políticas tradicionais, dentre eles a própria grande mídia. Seguindo a perspectiva de que as restrições também influenciam na escolha dos repertórios,

cabe ressaltar que a utilização do ciberespaço como suporte da ação e a apropriação dos aparatos tecnológicos demandam uma variação para a efetividade da utilização do repertório, tanto pela execução das transmissões ao vivo como pela recepção da ação midiativista por parte dos seguidores, devido às possibilidades e às restrições que resultam do acesso aos recursos disponíveis e necessários. A repressão, apesar de caracterizar-se como um meio tradicional de ameaça e restrição à ação política, foi desafiada pelo repertório de transmissão ao vivo, que se tornou os “olhos públicos” de vigilância contra os excessos cometidos pela polícia.

A interação dos midiativistas com outros atores e contextos sociais, tanto no ciberespaço como no ambiente de atuação presencial, tornou-se uma característica essencial da parcialidade Ninja durante suas ações desde que o coletivo tornou-se nacionalmente conhecido, durante os protestos de junho de 2013. Como define o problema de pesquisa, esta investiga a utilização das transmissões ao vivo, como repertório de ação coletiva, e como estas caracterizam o midiativismo do Mídia Ninja no que refere-se à agenda de ações constituída pelo coletivo, às dimensões espaciais contempladas pela atuação Ninja e às outras formas de ação e contextos sociais com os quais os ativistas interagem. A seguir, após a apresentação do objeto de pesquisa e do marco-teórico conceitual que embasa o presente estudo, se adentrará à análise proposta, apresentando a metodologia utilizada, mais detalhadamente, os dados do corpus de pesquisa, o banco de dados organizado, as categorias analíticas e o desenvolvimento do trabalho de campo.

## **4. MAPEANDO A ATUAÇÃO NINJA: AS TRANSMISSÕES AO VIVO COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO**

### **4.1. Metodologia**

A metodologia de pesquisa é definida por Minayo (2015) como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (p. 15), o que inclui ao mesmo tempo três elementos centrais: o método, que está relacionado à teoria da abordagem; as técnicas, que dizem respeito aos instrumentos de operacionalização do conhecimento; e as qualidades do pesquisador, que contemplam questões como a sua experiência, a sua capacidade e a sua sensibilidade (MINAYO, 2015). Para Richardson (2014, p. 70), “o método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”. Segundo o autor, há dois grandes métodos de pesquisa: o quantitativo e o qualitativo.

O método quantitativo, como a própria nomenclatura sugere, “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas” (RICHARDSON, 2014). Já o método qualitativo se difere do anterior, à medida que não é focado na quantificação durante o processo de análise, voltando-se à observação de fenômenos que não podem ser tão somente quantificados, mas que precisam também, ou apenas, ser analisados a partir da compreensão da natureza e das especificidades do que está sendo estudado. A escolha e a utilização de cada método, ou da combinação de ambos, ocorrem de acordo com a apropriação ao fenômeno em questão, a abordagem do problema investigado e a profundidade do estudo (RICHARDSON, 2014).

Esta pesquisa utilizou-se da complementaridade dos métodos quantitativo e qualitativo, visto que, respectivamente, fora necessário quantificar os dados coletados durante a investigação proposta a fim de atingir os objetivos determinados e ocupar-se da análise de conteúdos e de resultados que não poderiam ser interpretados somente pela quantificação. Entre as principais vantagens da abordagem quantitativa, duas são centrais na sua escolha para este estudo: a precisão na análise e na interpretação; e a sua aplicação em estudos de natureza descritiva (RICHARDSON, 2014). Acerca dessa última serventia, Richardson (2014, p. 71) afirma que “os estudos de natureza descritiva propõem-se a investigar ‘o que é’, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal”.



Richardson (2014) aponta que há uma ocasião em que há a quantificação de dados qualitativos, sendo esta uma modalidade empregada por pesquisadores que “consiste em utilizar como parâmetros o emprego de critérios, categorias, escolhas de atitudes ou, ainda, identificar com que intensidade, ou grau, um conceito, uma atitude, uma opinião se manifesta” (p. 80). O apontamento do autor relaciona-se ao que é apresentado no estudo realizado, pois a pesquisa, inicialmente, se utilizaria do método qualitativo para analisar as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva, havendo a posterior necessidade de utilizar a combinação com o método quantitativo para observar a intensidade de manifestação das categorias propostas no material coletado.

A utilização do método quantitativo se deu na fase de análise das informações coletadas, ou seja, serviu para quantificar os dados coletados e classificá-los nas categorias propostas, não sendo utilizada nenhuma técnica estatística complexa, como o coeficiente de correlação ou a análise de regressão, por exemplo, optando-se apenas por analisar no material coletado a média de ocorrência dos elementos centrais da pesquisa, que estão correlacionados aos objetivos apresentados. Acerca da pesquisa qualitativa, Minayo (2015) a divide três etapas que podem ser observadas no presente trabalho: a fase exploratória; o trabalho de campo; e a análise e o tratamento de dados.

A primeira etapa, que diz respeito às escolhas teóricas e metodológicas prévias à entrada no campo, incluindo a definição do problema de pesquisa, dos objetivos geral e específicos, das hipóteses e as delimitações de análise (MINAYO, 2015), fora concluída na elaboração e qualificação do projeto de pesquisa. A segunda etapa do trabalho, que está relacionada a construção teórica e a prática empírica, conforme aponta Minayo (2015), fora elaborada com as referências bibliográficas e os conceitos centrais da pesquisa apresentados no capítulo teórico, incluindo a revisão de literatura realizada. A terceira etapa da divisão proposta por Minayo (2015), que se refere ao tratamento do material empírico e a análise dos dados, subdividiu-se em três procedimentos: a ordenação dos dados; a classificação dos dados; e a análise.

#### 4.1.1. Corpus da pesquisa e formatação do banco de dados

O estudo analisou as transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Mídia Ninja pelo período de um ano, de maio de 2017 a abril de 2018, sendo o período selecionado pelo momento destinado a pesquisa de campo e pela proximidade temporal com a conclusão da trabalho, visto que não se está propondo a análise de nenhum recorte de tempo ou evento específicos, tampouco uma investigação longitudinal do ativismo Ninja. Antes de dar início a coleta dos dados, fora formatado o banco de dados, organizado por mês de ocorrência, que serviu como repositório das transmissões ao vivo mapeadas com colunas contendo as seguintes informações: data; título; fonte; localização; forma de ação; duração; visualizações. As transmissões ao vivo foram coletadas e identificadas de forma manual e individual na página do coletivo Mídia Ninja, pelo site de rede social Facebook<sup>69</sup>, pela palavra-chave “ao vivo”, que é o termo utilizado nessas transmissões.

Inicialmente, foram coletadas as informações acerca da data da transmissão; sua fonte, com a identificação através do link de acesso; as visualizações; e a duração da ação de utilização do repertório. Posteriormente, com as informações preliminares de cada transmissão, incluindo a quantidade por mês e por data, foram coletadas as informações correspondentes aos objetivos da análise proposta: o título de identificação dos fatos correspondentes às transmissões coletadas, com informações acerca dos contextos de atuação; a localização de utilização dos repertórios de ação; e as formas de ação e/ou espaços de interação dos ativistas durante a atuação Ninja. O material reunido para a análise totalizou 1.132 transmissões ao vivo.

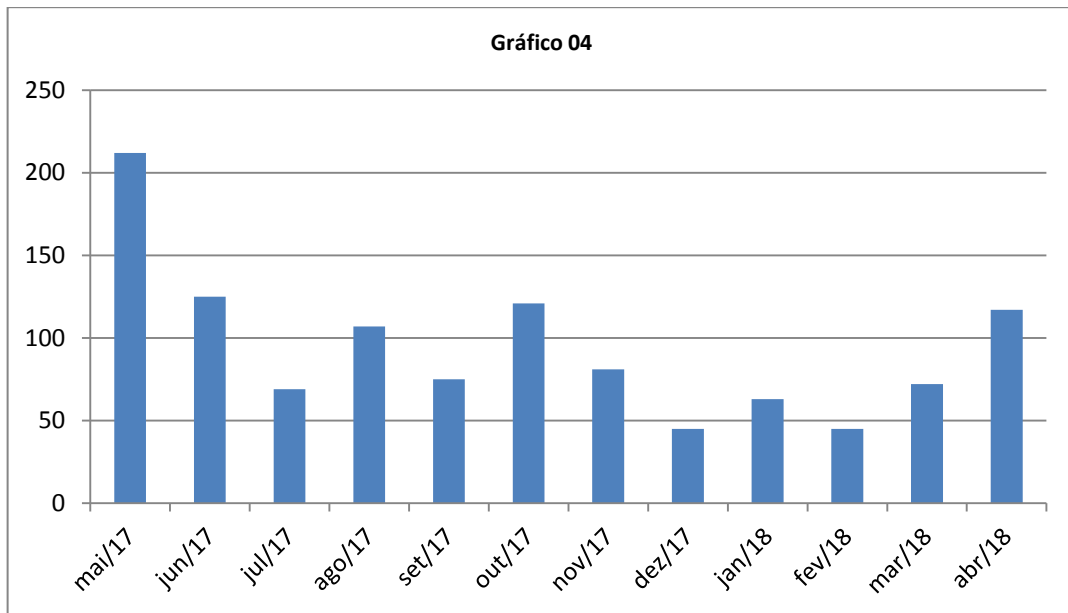
É importante pontuar dois aspectos acerca da coleta de dados: primeiro, não fora identificado nenhum tipo de mecanismo de busca ou *software* com capacidade para a coleta dos dados no período definido para a pesquisa, sobretudo com as informações necessárias, por isso optou-se pela coleta manual e individual; e, por fim, embora o Facebook disponibilize todos os vídeos do coletivo, sejam eles transmissões ao vivo ou não, não há a estratificação mensal dos materiais como mecanismo de busca, assim verificou-se cada material individualmente, inclusive aqueles que não estavam entre os que deveriam ser coletados. O gráfico 04 mostra

---

<sup>69</sup> A página do coletivo Mídia Ninja pode ser acessada através do endereço: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/> <acessado em 25/08/2018>.

a quantidade de transmissões ao vivo coletadas, estratificadas por mês, no período analisado.

Gráfico 04: Transmissões ao vivo coletadas da página do Mídia Ninja, no site de rede social Facebook, no período de maio de 2017 a abril de 2018, estratificadas por cada mês.

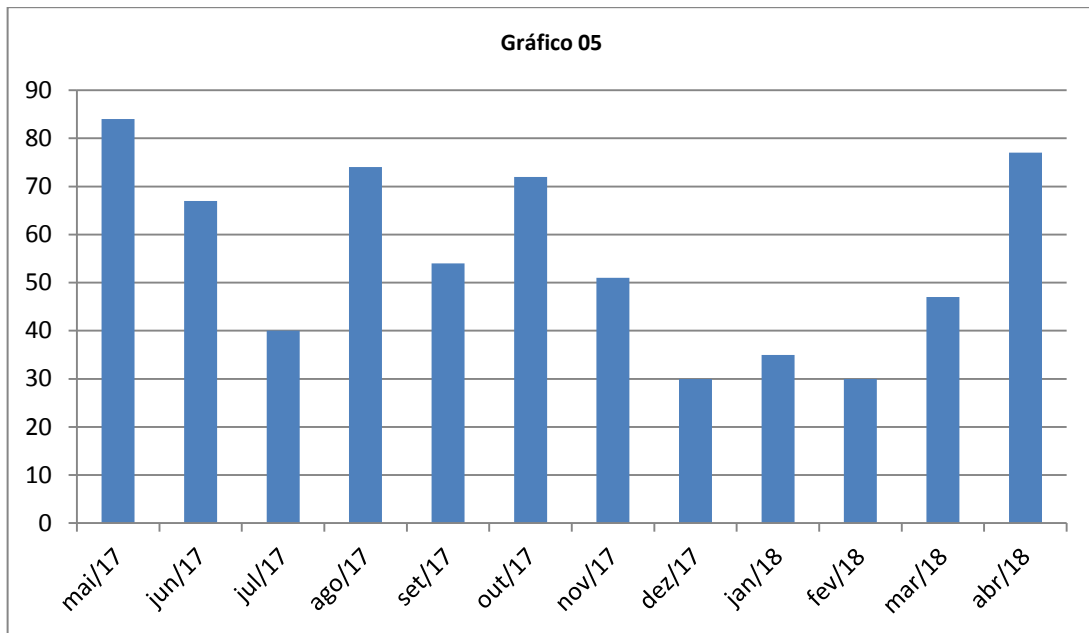


Fonte: elaborado pelo autor a partir da coleta de dados realizada.

Ao ter o banco de dados formatado com todas as transmissões ao vivo e suas informações, foram revisados os dados vinculados aos objetivos da pesquisa, por meio das descrições das ações realizadas em tempo real pelo coletivo midiativista, bem como pela análise das transmissões, na página do Mídia Ninja no Facebook. Posteriormente, dois ajustes foram realizados: primeiro, o descarte das retransmissões do material coletado, ou seja, daquelas transmissões que, embora sejam ao vivo, não são protagonizadas como repertórios de ação manuseados pelos midiativistas; e, em segundo, o agrupamento de duas ou mais transmissões convergentes que contemplavam a mesma pauta, em contextos, espaços e dia afins, por tratar-se de uma espécie de repetição do conteúdo analisado, sobretudo, por exemplo, devido a problemas técnicos relacionados aos recursos disponíveis, que fazem com que as transmissões sejam interrompidas e retomadas, apesar de tratarem-se exatamente da mesma ação. Assim, a quantidade de 1.132 transmissões ao vivo foi reduzida, resultando no corpus da pesquisa a totalidade de

609 transmissões ao vivo, que foram analisadas e classificadas de acordo com as categorias propostas, que serão apresentadas no item seguinte.

Gráfico 05: Transmissões ao vivo coletadas da página do Mídia Ninja estratificadas por cada mês após os ajustes metodológicos realizados, resultando no corpus da pesquisa de 609 transmissões ao vivo.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da coleta de dados realizada.

#### 4.1.2. Categorias de análise

Após apresentar o material coletado, bem como o corpus da pesquisa e o banco de dados formatado seguindo os ajustes metodológicos realizados, foram determinadas as categorias analíticas utilizadas e o que compreende cada uma delas dentro dos objetivos que buscam responder ao problema de pesquisa, conforme abordado nos itens abaixo. Posteriormente, serão apresentadas as análises que foram realizadas. Cada letra (“a”, “b” e “c”), abaixo, corresponde igualmente aos objetivos apresentados na introdução da pesquisa (letras “a”, “b” e “c”), correspondendo de forma afim também as letras da parte das análises (letras “a”, “b” e “c” do item 4.2), que serão abordadas, logo em seguida. Ou seja, neste capítulo, há correspondência entre as letras dos itens. Portanto, o objetivo apresentado na letra “a” da introdução, tem sua categoria de análise definida e/ou

formulada na letra “a” do item 4.1.2 (categorias de análise) e as análises apresentadas na letra “a” do item 4.2 (análises).

#### **a) A agenda de ação**

Compreendendo as transmissões ao vivo como um dos principais – se não o principal – repertório de ação do Mídia Ninja, sobretudo por ser a estratégia central de intercâmbio entre a presença física do ativista nos espaços de ação e o mundo virtual, o objetivo proposto é identificar a agenda de atuação do coletivo, mapeando as principais pautas e os temas que compõe a pluralidade midiativista. Conforme foi mencionado, quando foram apontadas as convergências e as divergências entre diferentes autores para buscar uma definição para o conceito de midiativismo, a ação baseia-se numa agenda coletiva própria e na parcialidade dos ativistas. Mas, afinal, que horizonte de pluralidades compõe essa agenda política de atuação? Este é o questionamento central do primeiro objetivo.

Nesta etapa das análises, foram identificadas as temáticas relacionadas a cada uma das transmissões ao vivo ou ao conjunto de transmissões afins agrupadas, para caracterizar essa agenda própria e plural da ação midiativista. Cabe observar que cada transmissão ao vivo pode conter mais de uma temática, ou seja, numa mesma transmissão, por exemplo, foram identificados dois temas que são centrais na agenda política do contexto em que o ativista estava inserido, logo ambos foram considerados. Portanto, a quantidade de temáticas que compõem a agenda das ações midiativistas é maior do que o número de transmissões ao vivo analisadas. Assim, foi construído um quadro de análises, num arquivo de Microsoft Excel, de duas colunas para identificar a temática e a transmissão ou as transmissões correspondentes às pautas identificadas.

#### **b) Dimensões espaciais**

A partir da definição do midiativismo como uma ação coletiva possibilitada a partir da apropriação dos recursos disponíveis, principalmente os tecnológicos, que intersecciona experiências presenciais com a rede virtual, foram analisados quais os espaços geográficos contemplados pela atuação Ninja por: estados e regiões dentro do território nacional; e as transmissões realizadas do exterior. O mapeamento das dimensões espaciais do repertório de ação Ninja contempla a importância de

investigar se há uma descentralização territorial da atuação ativista, visto também que, como foi visto, a organização do coletivo se dá através de redes de colaboradores e membros de diferentes estados e regiões do país.

A investigação acerca das transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva permite compreender e discutir as novas possibilidades de engajamento a partir da atuação midiativista e do próprio avanço tecnológico, este último fator sendo considerado como uma das mais novas variáveis na análise teórica acerca dos movimentos sociais e das ações coletivas, inclusive com a ocorrência de diferentes experiências a partir da utilização da internet e de aparelhos digitais, conforme foi apontado. A partir do mapeamento das transmissões realizadas foram identificados no banco de dados os municípios e os estados de cada ação Ninja e, posteriormente, agrupados em estados, regiões e exterior, no caso das transmissões que ocorreram fora do Brasil, para a análise da utilização do repertório e das ações do coletivo.

### **c) Formas de ação**

Por fim, abarcando o último objetivo proposto para responder ao problema de pesquisa, foram analisadas as formas de ação ou espaços contemplados pela utilização do repertório Ninja. Conforme foi caracterizado, o coletivo ficou conhecido durante os protestos de junho de 2013 pelas transmissões em tempo real dos protestos. Como fora abordado, passados mais de cinco anos, é possível apontar, preliminarmente, que as transmissões ao vivo tornaram-se um repertório modular de ação, sendo utilizado constantemente na atuação Ninja. Mas, atualmente, em quais tipos de ações e espaços ocorre a interação deste repertório de ação? Responder a este questionamento possibilita a identificação das situações em que as transmissões ao vivo são empregadas como repertório de ação.

Para isso, a rotina de interação entre os midiativistas e os espaços de atuação Ninja fora classificada através da observação das transmissões ao vivo em dois tipos de ação ou categorias: ações diretas e ações indiretas. A primeira contempla os espaços ou tipos de ações conflitivas, que representam desafios diretos a terceiros, como autoridades, grupos de interesse, governantes, etc. Dessa forma, as ações diretas contemplam manifestações, protestos, escrachos, greves, ocupações, marchas, vigílias e afins. Já a última está relacionada a todos os

espaços ou tipos de ações que não possuem um caráter direto de conflito ou de confronto, como a utilização das transmissões ao vivo como repertório de ação em debates, plenárias, reuniões, congressos, rodas de conversa, entrevistas, seminários, palestras, festivais, apresentações culturais e artísticas e afins.

## **4.2. Análises**

### **a) A agenda de ações midiativista**

A análise da agenda de ações políticas do Mídia Ninja converge com a definição do midiativismo como uma atuação que contempla uma pluralidade de temáticas. Durante a observação do material coletado, foram identificados cerca de 75 temas durante as transmissões ao vivo. É interessante que, embora não abarque exatamente as mesmas temáticas dos protestos de junho de 2013, quando o Mídia Ninja torna-se conhecido e passa a utilizar constantemente as transmissões ao vivo, o coletivo prossegue, posteriormente, atuando frente a múltiplas demandas e parcialidades. Se, como afirma Almeida (2015), o midiativista cumpre a função de ser o ponto de conexão informacional com o público das ações das quais participa, pode-se apontar que essa conexão ocorre a partir da atuação ativista em múltiplas questões.

Diante dessa variedade de temas e demandas, foram selecionadas e extraídas do quadro de análises as temáticas mais presentes na observação do repertório Ninja de ação coletiva. Mesmo que tenha sido realizado um recorte nas pautas que compõem a agenda Ninja, contemplando as vinte principais, é possível observar, conforme demonstra a tabela 01, abaixo, que ainda assim existe uma atuação voltada a uma multiplicidade de pautas. A título de exemplo, elenca-se temas que são ligados ao campo da arte e da cultura, por exemplo, como festivais e apresentações musicais, bem como ações políticas de confronto, como no caso das ocupações, que são discutidas e executadas, e das manifestações contra a reforma trabalhista e a reforma da previdência, ambas retratadas pelos ativistas.

Tabela 01: Áreas temáticas das transmissões ao vivo analisadas.

Área Temática	Transmissões ao vivo
Ex-Presidente Lula (PT)	98 transmissões
Arte e Cultura	46 transmissões
Ocupação	43 transmissões
Diretas, já!	34 transmissões
Direitos das Mulheres, Feminismo e Gênero	32 transmissões
Contra o Governo Michel Temer (PMDB)	31 transmissões
População Indígenas	30 transmissões
Contra as Reformas Trabalhista e da Previdência	29 transmissões
Assassinato da Vereadora Marielle Franco	27 transmissões
Democracia	24 transmissões
Direito à Moradia	22 transmissões
População LGBT	16 transmissões
Contra a Violência e a Repressão Policial	14 transmissões
População Quilombola	12 transmissões
Questões de Raça	12 transmissões
Educação	10 transmissões
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	10 transmissões
Segurança Pública e Militarização	10 transmissões
Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MST)	09 transmissões
Combate ao Nazi-fascismo	09 transmissões
Atingidos por Barragens	09 transmissões
Descriminalização/ Legalização da Maconha	08 transmissões

Fonte: elaborada pelo autor a partir das análises realizadas.



Entre as temáticas identificadas a partir do repertório de ação Ninja que não foram citadas na tabela acima, por não aparecerem entre os assuntos tratados mais frequentemente, estão: a agroecologia; casos de prisões de ativistas durante protestos; mobilizações contra as privatizações; lutas por verdade, memória e justiça no contexto dos regimes autoritários; a democratização da comunicação; os direitos humanos; a defesa dos serviços públicos; os conflitos e a violência no campo; a defesa da soberania nacional; o projeto escola sem partido; a redução da maioria penal; o impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff; questões religiosas; o meio ambiente; a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos; a saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS); as políticas liberais e os períodos de austeridade, entre outras.

Retomando a ideia do repertório de ação como o resultado da interação entre os próprios protagonistas das estratégias empregadas e suas rotinas, combinada com a caracterização do midiativismo como a atuação de ativistas que agem dentro de seus contextos de lutas e de crenças para construir uma narrativa própria dos fatos que vivenciam, é importante ressaltar a interação entre o repertório de ação, os diversos ativistas que atuam no coletivo e suas vivências como uma possibilidade de haver uma multiplicidade cada vez maior de temáticas abordadas. O caráter contra-hegemônico e a ideia de “ser a mídia de si mesmo”, possibilitados principalmente com o avanço tecnológico, diante da crítica da falta de visibilidade para diversas temáticas, também são fatores que convergem para a constituição do midiativismo como um fenômeno que contempla uma diversidade de pautas e demandas na sua ação.

Ao compreender o midiativismo Ninja como uma ação coletiva que não pode ser confundida com um movimento social, apesar de interagir com organizações afins, se extrai uma demonstração dessa situação nas transmissões ao vivo que contemplam ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A partir do mapeamento das principais pautas abordadas pelo midiativismo Ninja, também cabe fazer outra reflexão mais pontual da diferença entre o Mídia Ninja e os movimentos sociais tradicionais: enquanto o coletivo midiativista atua frente a uma pluralidade significativa de temas e demandas na sua agenda política, movimentos sociais como o MST e MTST, por exemplo, possuem suas demandas centradas em pautas mais

específicas e definidas, como a reforma agrária e o direito à moradia, respectivamente.

Conforme foi observado o tema “Lula” foi a principal pauta identificada nas transmissões ao vivo do Mídia Ninja, reunindo momentos distintos da situação do ex- Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT): o acompanhamento do seu processo de acusação e condenação, desde o julgamento em primeira instância, bem como as manifestações e os atos em defesa ao ex-Presidente; a “Caravana Lula” que percorreu diversas regiões do país, apresentando como objetivo o diálogo com a população sobre a situação do país; e a prisão do Ex-Presidente, em abril de 2018, último mês de análise das transmissões ao vivo do Mídia Ninja. O posicionamento dos Ninjas em defesa do ex-Presidente Lula é mais uma parcialidade do modelo de ativismo, que não busca construir o discurso da imparcialidade durante suas ações, desde os protestos de 2013.

O posicionamento Ninja, que esteve presente com o ex-Presidente inclusive na data de sua prisão, em Curitiba (PR), não será abordado aqui sob a pretensão da capacidade de independência do coletivo diante da aproximação com os governos petistas. Retomando o que fora apresentado no capítulo que tratou do Mídia Ninja, o próprio coletivo reconhece sua relação e a disposição de diálogo com parlamentares, e compreende-se essa posição como uma extensão a outros atores do campo político institucional e dos próprios partidos políticos, a partir das políticas públicas que são defendidas e se estas são afins com a atuação do coletivo midiativista. A relação com o governo petista, como fora explicado, torna-se próxima a partir do contato entre o Fora do Eixo e os ex-Ministros da Cultura Gil e Juca.

É relevante compreender também que dentro do mapeamento da agenda Ninja é possível identificar outras temáticas que estabelecem relações do coletivo midiativista com outros atores, partidos políticos e espaços, como: a candidata a vice-Presidente da República nas eleições gerais de 2018 no Brasil pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Sonia Guajajara; o partido Rede Sustentabilidade (Rede), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT); e ações que são protagonizadas de locais como o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (MG) e a Câmara Municipal de São Paulo (SP); entre outros exemplos. Assim, é possível apontar que a agenda Ninja também é pautada por relações diretas, sejam

elas de convergências ou divergências, com diferentes espaços institucionais de poder.

O vínculo com o campo político institucional e partidário identificado nas análises realizadas demonstra não só uma correlação indireta com do ativismo do Mídia Ninja, mas sim uma relação direta de ação, inclusive de protagonismo do coletivo em processos eleitorais, com a defesa de candidaturas e de bandeiras afins com o que é defendido pelo midiativismo Ninja. Nas transmissões ao vivo analisadas cabe ressaltar o trânsito e a inserção dos midiativistas com diversos partidos políticos e parlamentares, bem como entidades organizadas e lideranças sociais, apontando o reconhecimento do Mídia Ninja como um espaço de interlocução e de defesa de determinadas pautas, grande parte delas explicitadas na análise da agenda Ninja, em diferentes setores da sociedade.

Identifica-se também uma quantidade significativa de transmissões ao vivo que contemplam a participação de ativistas em espaços relacionados com a arte e a cultura. Esse apontamento não gera uma surpresa, visto que o Mídia Ninja nasce do interior de um movimento voltado à cultura e conta com as contribuições de ativistas que também surgem da mesma incubadora do coletivo midiativista, o Fora do Eixo. O sublime é que mesmo buscando na criação do Mídia Ninja uma iniciativa com viés mais ativista de atuação, as ações Ninjas não abandonam a relevância das questões artísticas e culturais, empregando seu repertório nesta temática que, apesar de também abarcar performances de protesto, por exemplo, na maioria das vezes não está relacionada aos atos de protestos ou de manifestações.

As ocupações, apesar de serem consideradas como uma forma de ação (que será apresentada a seguir), também estão presentes na agenda Ninja, tanto pelas transmissões ao vivo que demonstram a ação de ativistas que acompanham diferentes ocupações que estão tendo início ou já foram realizadas, como por meio das transmissões que promovem debates ou apresentam depoimentos acerca da temática. De maneira geral, pode-se definir que a agenda do Mídia Ninja está enquadrada dentro dos posicionamentos políticos num espectro progressista, à medida que defende transformações sociais e políticas, definindo a luta por direitos em prol das populações oprimidas como o horizonte da sua prática.

É possível dividir as pautas que compõem a agenda midiativista em dois grandes grupos que, além de não serem divergentes, podem estar interseccionados

em determinadas ações: das pautas factuais e das lutas sociais históricas. A primeira compreende aquelas pautas que são caracterizadas por demandas e temáticas factuais, ou seja, que estão diretamente relacionadas ao contexto e a conjuntura política da ação no seu momento de ocorrência, como são o caso: das questões em torno da democracia e da defesa das “Diretas, Já!”; do combate a ideologia nazifascista; da segurança pública e da militarização; dos protestos contra o governo Temer (PMDB); contra as reformas trabalhista e da previdência; contra a repressão policial; e os atos de protesto contra o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), no Rio de Janeiro.

Já a segunda, contempla aquelas temáticas que, tradicionalmente, são pautas dos movimentos sociais e, apesar de também serem factuais pela atuação constante das organizações às quais estão relacionadas, consolidam-se no tempo como reivindicações e lutas construídas ao longo de um período, como são o caso: dos direitos indígenas; direito à moradia; dos quilombolas; das questões em torno da população LGBT; de raça; da educação; da descriminalização da maconha; e dos atingidos por barragens. O objetivo não é criar duas categorias de classificação, mas sim sistematizar a agenda Ninja a fim de identificá-la e caracterizá-la. Como foi explicado, também não se tratam de dois grupos que se limitam em si, pois a educação, por exemplo, é uma temática que pode ser pauta tanto dos movimentos sociais, como de uma conjuntura política de austeridade e de retirada de direitos.

Assim, a partir das transmissões ao vivo analisadas, confirma-se parcialmente a hipótese apresentada na introdução de que o midiativismo Ninja é caracterizado por ter sua ação voltada a uma agenda de múltiplas temáticas, que podem ser agrupadas em pautas factuais, ou seja, aquelas que derivam especificamente de um determinado momento ou de uma determinada conjuntura, bem como em pautas relacionadas às lutas históricas de grupos e movimentos sociais. Ou seja, trata-se um ativismo de múltiplas temáticas que não está relacionado exclusivamente a uma determinada luta histórica ou aos movimentos sociais tradicionais, apesar de contemplá-los, abarcando uma agenda de temáticas específicas que compõem a ação do coletivo e que também se manifesta em demandas e lutas cotidianas que não estão, necessariamente, ligadas às pautas anteriores.

### **b) As dimensões espaciais das ações Ninjas**

O avanço tecnológico, principalmente a partir da possibilidade de acesso a internet, reconfigurou as relações sociais, impactando diretamente também nas formas de organização, participação e ação dos atores, das ações coletivas e dos movimentos sociais. Embora o objetivo deste estudo não seja apresentar uma análise comparativa, cabe ressaltar que durante os protestos de junho de 2013 centenas de pessoas participaram das ações Ninjas de diferentes localidades do Brasil (Lorenzotti 2014). Ao analisar as dimensões espaciais do coletivo midiativista, o foco é investigar o desdobramento que a possibilidade da utilização das transmissões ao vivo como repertório de ação traz para engajar diferentes atores na atuação Ninja, constituindo uma forma descentralizada de ação por diversas regiões.

De acordo com a análise realizada acerca das dimensões espaciais das ações Ninjas, identifica-se que três estados e um distrito do país, respectivamente, concentram a maior parte da utilização do repertório de ação, totalizando 481 transmissões ao vivo: Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Conforme é mostrado na tabela 02, abaixo, além desses estados, também foram identificados outros onze onde o repertório de ação foi utilizado, porém com uma intensidade significativamente menor em relação aos demais, contemplando a totalidade de 93 transmissões ao vivo. Também foi possível identificar 11 transmissões ao vivo realizadas no exterior, em países como: Bélgica, Espanha, Peru, Portugal e Uruguai. Em algumas transmissões ao vivo, não foi possível identificar a localização da ação.

Tabela 02: Mapeamento da localização das transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Mídia Ninja por estado e no exterior.

Localização da Ação	Transmissões ao vivo
Minas Gerais (MG)	148 transmissões
São Paulo (SP)	132 transmissões
Distrito Federal (DF)	118 transmissões
Rio de Janeiro (RJ)	83 transmissões
Paraná (PR)	38 transmissões

---

Bahia (BA)	21 transmissões
Rio Grande do Sul (RS)	17 transmissões
Exterior	11 transmissões
Ceará (CE)	05 transmissões
Sergipe (SE)	04 transmissões
Santa Catarina (SC)	03 transmissões
Pará (PA)	01 transmissão
Goiás (GO)	01 transmissão
Macapá (AP)	01 transmissão
Pernambuco (PE)	01 transmissão
Piauí (PI)	01 transmissão

---

Fonte: elaborada pelo autor a partir das análises realizadas.

O Fora do Eixo, considerado a incubadora do Mídia Ninja, nasce da necessidade de construir uma rota cultural de oportunidades fora da rota paralela Rio-São Paulo, como o próprio nome do movimento sugere. Diretamente, não há uma relação entre o surgimento do Mídia Ninja e o propósito da iniciativa do movimento que o gerou. Contudo, é possível definir que a utilização do repertório Ninja e, conseqüentemente, uma das principais estratégias do coletivo, destina-se à atuação no eixo Rio-São Paulo, acrescido de Minas Gerais, que é a localidade em que o Fora do Eixo surgiu. Assim, a partir da análise regional da disposição do repertório de transmissão ao vivo na atuação dos ativistas observa-se que a Região Sudeste é o principal espaço de atuação do coletivo, como mostra a tabela 03, abaixo.

Tabela 03: Mapeamento da localização das transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Mídia Ninja por região.

Região	Transmissões ao vivo
Região Sudeste	363 transmissões
Região Centro-Oeste	119 transmissões
Região Sul	58 transmissões
Região Nordeste	32 transmissões
Região Norte	02 transmissões

Fonte: elaborada pelo autor a partir das análises realizadas.

Em seguida, se pode observar que a Região Centro-Oeste destaca-se nas transmissões ao vivo analisadas, ressaltando que praticamente todos os materiais observados correspondem a Brasília (DF). A Região Sul mantém-se como o terceiro espaço mais frequentemente encontrado na investigação do repertório Ninja, particularmente, pelos aspectos relacionados às pautas acerca do ex-Presidente Lula, como parte do andamento do seu processo e o local da sua prisão, que ocorreram em Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), respectivamente, e tiveram o acompanhamento dos ativistas que se posicionaram em defesa do ex-Presidente. Logo, exceto com a Região Centro-Oeste, pela particularidade de Brasília (DF), há uma disparidade ainda maior entre a Região Sudeste e os demais espaços em que as estratégias de transmissão ao vivo são empregadas pelos midiativistas.

A partir do repertório de ação analisado, considerando-o como o objeto central que permite observar o intercâmbio entre a atuação midiativista no espaço físico e o ciberespaço, é possível afirmar que não há um processo de descentralização territorial na prática coletiva do Mídia Ninja, possibilidade oportunizada sobretudo a partir da utilização da internet e da disponibilidade de recursos para o uso do repertório de transmissão ao vivo. Cabe ressaltar também que, como foi apontado anteriormente, a atuação do Mídia Ninja foi viabilizada durante os protestos de junho de 2013 com a utilização da rede de colaboradores do Fora do Eixo, descentralizada por diversas regiões do país, logo não há um processo direto de transferência de ação entre o movimento e o coletivo.

O coletivo midiativista surgiu a partir da necessidade de construir uma narrativa própria da agenda de lutas dos movimentos sociais e das ações coletivas, que foi apontada com o mapeamento das principais temáticas Ninjas. Percebe-se que algumas ações estão diretamente relacionadas aos espaços em que os repertórios são utilizados, como no caso das interações com o Congresso Nacional, por exemplo, visto que este se localiza em Brasília (DF). Contudo, se a maioria das transmissões ao vivo realizadas são concentradas em espaços afins há uma limitação acerca das temáticas que são abordadas pela ação ativista, o que traz uma consequência também para as pautas que necessitam de visibilidade, confrontando o objetivo de iniciação do midiativismo com a prática das ações coletivas.

Das transmissões ao vivo coletadas, verificou-se que somente 11 foram realizadas em países estrangeiros, o que demonstra uma tendência à abordagem de temáticas que tratam de questões relacionadas ao território nacional. O que não define que o ativismo Ninja não tenha relações com os modelos transnacionais de ativismo ou não construa redes de ação junto a ativistas de outros países. A própria experiência que apresentou o repertório de ação analisado ocorreu durante a participação de ativistas Ninjas no Fórum Social Mundial da Tunísia, em 2013, por exemplo, evidenciando a interação da experiência dos brasileiros com outros coletivos, atores e movimentos.

A partir das análises realizadas, não se confirma, em parte, a hipótese apresentada na introdução da pesquisa de que o ativismo do Mídia Ninja, com as possibilidades advindas do avanço tecnológico e da disponibilidade de recursos, como os aparelhos eletrônicos e a internet, por exemplo, é caracterizado pela descentralização das ações, contemplando uma variedade de espaços territoriais acerca dos atores engajados. A análise das transmissões ao vivo mostrou que há uma centralidade nítida nos espaços de atuação, não sendo atingida a expectativa de que haja uma rede descentralizada de ativismo que utiliza o repertório observado, o que, obviamente, também demanda outras questões além da disponibilidade de recursos, como a própria construção de uma identidade coletiva, por exemplo, em relação aos ativistas que se tornam Ninjas.

Com as análises realizadas, podem ser apontadas duas formulações hipotéticas explicativas da relação entre a utilização do repertório de ação e a sua centralização nas dimensões espaciais determinadas: a) as ações do coletivo Mídia



Ninja estão concentradas nos espaços em que o repertório é empregado; ou b) apesar do coletivo midiativista ter uma ação descentralizada, com a participação de ativistas de diferentes localidades, o repertório utilizado não é compartilhado entre os participantes. Apesar do presente estudo não ter como proposta a confirmação dessas formulações hipotéticas, cabe apontá-las como questões relevantes para a compreensão da atuação Ninja, principalmente da utilização das transmissões ao vivo e da ação descentralizada do coletivo.

### **c) A interação com outras formas de ação e contextos sociais**

Ao abordar o Mídia Ninja, tratamos também da Pós-TV, que assim como o coletivo surgiu no movimento Fora do Eixo, sendo considerada a primeira experiência afim com o midiativismo Ninja. A Pós-TV foi caracterizada pela exibição de programações próprias baseadas em princípios que, até hoje, são centrais no coletivo Ninja como a visibilidade para assuntos e temas que não têm o enquadramento desejado nas representações da grande mídia. Durante os protestos de 2013, a Mídia Ninja dedicou-se às transmissões em tempo real de dentro das manifestações. A análise do repertório de ação a partir das categorias propostas – ações diretas e ações indiretas –, resultou na observação de que ambos os tipos de ações são empregadas pelos ativistas, como é mostrado na tabela 04, abaixo.

Tabela 04: Mapeamento dos tipos de ação identificados nas transmissões ao vivo realizadas pelo coletivo Mídia Ninja.

Tipo da Ação	Transmissões ao vivo
Ações Diretas	272 transmissões
Ações Indiretas	337 transmissões

Fonte: elaborada pelo autor a partir das análises realizadas.

Verifica-se que as ações diretas, que contemplam ocupações, protestos, manifestações, marchas vigílias, escrachos e greves, entre outros atos políticos difusos, continuam sendo formas de ação em que os repertórios são empregados pelos Ninjas. Há em diferentes situações a intersecção de dois ou mais repertórios que são utilizados conjuntamente para alcançar os objetivos almejados, como é o

caso, por exemplo, das transmissões ao vivo de escrachos ou marchas. Em determinadas temáticas, como nos casos do assassinato da ex-Vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro (RJ), e de ocupações específicas, como a ocupação Carolina Maria de Jesus, em Belo Horizonte (MG), por exemplo, a participação dos ativistas e a utilização dos repertórios tornam-se rotineiras enquanto a pauta mantém-se ativa.

Em outras situações, como no caso das manifestações contra as reformas trabalhista e da previdência, bem como os protestos pelas “diretas, já!”, por exemplo, há a atuação e a utilização dos repertórios em dimensões distintas, que tratam da mesma pauta na agenda Ninja. Ou seja, ocorrem protestos em diferentes municípios e estados do país e há a participação de ativistas nesses espaços com a utilização do repertório de transmissão ao vivo dos acontecimentos. Como parte do público de desafiantes, os Ninjas transmitem em tempo real os acontecimentos como participantes e convocam outras pessoas a também participarem das ações que, frequentemente, são reprimidas pelas forças de segurança pública.

A abordagem das temáticas que compõem a agenda Ninja e a construção da narrativa midiativista também contemplam outras rotinas de atuação. Os midiativistas não intercambiam somente as experiências presenciais e do ciberespaço em situação de confronto, interseccionando também outras formas de ação que foram classificadas como indiretas, como os debates, as rodas de conversa, as entrevistas, os relatos, os seminários, as solenidades, as aulas públicas, as apresentações culturais e o acompanhamento de temáticas permanentes do coletivo. São ações que não representam diretamente situações conflitivas ou de confrontos, embora possam abordar questões eminentemente políticas da agenda do Mídia Ninja, como a filiação do líder do MTST, Guilherme Boulos, ao partido político PSOL, por exemplo, que está presente em uma das transmissões analisadas.

Na atuação vinculada ao campo político institucional foram identificadas as participações em espaços tradicionais de atuação, como audiências públicas, sessões legislativas e do poder judiciário, assim como relatos e entrevistas com mandatários de cargos eletivos, como o deputado federal Alessandro Molon (ex-Rede-RJ) e o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), por exemplo. O repertório de ação coletiva demonstra que há uma alternância no ativismo Ninja entre a política

institucional, representada pelos parlamentares e pelo Congresso Nacional, por exemplo, e os atores e as organizações da sociedade civil, como o MTST, por exemplo. Assim, o ativismo Ninja promove o intercâmbio entre as duas esferas, estando frequentemente em ambas.

Há momentos em que as ações, diretas e indiretas, contempladas pelas transmissões ao vivo interagem entre si, como no caso das assembleias – ações indiretas –, que são apresentadas de dentro de ocupações – ações diretas. O próprio coletivo Mídia Ninja também se apresenta como proponente de algumas ações indiretas que são abarcadas pelo repertório midiativista, como a promoção de debates, por exemplo, denotando o protagonismo do ativismo acerca de pautas e demandas que compõem a agenda de ações do Mídia Ninja. Nota-se que há um número maior de transmissões com ações indiretas do que de transmissões com ações diretas, o que acaba sendo influenciado também pelo fato de que não há a ocorrência diária de manifestações, escrachos, ocupações e outras ações afins, que dependem de ciclos e conjunturas específicas para ocorrerem.

Pode-se apontar que há uma importância significativa das ações indiretas nas transmissões ao vivo que contemplam as rotinas ativistas e ampliam o horizonte de atuação midiativista. Ainda que a análise tenha sido realizada a partir de duas categorias propostas, é possível desdobrar cada uma delas em diferentes contextos e ações que são abarcados pelo ativismo Ninja, como foi exemplificado, o que demonstra uma variedade de rotinas que são compartilhadas pelos ativistas, não caracterizadas apenas pelo Mídia Ninja que o Brasil conheceu em junho de 2013, quando os ativistas atuavam principalmente em ações diretas, como os próprios protestos daquele ano. Apesar de haver esse deslocamento para contemplar também as ações indiretas, conforme apontou a análise da agenda Ninja, não há, contudo, a perda da identidade em relação às pautas da atuação midiativista.

A presença marcante do ativismo Ninja em formas de ação indiretas não confirma, em parte, a hipótese apresentada de que o ativismo Ninja resulta, principalmente, da interação com outras formas de ações diretas, diante a importância que as rotinas e a atuação têm em ações como festivais, apresentações culturais e artísticas, palestras, seminários, entrevistas, debates, plenárias, reuniões, congressos, rodas de conversa e afins, como foi observado nas transmissões analisadas. Além de contemplar uma variedade de temáticas, como foi apontado na

análise da agenda Ninja, a atuação midiativista também pode ser caracterizada pelos vários espaços de interação em que o repertório analisado é empregado, sobretudo pelas ações indiretas, não se tratando de uma forma de ativismo que está relacionada apenas a protestos, manifestações e ações diretas similares.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protestos de junho de 2013 encerram-se há mais de cinco anos, porém as interpretações acerca da sua ocorrência, sobretudo das motivações e das consequências, seguem presentes, bem como as investigações dos atores sociais e das possíveis transformações no campo das teorias políticas em geral após as manifestações. Como vimos, embora não seja um fenômeno que tenha surgido com os protestos de 2013, o midiativismo ganha visibilidade e atenção na literatura acadêmica após este período, sendo utilizado para caracterizar as práticas de ativistas que utilizam a comunicação como estratégia de ação na atuação dentro do campo político. Por ser um conceito que trata de fenômenos sociais relativamente novos, foi demonstrado que há uma série de variáveis na definição de midiativismo, assim como algumas divergências acerca de suas principais características.

O tema é ainda mais novo para o campo da ciência política, visto que grande parte das pesquisas concentra-se na área da comunicação. Desta forma, ao observar o midiativismo como uma ação política coletiva, buscou-se delinear algumas características do objeto de estudo e do seu marco conceitual, explorando com mais especificidade o resultado da atuação do Mídia Ninja por meio das transmissões ao vivo, consideradas o seu principal repertório de ação coletiva. Para o campo de estudos da ciência política, acrescentamos uma página na agenda de pesquisa acerca do midiativismo, refletindo sobre a interface do ativismo no fenômeno, que nasce do intercâmbio com a comunicação como ferramenta de ação, possibilitando a visão de novos horizontes nos estudos acerca das relações entre comunicação e política, dos ativismos contemporâneos, das ações coletivas e dos movimentos sociais.

A partir de discussões teóricas acerca da pesquisa bibliográfica realizada sobre midiativismo e o Mídia Ninja, foi possível propor uma definição para o conceito: trata-se de um fenômeno social que se refere à prática de ativistas engajados numa ação própria – o midiativismo – que, mobilizados pela insatisfação com a atuação dos meios de comunicação vigentes e motivados pela possibilidade de ser a mídia de si mesmos – “Faça você mesmo!” –, apropriam-se dos recursos disponíveis para propor uma ação de caráter contra-hegemônica, em relação aos valores sociais dos quais divergem, interseccionando ativismo e comunicação na produção de narrativas relacionadas as suas próprias agendas políticas e seus

objetivos de transformações sociais. Conforme foi ressaltado, não se trata de uma tentativa de limitar o conceito, mas de construir suas delimitações para identificar o que de fato é midiativismo, diferindo de outras ações que têm algumas características afins com o conceito.

Essa ação própria, que é o midiativismo, embora se trate de uma ação coletiva, no caso do objeto estudado, não se confunde com outros conceitos como os movimentos sociais e os meios alternativos de imprensa. O midiativismo Ninja é caracterizado pela pluralidade temática nas suas ações, como foi apontado no mapeamento da agenda Ninja de atuação, que apresenta as suas parcialidades de forma precisa. As duas pautas mais frequentes nas transmissões ao vivo do coletivo, a defesa do ex-Presidente Lula e a arte e a cultura, respectivamente, demonstram parte do posicionamento do Mídia Ninja em relação ao campo político institucional e à face cultural, característica do Fora do Eixo, de onde o coletivo surge, e que segue presente na atuação dos ativistas.

Além de identificar a presença mais frequente desses dois temas, também foi possível dividir a agenda Ninja em dois eixos: o primeiro, relacionado aos contextos e as conjunturas políticas momentâneas, contemplando pautas, demandas e ações que são factuais, portanto estão vinculadas ao presente; e o segundo, relacionado às temáticas que são pautas de movimentos sociais e ações coletivas, constituídas historicamente e consolidadas, independente de ciclos ou conjunturas reivindicatórios. A análise da agenda de atuação do coletivo também demonstra que o repertório de ação é utilizado em contextos que representam, em alguns momentos, o campo político institucional e, em outros momentos, organizações e ações da sociedade civil, explicitando que o ativismo Ninja transita em diferentes setores da sociais e políticos.

A utilização do repertório na inserção desta agenda que foi mapeada ocorre de forma concentrada, sendo a Região Sudeste, sobretudo os estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG) os principais onde há pautas, demandas e ações identificadas nas transmissões Ninja. Embora tenha sido incubada em um movimento cultural organizado em rede, que objetiva a construção de novas formas de comunicação e aproprie-se dos recursos tecnológicos disponíveis, não há uma relação direta entre as condições de atuação e a ação do Mídia Ninja na utilização do repertório de transmissão ao vivo. Assim, observou-se

que as ações não são descentralizadas em relação às dimensões espaciais, portanto é possível que o engajamento de ativistas de diversas regiões do país ainda apresente-se como um desafio as ações coletivas midiativistas.

Se, por um lado, as transmissões ao vivo são uma forma estratégica de alcançar determinados objetivos, por outro, essa limitação em relação à atuação espacial das ações coletivas pode representar também uma restrição acerca das finalidades almejadas por não contemplar demandas, pautas e ações de outros espaços que também não têm a visibilidade ou a construção da narrativa ideais, do ponto de vista dos ativistas engajados nessas iniciativas. Nos espaços em que as ações foram localizadas, observou-se que tanto as formas de ação indiretas como as formas de ação diretas são contempladas pelo repertório Ninja, nessa ordem de frequência, o que caracteriza também uma variedade de formas em que os ativistas atuam.

Retomando o problema de pesquisa, pode-se definir que: a) as transmissões oportunizam o mapeamento parcial da agenda Ninja, que demonstra a pluralidade de pautas, temas e ações em que os repertórios são empregados, como em questões relacionadas ao campo político institucional, à sociedade civil, à temáticas relacionadas a conjunturas presentes específicas e às demandas construídas e sustentadas ao longo do tempo, principalmente pelos movimentos sociais; b) as ações são concentradas em determinados espaços, não havendo uma relação direta com o desenvolvimento de uma ação coletiva em rede e com a possibilidade advinda da utilização de recursos disponíveis, como a internet e os aparelhos eletrônicos, por exemplo; e c) há a utilização de ações diretas e indiretas, que contemplam diversas formas de ação nos contextos sociais em que os ativistas estão inseridos e representam o horizonte da prática midiativista, porém as primeiras não são as mais frequentes.

Embora esta pesquisa tenha nascido com objetivos mais generalizados em relação à atuação de coletivos como o Mídia Ninja e seus impactos no campo político, o aprofundamento dos conceitos centrais para o presente estudo demonstraram que ainda há a necessidade de se investigar aspectos referentes ao midiativismo, sobretudo a prática ativista propriamente dita, a fim de apresentar outras características e contribuições que o conceito traz para a literatura acadêmica, principalmente para a ciência política. Grande parte da produção

acadêmica sobre o midiativismo e o Mídia Ninja está relacionada ao campo da comunicação, ocasionando uma lacuna sobre o papel do ativismo no fenômeno. Assim, a pesquisa buscou tratar, paralelamente, do marco conceitual e das análises propostas para contribuir com os estudos acerca do tema tanto na ciência política, diretamente, como na comunicação e na relação entre ambos os campos teóricos, indiretamente.

A pesquisa voltou suas atenções à ação dos midiativistas, por meio da análise do seu principal repertório, focando no que podemos definir como o resultado das ações coletivas do Mídia Ninja. Contudo, ressalto a relevância de explorar outras questões acerca da temática, como o processo de engajamento dos ativistas nessas ações e a identidade coletiva gerada pela atuação midiativista, que foram caracterizados, mas merecem uma atenção peculiar diante de um fenômeno próprio – o midiativismo – que, mesmo relacionando-se com outras ocorrências, ações e conceitos, não se confunde com os mesmos, como os movimentos sociais, as ações de protesto e os meios alternativos de comunicação, entre outros, por exemplo. Fecho a pesquisa reconhecendo a importância da crítica e da necessidade de revisitar os conceitos e as formulações aqui propostos. Afinal, a ciência constitui-se de resultados provisórios e de reconstruções permanentes.



## 6. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Demetrius Lopes de. **Das ações coletivas de junho de 2013 ao (ciber)ativismo brasileiro**: um estudo sobre os processos de subjetivação políticos do movimento Fora do Eixo. 29/06/2016. 179 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

ALMEIDA, Thiago D Angelo Ribeiro. **Midiativismo e Coberturas Jornalísticas: Mídias Livres, Movimentos em Rede e Estratégias de Contrapoder**. 30/04/2015 undefined f. Dissertação de Mestrado Profissional em Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. São Paulo: Lua Nova, 76: 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly**: história de um conceito. Sociologia & Antropologia. V.02.03: 21 – 41, 2012.

ANDRADE, Antonio Augusto Braighi. **Análise do discurso midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja**. 13/09/2016. 655 f. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ARAGAO, Mayllin Silva. **Na contramão da hegemonia**: vídeo é tudo mentida como produto do midiativismo. 30/08/2013. 115 f. Dissertação de Mestrado em Linguagens e representações, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus Biblioteca, 2013.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. 2006. 284f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Campinas: Opinião Pública, vol. 12, nº 1, abril/maio, 2006, p. 88-113.

BENITES, Marcello Riella. **O jornalismo e as narrativas midiáticas independentes / Mídia Ninja**: discurso dos jornalistas diante dos desafios das novas tecnologias da informação e da comunicação. 29/02/2016. 156 f. Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Campos dos Goytacazes, 2016.

BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BEZERRA, Patricia Rangel Moreira. **Midiatização e Circulação de Sentidos nas Manifestações de Junho de 2013**. 27/02/2015. 174 f. Tese de Doutorado em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

BOCCHINI, Lino; LOCATELLI, Piero. **Fora do Eixo**. Carta Capital. 16 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html> <acessado em: 27/01/2018>.

BORGES, Helena. **Conheça Pablo Capilé, o líder por trás da Mídia Ninja**. Veja. 11 de agosto de 2013. Disponível: <https://veja.abril.com.br/brasil/conheca-pablo-capile-o-lider-por-tras-da-midia-ninja/> <acessado em: 27/01/2018>.

BRAGA, Ruy. **Sob a sombra do precariado**. In\_\_ MARICATO, Ermínia. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. **O que é Midiativismo?** Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

BRINGEL, Breno. **Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais**. Sociologia & Antropologia. V.02.03: 43 – 67, 2012.

BRINGEL, Breno. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013**. Revista Insight Inteligência. p. 42-51. julho/agosto/setembro. 2013.

BRUM, Eliane. **Heróis e vilões não cabem na reportagem**. Época. 19 de agosto de 2013. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/bheroisb-e-bviloesb-nao-cabem-na-reportagem.html> <acessado em 27/01/2018>.

CARLOS, Eliana Natividade. **A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos**. 05/03/2015. 96 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2015.

CARROLL, William K.; HACKETT, Robert. A. **Democratic media activism through the lens of social movement theory**. Media, Culture and Society, Reino Unido, v. 28, n. 1, 2016, p. 83-104.

CARVALHO, Marcela de Araujo Prado. **As Jornadas de Junho de 2013 e as estratégias de ação da Mídia Ninja no campo do jornalismo**. 30/08/2016 undefined f. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

CASTAÑEDA, Marcelo. **Midiativismo: tecnologias, práticas e contextos nas lutas no Rio de Janeiro**. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, agosto de 2016, João Pessoa/PB.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era as internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **The Power of identity. The information age: economy, society and culture**. Bamtimore, Laryland: The Johns Hopkins University, 1996.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. **Política Editorial**. Disponível em: <https://midia independente.org/politica-editorial> <acessado em 02/05/2018>.

CONCEICAO, Débora de Jesus. **A memória discursiva regulando sentidos sobre a identidade afrobaiana em reportagens do Jornal Nacional: entre o mesmo e o novo**. 22/07/2016. 104 f. Dissertação de Mestrado em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

DINES, Alberto. **Um olhar sobre a Mídia Ninja**. Observatório da Imprensa. 30 de julho de 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/um-olhar-sobre-a-midia-ninja/> <acessado em: 27/01/2018>.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. **PNAD Contínua TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizaram a internet o fizeram para trocar mensagens**. Agencia IBGE Notícias. 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens> <acessado em 21/06/2018>.

FERREIRA, Regina Beatriz Suzarte. **Micareta em Feira de Santana: cultura de massa e produto.** 09/11/2015. undefined f. Dissertação de Mestrado em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2015.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. **Um mosaico de parcialidades na nuvem coletiva: rastreando a Mídia Ninja (2013 - 2016).** 23/03/2017. 224 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FORA DO EIXO. **Carta de Princípios.** 2009. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/> <acessado em 19/02/2018>.

FORA DO EIXO. **Modo de Organização Estrutural.** Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/historico/modos-de-organizacao-2/> <acessado em 10/03/2018>.

FORA DO EIXO. **Modo de Organização Político.** Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/historico/politico/> <acessado em 10/03/2018>.

GABEIRA, Fernando. **Mídia Ninja e o futuro desfocado.** Estadão. 16 de agosto de 2013. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,media-ninja-e-o-futuro-desfocado-imp-,1064592> <acessado em: 27/01/2018>.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais.** CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protestos nas ruas do Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 8ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GUIMARAES, Lara Linhalis. **Uma Invenção de Jornalismo: ninjas, xamãs e outras perspectivas.** 03/03/2016. 177 f. Tese de Doutorado em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HALLIM, D. C.; MANCINI, P. **Comparing media systems: three models of media and politics.** New York: Cambridge University Press, 2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In\_\_ MARICATO, Ermínia. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JESUS, Maurício Jose de. **Disputas simbólicas e técnicas no espaço urbano**: a Mídia Ninja nas jornadas de junho. 29/04/2015. undefined f. Dissertação de Mestrado em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2015.

JUNIOR, Luiz Antonio Caetano da Silva. **Metamorfose ambulante**: representação e identificação do sujeito lírico em músicas de Raul Seixas. 30/08/2013. 151 f. Dissertação de Mestrado em Linguagens e Representações, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2013.

LIMA, Andre Bontempo Garcia. **Redes e ruas**: a cobertura dos protestos de 2013. 25/09/2015. 74 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2015.

LIMA, Venício A. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In\_\_ MARICATO, Ermínia. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Jornalismo século XXI**: o modelo mídia ninja. São Paulo: Saraiva, 2014.

LUZ, Anderson Cavalheiro da. **As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil**: análises que polarizam as redes de internet. 11/12/2015. 168 f. Dissertação de Mestrado em Política Social, Brasília, 2015.

MACIEL, Danielle Edite Ferreira. **Midiativismo**: entre a democratização e a assimilação capitalista. 01/10/2012. 157 f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MAIA, Francisco Jadson Silva. **Mídia à luz do desejo**: cartografias dos processos de mídia livre contemporânea brasileira. 04/03/2016. 105 f. Dissertação de Mestrado em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MAIA, Rousiley C. M. **Atores da sociedade civil e ação coletiva**: relações com a comunicação de massa. In\_ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (organizadores). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua**: ciberativismo nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido**. In\_\_ MARICATO, Ermínia. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MATTONI, Alice. **Media activism. The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements**. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2013.

MCADAM, Doug. Initiator and “spin-off” movements: diffusion processes in protest cycles. In\_ Mark Traugott (Ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, p. 217-2014, 1995.

MCADAM, DOUG; TILLY, Charles; e TARROW, Sidney. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009

MEIKLE, Graham. **Intercreativity**: mapping online activism. In: HUNSINGER, Jeremy.; KLASTRUP, Lisbeth.; ALLEN, Matthew. (Orgs.). *International handbook of internet research*. Dordrecht: Springer, 2010. p. 363–377.

MENDEZ, Hector Rene Mena. **Informação e coletivos culturais mediáticos**: redes contemporâneas de ação social na América Latina. 13/06/2016. 97 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENDONÇA, Ricardo F. Mendonça; FIGUEIREDO, Juliana Moreira de. **No olho do furacão**: protagonismo e incertezas nas jornadas de junho de 2013.

MÍDIA NINJA. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <http://midianinja.org/perguntas-frequentes/> <acessado em 20/06/2018>.

MÍDIA NINJA. **Transmissões ao vivo**. Página Oficial Mídia Ninja no Facebook. De maio de 2017 a abril de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/MidiaNINJA/videos/> <acessado em: 30/05/2018>.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil*. In\_ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (organizadores). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MINAYO, Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAES, Denis. **Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial**. In\_ MORAES, Denis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

NASSIF, Luis. **Mídia Ninja e Casa Fora do Eixo: a explosão do novo**. GGN. 07 de agosto de 2013. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/midia-ninja-e-casa-fora-do-eixo-a-explosao-do-novo> <acessado em 27/01/2018>.

OBICI, Giuliano Lamberti. **Gambiarra e Experimentalismo Sonoro**. 07/04/2014. 145 f. Tese de Doutorado em Música, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OTAVIO, Chico. **Ninjas querem verba oficial para sobreviver**. O Globo. 04 de agosto de 2013. Disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/ninjas-querem-verba-oficial-para-sobreviver-9343258> <acessado em: 27/01/2018>.

PADOVANI, GUSTAVO. **Junho, 2013: o acontecimento discursivo transmídia**. 29/07/2016. 139 f. Dissertação de Mestrado em Imagem e Som, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

PENNINI, Anice Bezri. **Fronteiras Evanescentes: críticas sobre a mídia, na página Ninja do Facebook, durante as manifestações de 2013**. 26/02/2015. 182 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PESCHANSKI, João Alexandre. **O transporte público gratuito, uma utopia real**. In\_ MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

PINTO, Céli Regina. **A trajetória discursiva das manifestações no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, 100: 119-153, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUES, Claudia Miranda. **Narrativas jornalísticas e midiativismo: um estudo de caso sobre as rotinas produtivas do coletivo Mídia Ninja**. 24/08/2016. 160 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ROLNIK, Raquel. **Apresentação**. In\_\_ MARICATO, Ermínia. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SANTO, Cintia Sacramento do Espírito. **Táticas, usos e representações: a rede social como espaço de afirmação e pertencimento territorial da juventude periférica**. 19/05/2014. 114 f. Dissertação do Mestrado em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2014.

SÃO PAULO, Movimento Passe Livre. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In\_\_ MARICATO, Ermínia. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SARTORETTO, P. **Ativismo midiático circunstancial: uma análise da relação entre representações midiáticas e políticas**. Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática, Santa Maria (RS), v. 15, n. 30, p. 118-129, 2016.

SAVAZONI, Rodrigo. **Os novos bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SECCO, Lincoln. **As Jornadas de Junho**. In\_\_ MARICATO, Ermínia. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SILVA, JAMESON THIAGO FARIAS. **Um Drama Cibercultural**. 26/02/2015. 110 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SOARES, Cybelle Catarina Santos do Couto. **Juventude e movimento: o ativismo “Fora do Eixo” em uma sociedade de redes**. 30/08/2016. 213 f. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Sousa, C. M. & Souza, A. **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: Eduepb, 2013.



TARROW, Sidney. **Modular collective action and the rise of the social movement:** why the French revolution was not enough. *Politics & Society*, 1993, 21/1, p. 69-90.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TAVARES, Wellington. **Redes sociais virtuais como espaços para ações coletivas:** possibilidades de interação e organização em movimentos sociais. 24/04/2015. 402 f. Tese de Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

TILLY, Charles. **Contentious performances.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TILLY, Charles. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834.** In: Traugott, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action.* Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

TILLY, Charles. **Getting it together in Burgundy, 1675-1975.** *CRSO Working Paper U128*, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

TILLY, Charles. **Identities, boundaries & social ties.** Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires.** Chicago: University of Chicago Press, 2006.

WISNIK, José Miguel. **Mídia Ninja.** O Globo. 17 de agosto de 2013. Disponível: <https://oglobo.globo.com/cultura/midia-ninja-9586115> <acessado em 27/01/2018>.